

# Documentos Técnicos

Relatório de Gestão  
2007 a Julho de 2008

Órgão Gestor da Política Nacional de  
Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental  
Departamento de Educação Ambiental

## **Relatório de Gestão**

**2007 a julho de 2008**

Brasília

2008



## APRESENTAÇÃO

O Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) elaborou este *Relatório de Gestão 2007 a julho de 2008* com o compromisso de dar publicidade às ações desenvolvidas até o presente momento, recuperando para isso pontos relevantes do Relatório de Gestão 2003/2006.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) foi criada em 1999 e, desde sua regulamentação em 2002, está sob a coordenação do MMA e do Ministério da Educação (MEC) na figura do Órgão Gestor da Pnea. O MEC, por meio de sua Coordenação Geral de Educação Ambiental (Cgea/MEC), coordena as ações do Órgão Gestor no âmbito do ensino formal e o DEA/MMA no ensino não-formal e informal. Essa organização deve-se à competência primeira do MEC, que é a construção e implementação de políticas públicas com foco nos sistemas formais de ensino, cabendo ao MMA coordenar as ações educativas que se desenvolvem através de práticas sociais não escolares.

Desde 2003, a instância de planejamento e implementação das ações da Pnea no âmbito do MMA vem se estruturando. Em 26 de junho de 2003, foi instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), por meio da Portaria Ministerial nº 268, que passou a Departamento em abril de 2007, segundo o Decreto 6101/2007.

Uma das primeiras ações conjuntas entre os dois Ministérios foi a elaboração do documento do ProNEA, consolidado com uma ampla consulta pública em 2004, envolvendo 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas e apresentando a missão, os princípios, as diretrizes, os objetivos, os públicos e as linhas de ação para a implementação da Pnea.

Para atender às ações e demandas sociais para Educação Ambiental sob responsabilidade do MMA e em consonância com o ProNEA, o DEA organizou-se em três Linhas de Ação, um Núcleo de Avaliação e Monitoramento, um Núcleo de Desenvolvimento Organizacional e uma Equipe Administrativa.

Certos de que exercitar cotidianamente os princípios e diretrizes que fundamentam o ProNEA seria importante para se alcançar a coerência com a política pública de Educação Ambiental formulada por este Departamento, a direção do DEA e as equipes técnica e administrativa estruturaram a forma de socialização das informações e tomadas de decisão. Essa estruturação buscou exercitar a autogestão e a democracia participativa, baseando-se em reuniões internas das Linhas de Ação, da equipe administrativa, entre os coordenadores das Linhas de Ação (Entrelinhas), dos Núcleos e da equipe integral.

O foro máximo de decisão constituiu-se na reunião geral de equipe, com a participação de todos os seus integrantes e na qual, além da socialização das informações, são definidas todas as questões referentes ao encaminhamento e aprimoramento dos programas e projetos. Essa e outras reuniões são planejadas como momentos educadores, configurando-se como espaços de reflexão, análise de conjuntura e aprofundamentos necessários para a condução das políticas públicas coordenadas pelo DEA.

O objetivo central que perpassou cada política, programa e projeto formulado ou continuado pelo DEA, desde 2003, foi a estruturação de uma política pública nacional de Educação Ambiental capaz de acolher, apoiar, integrar e fortalecer as inúmeras iniciativas comprometidas com os valores e transformações imprescindíveis para a construção de uma sociedade plural, justa e sustentável ambientalmente, de acordo com o ProNEA.

Como instância política nacional, o DEA buscou dialogar com as vertentes de Educação Ambiental que abrigassem os princípios e as perspectivas capazes de insinuar os vários caminhos possíveis para a construção dessa sociedade. Se os caminhos eram tortuosos, retilíneos, com muitos ou poucos obstáculos, para o DEA o relevante foi o desafio de identificá-los e incorporá-los na formulação de suas políticas e programas como possibilidades de participação de grupos e instituições interessados em atuar no campo da Educação Ambiental. Se a escolha de cada caminho determina a aventura e a beleza da caminhada, cabe ao caminhante fazê-la.

A Educação Ambiental Popular, ao ser permeável a muitas dessas vertentes e ao considerar a possibilidade de cada pessoa - inserida em seu próprio contexto ou grupo social - ser uma educadora ambiental e protagonista da transformação social, tornou-se um eixo da política pública de Educação Ambiental proposta pelo DEA. Diálogo, diversidade, permanência, articulação, continuidade, crítica, potência de ação, democracia e autonomia foram alguns dos princípios e diretrizes que embasaram cada programa, ação e relação que o DEA estabeleceu internamente e com grupos, instituições e pessoas, educadoras ambientais ou não, ao longo desta gestão.

Este Relatório estrutura-se de acordo com as três Linhas de Ação, organizadas em estratégias que possuem objetivos, programas, projetos e atividades específicas seguindo as orientações para Educação Ambiental no ensino não-formal estabelecidas pelo ProNEA: Linha de Gestão e Institucionalização da Educação Ambiental, Linha de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais e Linha de Comunicação para Educação Ambiental, conforme Figura 1. As ações e resultados dessas Linhas são apresentados, respectivamente, nos capítulos 1, 2 e 3 do presente relatório.

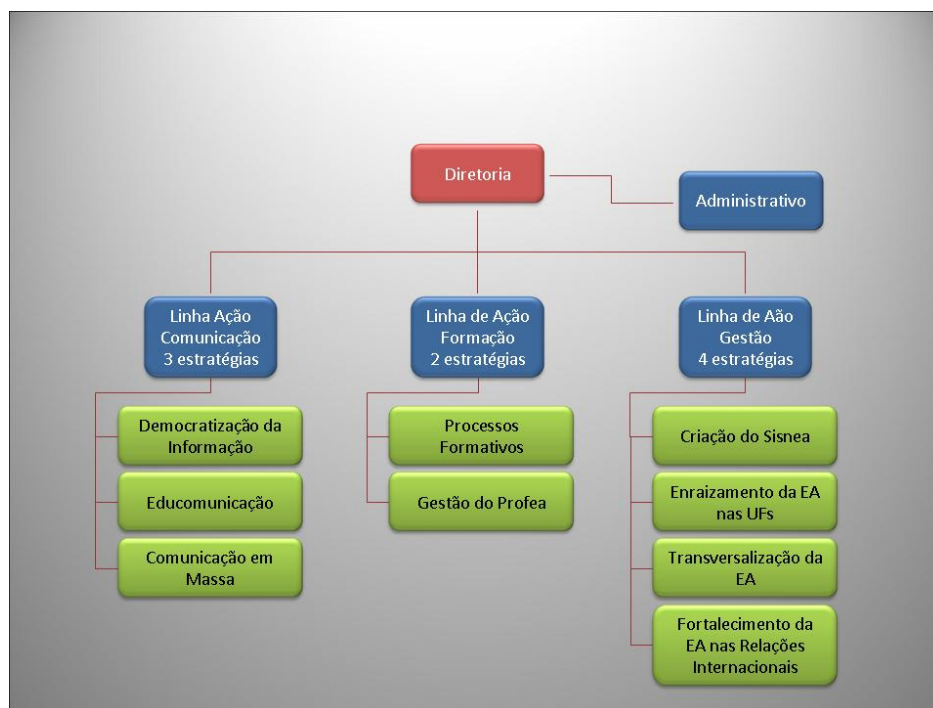


Figura 1. Organograma da equipe do DEA/MMA

A equipe do DEA deseja uma boa leitura, na perspectiva de um permanente diálogo com as possibilidades de aprimoramento das políticas estruturantes de Educação Ambiental construídas até aqui.

# SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	vii
CAPÍTULO 1 - LINHA DE AÇÃO: “ARTICULAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL” .....	13
APRESENTAÇÃO .....	13
ESTRATÉGIA 1: CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	14
ESTRATÉGIA 2: ENRAIZAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS .....	19
ESTRATÉGIA 3: TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	24
ESTRATÉGIA 4: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	29
CAPÍTULO 2 - LINHA DE AÇÃO: “FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS” .....	44
APRESENTAÇÃO .....	44
COLETIVOS EDUCADORES.....	44
PROJETO SALAS VERDES .....	55
ESTRUTURAS EDUCADORAS.....	64
MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS .....	65
PARCERIAS INSTITUCIONAIS .....	66
CAPÍTULO 3 - LINHA DE AÇÃO: “COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL” .....	77
APRESENTAÇÃO .....	77
ESTRATÉGIA 1: DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL .....	77
ESTRATÉGIA 2: EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL .....	87
ESTRATÉGIA 3: COMUNICAÇÃO DE MASSA .....	89
CONCLUSÕES .....	95
ANEXO 1 - ESTRATÉGIA DE ENRAIZAMENTO 2008 .....	99
ANEXO 2 - PACTO POR UMA GESTÃO COMPARTILHADA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	101
ANEXO 3 - CARTA DE SALVADOR .....	103
ANEXO 4 - MUNICÍPIOS COM ABRANGÊNCIA DE COLETIVOS EDUCADORES E/OU SALAS VERDES .....	105



## LISTA DE SIGLAS

- AASA – Associação Agro Socioambiental
- ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
- Abepec – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACT – Acordos de Cooperação Técnica
- ANA – Agência Nacional de Águas
- APP – Área de Preservação Permanente
- AquaBio – Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia
- Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
- Ascom/MMA – Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente
- CAN – Comunidade Andina de Nações
- CAP – Círculos de Aprendizagem Permanente
- CEA – Centro de Estudos Africanos
- Cgea/MEC – Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação
- CID-Ambiental/MMA – Centro de Informação e Documentação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
- Cidi – Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
- Ciea – Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental
- Ciedam – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Alagoas
- CMB – Confederação das Mulheres do Brasil
- CNMA – Conferência Nacional do Meio Ambiente
- Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- Coema – Conselho Estadual de Meio Ambiente
- Com-Vidas – Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida
- Comfea-MG – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
- Conam – Conselho Nacional do Ambiente do Peru
- Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- Confitea – Conferência Internacional de Educação de Adultos



Conpam – Conselho de Gestão do Meio Ambiente

Consema – Conselho Estadual do Meio Ambiente

Copel – Companhia Paranaense de Energia

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CT-EA/Conama – Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente

CTEA – Câmara Técnica de Educação Ambiental

CTEM/CNRH – Câmara Técnica de Educação e Mobilização Social do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Cuida – Centro Unificado de Informação e Documentação Ambiental

DAP/MMA – Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente

DCBio/SBF/MMA – Departamento de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente

DCRS/Saic/MMA – Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

DEA/MMA – Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

DRB/SRHU/MMA – Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente

DRS/SEDR/MMA – Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

Dsis/Saic/MMA – Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

EaD – Ensino a Distância

EA.Net – Educação Ambiental na Internet

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Encea – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

FBMC – Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FTI-DTS/Pnuma – Força Tarefa Internacional para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Gesac – Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão

Gestar/SEDR/MMA – Projeto de Gestão Ambiental Rural, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

Gteamss – Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento

GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibecc – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

Ibram – Instituto Brasília Ambiental

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDA – Instituto de Desenvolvimento Ambiental

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Idema – Instituto de Defesa do Meio Ambiente

Ipaam – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

Ipec – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado

JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MC – Ministério das Comunicações

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MES – Municípios Educadores Sustentáveis

MI – Ministério da Integração Nacional

MinC – Ministério da Cultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

Mtur – Ministério do Turismo

NCE/ECA/USP – Núcleo de Comunicação e Educação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

NEA/Ibama – Núcleo de Educação Ambiental do Ibama

OEA – Organização dos Estados Americanos

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Panacea – Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

Peace – Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará

Peam – Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Pará

Peamss – Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento

Peca – Angola - Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola

Peea – Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Tocantins

Placea – Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental

Pnad/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNE – Plano Nacional de Educação

Pnea – Política Nacional de Educação Ambiental

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POA – Plano Operacional Anual

PPA – Plano Plurianual

PPP – Projetos Político Pedagógico

Prea – Programa de Educação Ambiental do Estado do Mato Grosso

Predecan – Projeto de Apoio e Preservação a Desastres da Comunidade Andina

PrevFogo – Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

ProEcotur – Programa Nacional de Ecoturismo

ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais

Progam – Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RDP-África – Rádio Difusão Portuguesa África

Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia

Rearj – Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro

Reasul – Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental

Rebea – Rede Brasileira de Educação Ambiental

Rebeca – Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental

Rede CEA – Rede de Centros de Educação Ambiental

Remtea – Rede Matogrossense de Educação Ambiental

Sace – Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores

Saic/MMA – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

Secad/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação

Secex/MMA – Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente

Seduc – Secretaria Estadual de Educação

Sema – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

Semace – Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

Sibea – Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental

Sinima – Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente

Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente

Sisnea – Sistema Nacional de Educação Ambiental

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

SRHU/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

Univali – Universidade do Vale do Itajaí



# CAPÍTULO 1 - LINHA DE AÇÃO: “ARTICULAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

## APRESENTAÇÃO

A linha de ação “Articulação e Gestão Institucional da Educação Ambiental” envolve o trabalho de articulação política para a internalização da Educação Ambiental nas instituições brasileiras. Nesse sentido, seu objetivo é o de promover a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, de forma orgânica e articulada, por meio do provimento das condições políticas e institucionais essenciais para o exercício da Educação Ambiental pela sociedade brasileira. Essa tarefa requer a dinamização de dois processos simultâneos e integrados:

- A constituição da esfera pública da Educação Ambiental;
- A elaboração participativa de políticas públicas em Educação Ambiental.

A *constituição da esfera pública da Educação Ambiental* representa a criação e/ou fortalecimento de instâncias coletivas e colegiadas de interlocução e tomada de decisão contendo as representações das diversas forças sociais nas dimensões municipal, estadual, nacional e internacional; por meio do estabelecimento de grupos de trabalho, câmaras técnicas, comitês, conselhos, colegiados e coletivos, tais como o próprio Órgão Gestor da Pnea e seu Comitê Assessor, as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CT-EA/Conama) e a de Educação e Mobilização Social do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTEM/CNRH), a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (Ciea), os Coletivos Jovens, etc.

Por sua vez, a *elaboração participativa de políticas públicas em Educação Ambiental*, em grande medida representando a intenção final do processo de construção dessas distintas esferas públicas, tem como resultado esperado a definição consensuada de políticas, programas, planos, estratégias ou parâmetros que contenham a definição de diretrizes, princípios, objetivos, linhas de ação, estruturas gestoras, mecanismos de fomento e outros elementos necessários para o exercício da Educação Ambiental nos múltiplos setores e instituições brasileiras e, também, nas dinâmicas internacionais. Tais políticas públicas podem ser centrais e exclusivas para a Educação Ambiental - a exemplo das políticas e programas municipais, estaduais, regionais e nacional de Educação Ambiental - como podem ser transversais, dialogando com outras políticas públicas setoriais temáticas - a exemplo dos programas de Educação Ambiental associados à administração portuária, unidades de conservação, áreas úmidas, manguezais, ordenamento litorâneo, desenvolvimento rural, agroecologia, saneamento e juventude, entre outros.

Nesse sentido, para cumprir esse duplo objetivo, a linha de ação “Articulação e Gestão Institucional da Educação Ambiental” está organizada em quatro estratégias:

- Criação do Sistema Nacional de Educação Ambiental;
- Enraizamento da Educação Ambiental nas unidades federativas;
- Transversalização da Educação Ambiental;
- Fortalecimento da Educação Ambiental nas relações internacionais.

## **ESTRATÉGIA 1: CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), por intermédio do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (Cgea/MEC), é o ente responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, conforme rege o artigo 14 da Lei Federal nº 9.795/99.

Desde que foi oficialmente implementado, em junho de 2003, no exercício de suas atribuições, o Órgão Gestor reconhece os avanços que a Pnea representa, mas identifica nessa lei alguns aspectos que merecem uma revisão e aprimoramento, destacando-se duas importantes lacunas: uma primeira no que diz respeito à caracterização das institucionalidades para a gestão dessa Política, e uma segunda no que se refere à formação de educadores ambientais.

Com relação à primeira lacuna, identificou-se, no âmbito federal, uma possível superposição de atribuições e competências entre o Órgão Gestor e o Comitê Assessor da Pnea, e entre a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama e a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Esse aspecto se repete no âmbito estadual, uma vez que a Educação Ambiental está presente nas secretarias estaduais de Educação e de Meio Ambiente, nas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (Ciea) e nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente. Cabe ressaltar que ainda não possui institucionalidade definida no âmbito municipal.

Em relação à segunda lacuna, identificou-se que não há na referida Política a previsão de instâncias com funções formativas e que a formação de educadores ambientais, no âmbito não-formal, deve ser um dos objetos da construção do Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea).

Com efeito, o marco legal da Pnea (Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002) não oferece um sistema de gestão político-administrativo-formador dessa Política capaz de atuar de forma orgânica, articulada e integrada. Dessa forma, a criação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental se justifica para organizar as institucionalidades próprias do campo da Educação Ambiental, para que se constituam como entes com responsabilidades e atribuições na gestão e implementação da Pnea, representando, por um lado, um subsistema do Sistema Nacional do Meio Ambiente (a exemplo do Sistema Nacional de Recursos Hídricos) e, por outro lado, um sistema de interface com o sistema formal de ensino.

Em função disso, em maio de 2006 o Órgão Gestor da Pnea designou um grupo de trabalho, envolvendo técnicos do DEA/MMA e da Cgea/MEC, para elaborar a proposta de criação do Sisnea, que traduzisse esse acúmulo de experiências da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, que se complementaria com um processo de consulta pública para o aprimoramento e legitimação do novo sistema.

Para iniciar a elaboração da proposta, o grupo de trabalho pesquisou outros sistemas de gestão político-administrativa na esfera federal, tanto da área ambiental como em outras áreas, para identificar as características comuns que qualificam um sistema de gestão político-administrativa, suas funções e seus princípios estruturantes, bem como metodologia de trabalho que viabilize processos democráticos, participativos e formadores. Após 14 meses de trabalho, o grupo consolidou essa construção coletiva. Em 03 de julho de 2007, durante o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, realizado em Salvador (Figura 1), a proposta do Sisnea foi apresentada ao Comitê Assessor do Órgão Gestor e no dia seguinte foi aberta oficialmente à consulta pública (Figura 2).

Neste encontro houve ainda a aprovação em plenária do Pacto por uma Gestão Compartilhada da Educação Ambiental<sup>1</sup> em continuidade e consonância com as propostas e diretrizes firmadas no Compromisso de Goiânia (2004)<sup>2</sup> e Carta de Salvador (2005)<sup>3</sup>.



Figura 1. Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, Salvador (BA), em julho de 2007

A consulta ocorreu de julho de 2007 a maio de 2008 por meio de três vias de participação, não excludentes e não concorrentes entre si, em que cada pessoa e/ou organização pôde participar diretamente:

---

<sup>1</sup> Documento originário do Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental (2007) compromissos assumidos pelos gestores e educadores de todo o País para construção de um sistema nacional de educação ambiental.

<sup>2</sup> Anexo 2.

<sup>3</sup> Anexo 3.



- III Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA);
- Eventos de Educação Ambiental;
- Oficinas espontâneas de debate sobre o Sisnea.

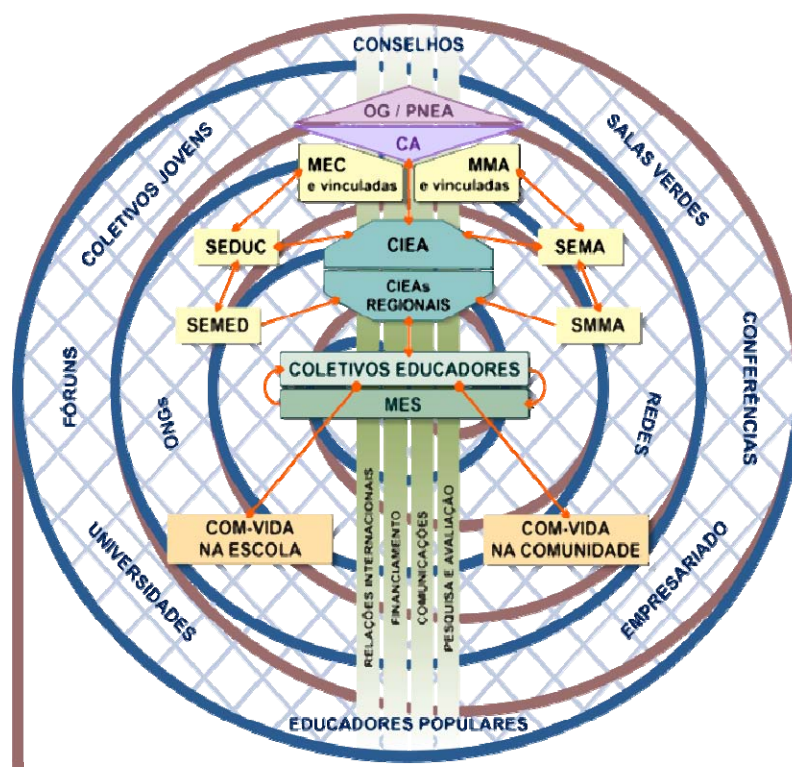


Figura 2.Representação Gráfica do Sistema Nacional de Educação Ambiental – Sisnea

Concomitante à consulta pública foram feitas articulações internas em ambos os ministérios, que resultou na inclusão da proposta do Sisnea no texto base da III CNMA como um dos eixos, a fim de contribuir com o enfrentamento às mudanças climáticas.

Durante o processo da III CNMA, a proposta do Sisnea foi aprovada em todas as Conferências Estaduais (Figura 3), nas 27 unidades federativas do país. Em 10 de maio, em plenária final ocorrida em Brasília (DF) com representantes de todas as unidades federativas, entre as 156 propostas do Eixo IV de Educação e Cidadania Ambiental o Sisnea recebeu sete deliberações específicas:

- “Instituir e implementar o SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental - para articular a gestão compartilhada e a capilaridade da Educação Ambiental, criando instrumentos de fomento para este sistema, em especial para ações educadoras e preventivas, além das mitigadoras e adaptativas, para o enfrentamento das mudanças climáticas”;
- “Promover, por meio da criação de um Fundo Nacional de Educação Ambiental, dentre outras fontes de financiamento, a formação e o fortalecimento de Educadores Ambientais”;
- “Adotar o SISNEA e a Agenda 21 como canais de participação e instrumentos transversais de integração de ações, criando editais públicos para o financiamento de ações do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável oriundo de processos de Agendas 21 Locais, territoriais, etc, com interface na implementação da Política do Plano Nacional de Mudança do Clima, priorizando regiões emergenciais em áreas urbanas”;

- “Promover Políticas Públicas de Educação Ambiental, formal e não formal sinérgicas e transversais com outras áreas do conhecimento, setores e saberes das comunidades tradicionais e populações tradicionais, por meio do fortalecimento dos entes do SISNEA, do SISNAMA e da sociedade civil organizada, bem como de parceria com estes, da utilização de metodologias integradas e participativas e da divulgação das ações realizadas, contemplando temas de interface como: ecoturismo sustentável, produção e consumo sustentável, combate à desertificação, saúde pública, agro-ecologia, tecnologias limpas, cultura, educação para o trânsito, recursos hídricos, mudanças climáticas, esportes (de participação, educacional, de aventura e de lazer) e outros, garantindo recursos financeiros, humanos e logísticos para a implementação”;
- “Implementar o SISNEA – Sistema Nacional de Educação como articulador da Política Nacional de Educação Ambiental, consolidando a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em Educação Ambiental”;
- “Contemplar no SISNEA a criação de um sistema integrado de informações, dando organicidade às políticas e ações dos órgãos ambientais e educacionais”;
- “Criar e implementar o PAC de Educação Ambiental, contemplando imediatamente os quatro passos inicialmente previstos pelo Comitê Assessor do Órgão Gestor, quais sejam: revisão do Decreto 4.281/02 e da Lei 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea); institucionalização do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, por meio de instrumento legal que preveja a sua revisão periódica e participativa e sua vinculação ao PPA; criação e fortalecimento de mecanismos efetivos, transparentes e descentralizados de fomento e financiamento para a Pnea; e a construção participativa, aprovação e implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA, que dê a organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas da Educação Ambiental em todo país”.



Figura 3. Conferência Estadual de Meio Ambiente de Alagoas

É importante ressaltar que a previsão orçamentária para a construção e a implementação do Sisnea está prevista na Ação Orçamentária 2D080000 – Gestão Compartilhada da Educação Ambiental e 49320000 – Formação de Educadores Ambientais, do Programa 052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis - do Plano Plurianual (PPA) 2008/2011.

Embora no processo tenham sido identificadas possibilidades de melhoria na gestão dos programas criados pelo Órgão Gestor para se alcançar uma maior articulação entre as instâncias existentes em Educação Ambiental no país, as lacunas anteriormente assinaladas justificam a

necessidade de se prosseguir na revisão do marco legal da Pnea, na direção da institucionalização do Sisnea.

Há que qualificar a pactuação internamente em ambos os ministérios, do Meio Ambiente e da Educação, a propósito de se elaborar um sistema nacional de Educação Ambiental, em função de sua interface com o Sistema Nacional do Meio Ambiente e com o sistema de ensino, os quais devem ser valorizados e fortalecidos pelo Sisnea. Há que se pactuar também com os respectivos âmbitos da gestão pública da Educação Ambiental nas demais esferas e entes do Sistema, ou seja, em especial com os órgãos vinculados<sup>4</sup> ao MMA, com o Distrito Federal, com os estados e municípios, obedecendo ao princípio federativo.

Há que se pactuar ainda com a comunidade de educadores ambientais, particularmente aquela representada por instâncias colegiadas, do Comitê Assessor; da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conama; da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; das Ciea, e coletivas, como os Coletivos Educadores, os Coletivos Jovens e as Redes de Educação Ambiental, por intermédio de um processo amplo e democrático de enraizamento da Educação Ambiental.

Importante ressaltar novamente que na elaboração do Sisnea se prevê um elemento inovador, o atendimento à necessidade da formação permanente e continuada de educadores ambientais populares, por intermédio da Educação Ambiental não-formal, com a criação de “Coletivos Educadores”, em atendimento ao item VI do artigo 3º da lei nº 9.795/99, que diz incumbir “à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais”.

É de extrema relevância a continuidade da construção e implementação do Sisnea, aprimorando-o e dando-se prosseguimento ao trabalho e as pactuações em curso, a fim de que o país possua uma política estruturante e integrada de Educação Ambiental. A gestão da Pnea, por meio da condução dos distintos espaços colegiados da esfera pública brasileira da Educação Ambiental, pode prosseguir de forma pontual e desarticulada, mas em função da necessidade da busca de organicidade entre as institucionalidades já existentes e as que ainda podem ser criadas, justifica-se a opção pela gestão sistêmica da Política.

Afinal, impõe-se a este Ministério a obrigação de implementação do Sisnea e seu detalhamento, uma vez que é deliberação da III CNMA com força de resolução, conforme inciso I, do Artigo 21, do Regimento Interno da III CNMA, Portaria nº 539, de 25 de outubro de 2007.

A propositura de alteração na Lei da Pnea, com a inclusão de um sistema político-administrativo-formador, se constitui na qualificação da institucionalização da Educação Ambiental brasileira e sua manutenção na vanguarda mundial neste campo.

---

<sup>4</sup> Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

## **ESTRATÉGIA 2: ENRAIZAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS**

O Órgão Gestor da Pnea também desenvolve a ação de Enraizamento da Educação Ambiental nas unidades federativas como uma estratégia de pactuação e institucionalização do Sisnea, no âmbito estadual e no Distrito Federal. Cabe ao DEA/MMA a articulação com os entes do campo ambiental e à Cgea/MEC a articulação com os entes dos estabelecimentos de ensino formal. As condições estruturantes para o Enraizamento da Educação Ambiental são:

- Existência de marcos legais (políticas e programas de Educação Ambiental democraticamente acordados e monitorados);
- Existência de instâncias gestoras (diretorias ou coordenações de Educação Ambiental nas secretarias de Meio Ambiente e Educação, bem como a composição de um órgão gestor estadual);
- Existência de instâncias coletivas e colegiadas, consultivas ou deliberativas, democráticas (Ciea, Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, Redes, Coletivos Educadores, Coletivos Jovens, etc.);
- Existência de mecanismos de fomento para a Educação Ambiental nos Estados, especialmente a partir dos diversos fundos socioambientais;
- Existência de processos de enraizamento municipal da Educação Ambiental replicando, na lógica federativa, a institucionalização do Sisnea.

No contexto democrático, espera-se do poder público a condução para a elaboração e aplicação de políticas públicas conforme manifestam as demandas dos coletivos organizados na sociedade. Nesse sentido, lhe cabe não apenas possuir a sensibilidade adequada à escuta atenta aos anseios da sociedade para construir políticas públicas coerentes à realidade social, mas também garantir as condições ideais para prover a existência do espaço público coletivo e representativo dos interesses díspares da sociedade, onde se dá o exercício da cidadania ativa.

O Enraizamento da Educação Ambiental é basicamente a resposta ao compromisso de institucionalização, articulação e descentralização da Educação Ambiental, assumido em normas orientadoras como a Constituição Federal, e em documentos como a Política Nacional de Educação Ambiental e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), bem como na proposta de construção do Sisnea, além de constituir uma demanda contínua e legítima dos estados e municípios.

Atividade de articulação com forte componente político, o avanço dos seus objetivos depende de uma complexa relação entre as esferas federal, estadual e municipal além da sociedade organizada, para a construção dos componentes previstos no Sisnea. Tal perspectiva faz com que o quadro da institucionalização nos estados seja diverso e apresente configurações únicas para cada unidade federativa, com níveis de institucionalização que podem ser medidos através da: existência de secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente e unidades de gestão da Educação Ambiental; constituição de Ciea, de Política e Programa Estadual de Educação Ambiental; descentralização de gestão estadual da Educação Ambiental; e constituição de conselhos e de fundos socioambientais. Está em contínua evolução a representação do grau de institucionalização da Educação Ambiental nas unidades federativas. Uma síntese ilustrativa desse levantamento é apresentada na tabela 1.

A estratégia de Enraizamento da Educação Ambiental proposta para 2008/2009 (Anexo 1), possui três eixos:

- Institucionalização;
- Articulação e acompanhamento;
- Descentralização.

Tais eixos dialogam com a trajetória dessa articulação com os estados e com os compromissos assumidos em documentos como a Carta de Salvador<sup>5</sup> e o texto do PPA 2008/2011, que prevê a Gestão Compartilhada da Educação Ambiental através da atividade de articulação do Enraizamento.

Baseada no conceito de Enraizamento, essa atividade de articulação conta com apoio de uma equipe que desenvolve suas atividades pautada pela demanda de cada estado, dependendo do nível de institucionalização da Educação Ambiental em cada unidade federativa, e no apoio à implementação de ações do DEA/MMA.

---

<sup>5</sup> Documento originário do I Encontro Nacional de Ciea (2005) contendo as recomendações e as diretrizes para as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (Ciea) (Anexo 3).

Tabela 1 - Institucionalização da Educação Ambiental nas unidades federativas

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Secretaria Estadual de Meio Ambiente Unidade Gestora de EA</b>	<b>Programa de EA</b>	<b>Política de EA</b>	<b>Ciea</b>	<b>Coletivos Jovens</b>	<b>REDE</b>	<b>Consema</b>	<b>Estruturas Educadoras (Salas Verdes)</b>	<b>Coletivos Educadores</b>
<b>ACRE</b>	Secretaria de Meio Ambiente do Acre-Sema/ <i>Coordenação de EA</i>	Existe	Não existe	Existe (Commea)	Existe	Rede Acreana de EA	Existe (não há CT de EA)	Existe 02	Existe 01
<b>ALAGOAS</b>	Instituto do Meio Ambiente - IMA - <i>Divisão de Educação Ambiental - DIEDA</i>	Plano de EA	Não existe	Existe (Ciedam)	Existe	REAL	Existe (não há CT de EA)	Existe 06	Existe 05
<b>AMAPÁ</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente / <i>Núcleo de EA</i>	Existe	Não existe	Existe	Existe	Não existe	Existe (EA tem pauta secundária)	Existe 04	Existe 01
<b>AMAZONAS</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ipaam- <i>Gerência de Educação Ambiental</i>	Não existe	Não existe	Existe	Existe Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Amazonas	Não existe	Existe	Existe 01	Existe 01
<b>BAHIA</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Superintendência de Desenvolvimento Sustentável / <i>Diretoria de EA</i>	Não existe	Não existe	Existe	Existe Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Salvador	REABA e REBECA	Existe (não há CT de EA)	Existe 35	Existe 08
<b>CEARÁ</b>	Semace - Superintendência Estadual de Meio Ambiente/ <i>Coordenação de EA</i> Conpam- Conselho de Gestão do Meio Ambiente/ <i>Coordenação de EA</i>	Existe (Peace)	Existe uma proposta inicial em formulação	Existe	Existe Coletivo Jovem do Ceará	Não existe	Existe	Existe 12	Existe 02
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. IBRAM-Instituto Brasília Ambiental	Não existe	Existe uma proposta inicial em formulação (Minuta PL Nº 1.884/01)	Pró-Ciea	Existe	Não existe	Existe (Conam, não há CT de EA)	Existe 05	Existe 01
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA	Existe	Existe uma proposta inicial em formulação (Minuta PL Nº 148/2002)	Existe	Existe	RECEA	Existe (Consema – há CT de EA)	Existe 10	Existe 05
<b>GOIÁS</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semarh-Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental/ <i>Gerência de EA</i>	Não existe	Não existe	Existe	Existe	Não existe	Existe	Existe 14	Existe 03
<b>MARANHÃO</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais / <i>Superintendência de Desenvolvimento e EA</i>	Existe (Peea)	Existe uma proposta inicial em formulação	Existe	Existe	Não existe	Existe	Existe 05	Existe 09

Unidade Federativa	Secretaria Estadual de Meio Ambiente <i>Unidade Gestora de EA</i>	Programa de EA	Política de EA	Ciea	Coletivos Jovens	REDE	Consema	Estruturas Educadoras (Salas Verdes)	Coletivos Educadores
<b>MATO GROSSO</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente / <i>Superintendência de EA</i>	Existe (Prea/Seduc; Promea/Sema)	Existe / 2003	Existe	Existe	REMTEA	Existe (não há CT de EA)	Existe 11	Existe 10
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia	Não existe	Não existe	Existe	Existe	Rede Aguapé	Existe (não há CT de EA)	Existe 15	Existe 09
<b>MINAS GERAIS</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / Subsecretaria de Gestão Ambiental Integrada / Superintendência de Coordenação Técnica / <i>Diretoria de Extensão e EA</i>	Existe	Existe uma proposta inicial em formulação	Existe (Comfea)	Existe Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Minas Gerais	RMEA	Existe	Existe 63	Existe 15
<b>PARÁ</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente / Diretoria de Planejamento Ambiental e Mudanças Climáticas / <i>Coordenação de Capacitação e EA</i>	Existe (Peam)	Existe uma proposta inicial em formulação	Existe (Ciea)	Existe	Rede Amazônica de EA; Rede Carajás de EA; Rede Paraense de EA	Existe (há CT de EA -Coema)	Existe 18	Existe 06
<b>PARAÍBA</b>	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente	Não existe	Existe	Existe	Existe	REAPB	Existe	Existe 06	Existe 02
<b>PARANÁ</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos / <i>Assessoria de EA</i>	Não existe (minuta)	Existe uma proposta inicial em formulação (Minuta ago/04)	Pró-Ciea	Existe Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Paraná	Rede de EA do Paraná	Existe Coema (há CT de EA)	Existe 26	Existe 04
<b>PERNAMBUCO</b>	Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA/ <i>Gerência de Política Ambiental</i>	Existe (ProEEA)	Não Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe 16	Existe 08
<b>PIAUI</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Semar/ <i>Gerência de educação Ambiental</i>	Existe	Não Existe	Existe	Existe	Não existe	Existe	Existe 09	Existe 01
<b>RIO DE JANEIRO</b>	Secretaria de Estado do Ambiente / <i>Superintendência de EA</i>	Existe	Existe (Lei Nº 3.325 de 17/12/1999) / 1999	Existe (GIEA)	Existe Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro	Rearj e Rede da Região dos Lagos	Existe (Consema, não há EA)	Existe 21	Existe 12
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Idema -Instituto de Defesa do Meio Ambiente (Idema)/ <i>Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental</i>	Existe	Existe / 2007	Existe	Existe Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente do Rio Grande do Norte	REARN	Existe (CONEMA, não tem CT EA)	Existe 09	Existe 02

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Secretaria Estadual de Meio Ambiente Unidade Gestora de EA</b>	<b>Programa de EA</b>	<b>Política de EA</b>	<b>Ciea</b>	<b>Coletivos Jovens</b>	<b>REDE</b>	<b>Consema</b>	<b>Estruturas Educadoras (Salas Verdes)</b>	<b>Coletivos Educadores</b>
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema / <i>Assessoria de EA</i>	Não existe	Existe (Lei Nº 11.730 de 09/01/02)	Existe	Existe	REASul	Existe (há CT de EA)	Existe 27	Existe 08
<b>RONDÔNIA</b>	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SEDAN / <i>Gerência de EA</i>	Não existe	Não existe	Existe (CieaRO)	Existe Coletivo Jovem do Meio Ambiente pela Sustentabilidade	Não existe	Existe (não há CT de EA)	Existe 05	Existe 04
<b>RORAIMA</b>	FEMACT- Fundação de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia/ <i>Gerência de EA</i>	Existe	Não existe	Existe	Existe	Não existe	Existe	Existe 01	Existe 01
<b>SANTA CATARINA</b>	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável / Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente / <i>Gerência de EA</i>	Existe	Existe / 2005	Existe	Existe Coletivo Jovem de Santa Catarina	REASul	Existe (não há CT de EA)	Existe 13	Existe 04
<b>SÃO PAULO</b>	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo / <i>Coordenadoria de EA</i>	Não existe	Existe / 2007	Pró-Ciea	Existe	Não existe	Existe	Existe 42	Existe 19
<b>SERGIPE</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental / <i>Gerência de EA</i>	Não existe	Não existe (em tramitação desde jul/03)	Existe	Existe Coletivo Jovem do Meio Ambiente de Sergipe	REASE	Existe (não há CT de EA)	Existe 03	Existe 01
<b>TOCANTINS</b>	Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Tocantins/ <i>Gerência de EA</i>	Existe (Peea)	Existe (Lei Nº 1.374 de 08/04/04)/ 2007	Existe CEA	Existe	Não existe	Existe (Coema)	Existe 04	Existe 02



### **ESTRATÉGIA 3: TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) propõe o exercício da transversalidade da Educação Ambiental na sociedade como um todo e estimula o diálogo entre as políticas setoriais. No âmbito da gestão da Pnea, o DEA/MMA trabalha no sentido de inserir e internalizar o componente de Educação Ambiental em outras políticas públicas e em outros programas, bem como dialogar sobre as concepções e metodologias de Educação Ambiental a serem incorporadas em tais articulações. Esse trabalho, baseado na articulação política com as diferentes áreas e instâncias de representação, desenvolve-se por meio da participação institucional - Grupos de Trabalho ministeriais e interministeriais, fóruns e colegiados - assim como de reuniões específicas com os responsáveis por programas e projetos no MMA e seus órgãos vinculados<sup>6</sup>, além de outros ministérios.

Dessa forma, as articulações da estratégia da Transversalização da Educação Ambiental ocorrem a partir de modos distintos e complementares de atuação: a) articulações que o DEA/MMA protagoniza ou tem papel relevante; b) articulações em que o DEA/MMA tem papel de apoio e subsídio.

#### **Articulações que o DEA/MMA protagoniza e/ou tem papel relevante:**

##### *1) Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Encea*

A partir de 2006, o DEA/MMA e o Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA) iniciaram o processo de elaboração desta Estratégia, com interlocução entre os dois departamentos e em seguida com a formalização de um Grupo de Trabalho composto pelo MMA, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e MEC, para coordenar um processo participativo da elaboração da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Encea). Este GT foi instituído pela Portaria nº 289 de outubro de 2006 e ratificado pela Portaria 88 de março de 2008, para incorporar o ICMBio.

O processo de elaboração participativa da Encea está em pleno andamento. Oficinas em eventos relacionados à temática foram realizados e, em junho deste ano, realizou-se uma oficina com colaboradores (Figura 4), protagonizada pelo GT, para o aprimoramento da Estratégia. Com o propósito de diagnosticar as ações de Educação Ambiental e comunicação realizadas em Unidades de Conservação (UC), foi encaminhado um questionário aos gestores de UC, aos pontos focais do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, às secretarias estaduais de Meio Ambiente e às demais instituições que desenvolvem trabalhos relacionados a essa temática.

Até o momento, foram envolvidas cerca de 200 pessoas e suas respectivas instituições em atividades presenciais (eventos e oficinas) e obteve-se 122 respostas ao questionário e diversas contribuições via e-mail institucional ([encea@mma.gov.br](mailto:encea@mma.gov.br)) e blog ([encea.blogspot.com](http://encea.blogspot.com)), integrando um cadastro de e-mails de aproximadamente 4.000 contatos.

---

<sup>6</sup> Conforme consta da Nota 1 deste relatório.



Figura 4. Oficina com Colaboradores da Encea, Brasília (DF), junho de 2008

Em uma próxima etapa, programada para agosto a outubro de 2008, prevê-se a realização de oficinas nas diferentes regiões e biomas do país, com o intuito de contemplar no processo a participação de diferentes realidades, olhares, atores e instituições da Educação Ambiental e comunicação nas Unidades de Conservação e seus entornos. O texto resultante da sistematização das contribuições será aberto para consulta pública, prevista para ocorrer entre novembro de 2008 e janeiro de 2009. Destaca-se o papel preponderante do DEA/MMA, que coordena o referido GT, no protagonismo e viabilização deste processo.

A elaboração da Encea se respalda ainda nas seguintes deliberações da III Conferência Nacional de Meio Ambiente (III CNMA):

- *“Criar políticas e programas para dar suporte a práticas da Educação Ambiental e visitação pública em parques e áreas protegidas”;*
- *“Desenvolver ações e processos de Educação Ambiental, de forma dialógica, dirigidos às comunidades tradicionais e populações residentes no entorno e nas áreas de unidades de conservação, em relação ao uso dos recursos naturais, ao combate à biopirataria e considerando seus interesses, anseios e valores, além de promover a formação de agentes sócio-ambientais para atuarem junto a esses grupos”;*
- *“Incentivar e fortalecer políticas e programas de Educação Ambiental destinados às escolas e às comunidades em geral, com o objetivo de participarem de projetos e atividades de preservação e conservação de áreas naturais e recuperação de áreas degradadas junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas, às unidades de conservação (UC) e outras instâncias, sensibilizando a sociedade como um todo sobre a importância da preservação dessas unidades, das Áreas de Preservação Permanente, das Reservas Legais, da vegetação nativa e da recuperação das matas ciliares para a manutenção dos recursos hídricos, da biodiversidade local e da sustentabilidade socioambiental e econômica”.*

Importante salientar ainda a perspectiva de integração da Convenção Ramsar<sup>7</sup> no contexto da elaboração da Encea, uma vez que o DEA/MMA representa o ponto focal no Ministério do Meio Ambiente para os assuntos ligados à Educação Ambiental e conscientização pública nos Sítios RAMSAR. Da mesma forma, a Estratégia dialoga com a Convenção da Diversidade Biológica, assim como com marcos legais correlatos, quais sejam: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/00), Pnea (Lei 9795/99), Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto 5758/06), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/07) e Política Nacional de Biodiversidade (Decreto 4339/02).

## *2) Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas*

Esta articulação para incluir a Educação Ambiental no contexto das mudanças climáticas ocorre por meio da participação do DEA/MMA nas reuniões do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas (FBMC). Esse espaço coletivo elaborou a minuta do Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Mudanças do Clima, que tem a Educação Ambiental contemplada em suas diretrizes e recomenda que o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (SMCQ) seja elaborado em consonância com o ProNEA. Neste sentido, o papel do DEA/MMA na continuidade do diálogo com o FBMC e com a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, é fundamental para a internalização do componente de Educação Ambiental na elaboração do referido plano, especialmente por ter sido uma deliberação da III CNMA:

- *“Incluir a Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com a criação de um Grupo de Trabalho para delinear-la e implementá-la, com representação regional específica”.*

## *3) Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável*

A este Comitê, instituído por meio da Portaria Ministerial nº 44, de 13 de fevereiro 2008, compete a elaboração do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentável, assim como sua divulgação e busca de mecanismos de implementação. O DEA/MMA participa do Comitê, especialmente nas discussões sobre a Prioridade 5, Divulgação e Capacitação em Produção e Consumo Sustentável, que tem por objetivo divulgar conceitos e conhecimentos ligados ao tema junto ao setor produtivo, governos e sociedade civil. Neste âmbito, o DEA/MMA tem a função de provocar o debate sobre “Educação para o Consumo Sustentável”, de modo a qualificar a concepção de educação a respeito da problemática da produção, consumo e meio ambiente. A concepção crítica e transformadora da Educação Ambiental propõe, neste caso, o questionamento do consumismo como valor paradigmático da sociedade de consumo atual, objetivando um engajamento em processos de intervenção coletiva na esfera pública como fruto da ação educativa. Esta ação tem como base ainda a seguinte deliberação da CNMA:

- *“Implantar programas e políticas de Educação Ambiental, visando educar os cidadãos quanto ao uso sustentável da água e seu re-uso, bem como redução e consumo sustentável de energia nos diversos setores da sociedade, principalmente nos setores produtivos e público, criando e difundindo mecanismos para a co-responsabilização dos setores empresariais quanto à logística reversa para resíduos pós-consumo de produtos e embalagens”.*

---

<sup>7</sup> A *Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional* foi adotada em 1971, na cidade iraniana de Ramsar e, por isso, é conhecida como Convenção de Ramsar. Tem como principal missão “a conservação e o uso racional por meio de ação nacional e cooperação internacional como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável das zonas úmidas em todo o mundo”. Seu principal instrumento de implementação é a designação de zonas úmidas de relevante importância ambiental como Sítios Ramsar. No MMA, esta é uma responsabilidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

#### *4) Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária*

Coordenado pelo DEA/MMA, o programa objetiva oferecer às unidades portuárias existentes no território brasileiro, diretrizes gerais, princípios, fundamentos teórico-metodológicos e textos básicos especializados, com o propósito de orientar o desenvolvimento de ações, projetos e programas em Educação Ambiental nos portos do Brasil. O programa estimula, na sua execução, a articulação com outros órgãos que igualmente atuam no âmbito da atividade portuária, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha. O Programa já foi efetivamente adotado em uma unidade portuária na região Sul, no Porto de Rio Grande (RS); em três unidades portuárias na região Nordeste: Porto de Salvador, Ilhéus e Aratu (BA); na região Norte, em portos e/ou terminais vinculados à Companhia Docas do Pará. O processo de implementação já foi desencadeado em pelo menos outras seis unidades portuárias. As demais unidades portuárias já conhecem a proposta e estudam a viabilidade de adoção do programa. A implementação deste programa também está contemplada nas deliberações da III CNMA:

- “Desenvolver uma política de Educação Ambiental portuária, envolvendo colônias de pescadores, ribeirinhos, donos de embarcações e outros, normatizando diretrizes educadoras para questões como o transporte de passageiros e carga, armazenamento de resíduos e outros”.

#### *5) Educação Ambiental e Religião*

Recém criada pelo DEA/MMA, esta iniciativa envolve uma articulação inicial para mobilizar as diversas expressões religiosas praticadas no país com o intuito de deflagrar reflexões sobre as possibilidades de internalização da Educação Ambiental no campo religioso.

### **Articulações em que o DEA/MMA tem papel de apoio e subsídio**

Ainda que as ações elencadas nesta seção não dependam diretamente da atuação do Departamento, uma possível descontinuidade nessas articulações pode acarretar na perda de parceiros importantes para o diálogo sobre Educação Ambiental em outras instâncias governamentais. Isso prejudica o caráter transversal e o fortalecimento da gestão nacional da Educação Ambiental. Essas articulações ocorrem nos seguintes âmbitos:

#### *1) Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento*

Este programa é coordenado pelo Ministério das Cidades e foi elaborado por meio de processo participativo, com a atuação do DEA/MMA junto aos demais atores governamentais, em Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI). Atualmente, o DEA/MMA participa das oficinas regionais de capacitação sobre o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (Peamss). Também está em articulação o processo de institucionalização do GTI para a implementação do Programa<sup>8</sup>.

#### *2) Fortalecimento da Gestão Municipal da Educação Ambiental*

Protagonizado pelo Departamento de Coordenação do Sisnama (Dsis) do MMA, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios (Progam) tem no DEA/MMA a perspectiva de articulação para inserir o componente de Educação Ambiental na gestão ambiental municipal, constituindo-se uma oportunidade para o seu enraizamento da Educação Ambiental nos municípios.

---

<sup>8</sup> Para maior detalhamento sobre este Programa ver cap.2 deste relatório.

Uma das iniciativas do Progam é a realização dos seminários temáticos do Sisnama, que desde 2006 promove videoconferências temáticas, seguidas de discussão *on-line*, destinadas especialmente a gestores municipais. Para o segundo semestre de 2008, a iniciativa inclui em seu público atores da Educação Ambiental das unidades federativas para debater o tema “Fortalecimento das Instâncias de Participação e Controle Social nas Políticas Públicas Ambientais Municipais”. Esta é uma das atividades programadas com o intuito de integrar as ações de formação da Saic/MMA que conta, além do Dsis e do DEA/MMA, com o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS).

### *3) Grupo de Trabalho de Agroecologia do MMA*

Este GT dialoga diretamente com a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia na qual o DEA/MMA tem assento. Esta Comissão, criada pela Portaria nº. 177, conta com a participação de cinco ministérios: da Agricultura (que coordena temporariamente a Comissão, até que o regimento interno da mesma entre em vigor), da Educação, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, e do Desenvolvimento Agrário.

A Comissão Interministerial tem a finalidade de construir, aperfeiçoar e desenvolver políticas públicas para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, no contexto das práticas e movimentos sociais. São também finalidades desta Comissão: a) estimular e apoiar a constituição e o fortalecimento de fóruns e redes da e com a sociedade civil; b) propor mecanismos para viabilizar e estimular a formação de quadros dos órgãos federais envolvidos; e c) propor estratégias de articulação de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito dos órgãos federais.

Para tanto, cada ministério criou um grupo de trabalho interno, envolvendo representantes de secretarias, institutos, agências ou outros órgãos vinculados que tenham relação com as finalidades propostas na Portaria.

O GT de Agroecologia do MMA, de acordo com a Portaria de sua criação, tem a finalidade de formular, aprimorar e desenvolver estratégias de incorporação da agroecologia nas políticas públicas ambientais, além de fortalecimento e integração dos programas, projetos e ações que tenham interface com a agroecologia, no âmbito das secretarias do MMA e órgãos vinculados. Considera importante constituir-se como um fórum de discussão de quaisquer temas relevantes que se relacionem com agroecologia e não somente educação.

### *4) Plano Nacional de Recursos Hídricos*

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA (SRHU/MMA) é a unidade responsável pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que visa desenvolver a gestão integrada dos recursos hídricos sob a ótica do desenvolvimento sustentável e inclusão social. Neste sentido, a Educação Ambiental se apresenta como um processo de forte referência, especialmente nos subprogramas IV.2 – Capacitação e Educação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos e IV.3 – Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, tendo o DEA/MMA como ponto focal na articulação desses subprogramas.

### *5) Grupo de Trabalho sobre Estatísticas e Indicadores Ambientais do MMA*

Este Grupo de Trabalho, coordenado pelo Departamento de Coordenação do Sisnama, objetiva o estabelecimento de indicadores brasileiros para sustentabilidade. O DEA/MMA integra o GT na perspectiva de trazer componentes socioambientais para elaboração de indicadores, especialmente para tornar os processos educativos mensuráveis.

## 6) *Ciclovias Educadoras*

O ProNEA propõe que a educação ocorra intencionalmente nos diferentes espaços e estruturas do cotidiano - tais como viveiros, ciclovias, trilhas, faixas de pedestres, meios de transporte, entre outros - qualificando indivíduos e grupos para intervirem em suas realidades. Nesta perspectiva, em 2007 o Ministério das Cidades iniciou uma articulação junto ao DEA/MMA, com intuito de agregar à Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável a dimensão da Educação Ambiental.

O início dessa articulação se deu por meio da construção conjunta da VII Jornada Brasileira “Na cidade sem meu carro”. A proposta foi elaborada pelo Ministério das Cidades em parceria com os ministérios do Meio Ambiente, da Saúde, dos Esportes e da Educação e resultou: na realização de um seminário sobre a temática em 21 de setembro de 2007; em uma publicação intitulada “Na cidade sem meu carro”; e na elaboração de uma minuta de acordo de cooperação entre esses ministérios, propondo a integração e o desenvolvimento de ações para a promoção da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável e a implementação de um projeto modelo no âmbito da administração pública federal.

A concretização desse acordo de cooperação e a continuidade do diálogo para o fortalecimento e implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável é de extrema relevância, na medida que integra ações e iniciativas que contribuem com o enfrentamento das graves questões socioambientais planetárias e das mudanças ambientais globais, por meio da educação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade.

## **ESTRATÉGIA 4: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Se por um lado é cada vez mais evidente que a internacionalização da Educação Ambiental é absolutamente essencial para o enfrentamento dos desafios ambientais globais, por outro lado os resultados colhidos desse processo são demasiadamente lentos; mas nessa equação, e mantendo sintonia com a política externa brasileira, a linha de “Articulação e Gestão Institucional da Educação Ambiental” se dedica também ao fortalecimento da Educação Ambiental nas relações internacionais, que se materializa especialmente na cooperação bi e multilateral na região latino-americana e no contexto cultural lusófono.

Nesse sentido, trabalha-se em duas frentes: a) pela consolidação Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) e b) pela elaboração de um programa de Educação Ambiental da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esses programas abarcam as demais ações referentes às relações internacionais elencadas a seguir e mantêm diálogo com uma iniciativa considerada transversal a esses dois, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Unesco.

### *1) Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*

As Nações Unidas designaram a Unesco como a agência responsável pela coordenação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cabendo aos países um intenso trabalho de parceria na implementação dos objetivos da Década: promover e melhorar a qualidade da Educação; reorientar e rever os programas de ensino; reforçar a formação técnica e profissional; informar e sensibilizar o público em geral, bem como os

meios de comunicação para o conceito de Desenvolvimento Sustentável<sup>9</sup>. Nesse sentido, o Órgão Gestor da Pnea criou uma página virtual na *internet* (<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>) reunindo diversas documentações e informações sobre as iniciativas ao redor do mundo para a implementação da Década. De modo complementar, elaborou e publicou um livro<sup>10</sup> que reflete sobre as diversas perspectivas político-pedagógicas da Educação Ambiental existentes no Brasil, para dialogar com a nova perspectiva trazida pelas Nações Unidas. O Órgão Gestor aplicou ainda uma pesquisa desenvolvida pelo governo mexicano - “Encuesta latinoamericana y caribeña sobre la educación para el desarrollo sustentable”<sup>11</sup>, para avaliar o grau de conhecimento e adesão à iniciativa da Década.

Pelo fato do Brasil já possuir uma Política e um Programa Nacional de Educação Ambiental, e por ter o campo da Educação Ambiental significativamente instituído no país, em comparação com outras nações, muito do que se espera dos governos já está aplicado no caso brasileiro. Nesse sentido, o próximo passo é a articulação para o ingresso do país nas instâncias internacionais de elaboração e implementação de políticas internacionais de Educação Ambiental, especialmente junto às Nações Unidas.

## 2) Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental

O Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) é uma articulação iniciada pelo governo Venezuelano para fortalecer a cooperação entre os países da América Latina e Caribe. Esta iniciativa incorpora-se à tendência e considera os acordos estabelecidos na III Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo/2002) para a formação de grupos e alianças regionais com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Concebido para ser implementado no marco da Rede de Formação Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), articulado ao Plano de Barbados<sup>12</sup>, à Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável<sup>13</sup> e ao Plano de Ação Regional do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe<sup>14</sup>, o Programa constitui um instrumento de integração regional nas questões afetas à Educação Ambiental e contribui para a consolidação de políticas públicas nacionais. Tem o propósito de estabelecer um mecanismo regional permanente que impulse a coordenação de políticas, estimule o desenvolvimento de programas e projetos e fomente a comunicação, o intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos regionais, assim como entre esses e os outros atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental.

A idéia de elaborar-se um Programa Latino-americano e Caribenho de EA surgiu em 1992, no I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado em Guadalajara, México, diante da necessidade de se propiciar espaços para análise do processo educativo-ambiental na

---

<sup>9</sup> UNESCO. **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)** In: [www.unesco.org](http://www.unesco.org)

<sup>10</sup> LAYRARGUES, Philippe P.(org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004. ([http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/livro\\_ieab.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf))

<sup>11</sup> GONZÁLEZ-GAUDIANO, Édgar Javier. **Encuesta latinoamericana y caribeña sobre la educación para el desarrollo sustentable**. Conferencia Internacional de Educación para el Desarrollo Sustentable, Universidade de Minho, Braga, Portugal, 2004.

<sup>12</sup> Declaração e Programa de Ação aprovados na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, celebrada em Barbados, em 1994.

<sup>13</sup> Esta iniciativa reconhece a importância dos processos sub-regionais e regionais para promover o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, definindo objetivos, diretrizes, temas prioritários e metas.

<sup>14</sup> Foro realizado no Panamá, em 2003, que na sua Decisão 10 manifestou a necessidade de implementar um plano de Educação Ambiental para a região.

região. A elaboração do Programa teve seu ponto alto em 2003, durante o 2º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, realizado no marco do IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, em Cuba. Neste momento, o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe foi considerado a instância mais adequada para discutir a implementação do Programa.

Em cumprimento à decisão do Foro de Ministros, o governo da Venezuela realizou em 2004, a 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, na ilha Margarita, para discutir como seria operacionalizado o Placea. Durante esta reunião estiveram presentes representantes do Ministério de Meio Ambiente de 15 países, que elaboraram um plano de implementação do Programa.

O Placea contribui para a consolidação de políticas públicas nacionais e regionais de Educação Ambiental, estabelecendo e consolidando mecanismos para o trabalho em rede, para a promoção da integração e incremento da comunicação entre organismos públicos e privados das regiões latino-americana e caribenha. Além disso, fortalece os aspectos conceituais e metodológicos da Educação Ambiental no marco da construção de sociedades sustentáveis segundo as óticas regionais, potencializando a formação continuada de educadores ambientais e de outros atores comprometidos com a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Durante a última reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em Santo Domingo, República Dominicana, em fevereiro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil assumiu a responsabilidade de coordenar o Placea no biênio 2008/2009, junto ao Pnuma.

O primeiro momento da agenda do Placea sob coordenação do governo brasileiro, será a realização da 3ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, prevista para ocorrer em Brasília no segundo semestre de 2008. A reunião foi idealizada para ser ampliada, a partir de potenciais sinergias com outras iniciativas a serem trabalhadas na região, como a Conferência Internacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Contará ainda com a apresentação de iniciativas regionais a serem trabalhadas de forma contínua e articulada, como a II Jornada Internacional do Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, uma das principais cartas de princípios da Educação Ambiental latino-americana, e o VI Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, que reunirá, em 2009, na Argentina, educadores ambientais da região.

Para esta ocasião, pretende-se convidar os gestores públicos da Educação Ambiental dos ministérios de Meio Ambiente e de Educação dos países da América Latina e Caribe, além de um representante da sociedade organizada de cada país. Os objetivos do encontro entre os pontos focais do Placea são a revisão da estrutura organizacional do programa, o debate das linhas de ação prioritárias, a mobilização de recursos, a partilha de responsabilidades entre os países e a elaboração de um cronograma de ação do Placea no biênio sob coordenação do governo brasileiro.

Cabe ressaltar a importância de manter a agenda de atividades do governo brasileiro junto aos países latino-americanos e caribenhos, de acordo com as responsabilidades de protagonizar e coordenar as atividades para integrar as políticas públicas de Educação Ambiental na região e com a perspectiva de potencializar as ações de Educação Ambiental propostas pelo MMA. Dessa forma, é oportuna e conveniente a celebração dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro para o biênio 2008/2009.





Figura 5. Representantes do Placea, reunião em abril de 2005

### *2.1) Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental*

Sob iniciativa e coordenação do Conselho Nacional do Ambiente do Peru, entre os meses de agosto e setembro de 2005 foi realizado um processo de consulta com representantes governamentais e de organismos internacionais da região andino-amazônica, visando a elaboração de uma proposta de implementação de ações conjuntas de comunicação e Educação Ambiental no marco do Placea.

A construção coletiva desse projeto comum aos países andino-amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela) culminou em 27 de outubro de 2005, quando ocorreu em Lima, Peru, o 1º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental. O encontro objetivou a finalização da primeira versão do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), no lançamento regional da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e no compartilhamento de experiências de políticas e reflexões conceituais sobre o tema. Para essa ocasião, foram convidados ainda alguns organismos internacionais, a exemplo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Comunidade Andina de Nações (CAN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Parlamento Andino e Parlamento Amazônico.

Como resultado desse encontro, formulou-se um acordo que prevê três linhas de ação deste Plano:

- Políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de Educação Ambiental;
- Comunicação para a educação e a gestão ambiental;
- Formação, capacitação e pesquisa em comunicação e Educação Ambiental.

Na continuidade da elaboração e implementação do Panacea, foi realizado o 2º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental, em Iquitos, Peru, em 22 de fevereiro de 2006, objetivando aprofundar o detalhamento das linhas de ação. E em maio de 2007 foi realizado o 3º Encontro com o objetivo principal de definir a organização do Plano, conforme detalhado a seguir:



Figura 6. 3º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental, realizado em maio de 2007

*I – Definição da estrutura de organização para o Panacea, que deverá ter seu plano de trabalho bianual;*

*II – Definição da Secretaria Executiva do Panacea, que será feita pelo Peru e pela Colômbia; como país substituto, para o período de 2007-2009, ratificado anualmente;*

*III – Cada país deve manifestar oficialmente o aceite a esta secretaria executiva;*

*IV – Cada país deve indicar oficialmente seus representantes, titular e suplente;*

*V – Os países membros devem implementar e divulgar em seus respectivos territórios Panaceas nacionais, cuja configuração e mecanismos de financiamento serão decididos pelas autoridades ambientais e de educação de cada país;*

*VI – Os países devem buscar integração com outros programas que estejam em implementação no território andino-amazônico e tenham componentes de Educação Ambiental e comunicação;*

*VII – Os países se comprometem a intercambiar e difundir documentos de Educação Ambiental e comunicação entre os países partícipes em forma física e digital;*

*VIII – Definem pela construção de um curso andino-amazônico de Educação Ambiental e cada país deve identificar uma universidade, o mais breve possível, para ser sua interlocutora e para que possa trabalhar a proposta junto ao grupo de trabalho deste tema;*

*IX – Os países se comprometem a construir um inventário de universidades que oferecem cursos de Educação Ambiental e que devem entregar para a Secretaria Executiva (Peru) no prazo de até três meses, a contar da data da reunião;*

*X – Os países se comprometem a enviar, mediante um sistema rotativo, informações relevantes sobre o tema ambiental em seus países, para a Secretaria Geral da Comunidade Andina e esta se compromete a elaborar um boletim virtual do Panacea. Para tanto, é sugerido um cronograma de entregas o qual, se repetirá quando terminado. O Brasil fica com a segunda data para enviar tais informações: 30 de julho de 2007;*

*XI – Acorda-se pela continuidade do projeto de comunicação e Educação Ambiental na biodiversidade, para o qual cada país poderá dar o um enfoque pedagógico específico em conformidade com as orientações gerais, podendo cada um integrar sua implementação com outros projetos em fase de implementação em cada território, no Brasil, por exemplo, com o AquaBio<sup>15</sup>, Universidade da Floresta e outros;*

*XII – O Projeto de Apoio e Prevenção a Desastres da Comunidade Andina (Predecan) apresentou uma proposta de um curso sobre introdução da Gestão de Riscos em pós-graduações universitárias. O Predecan elaborará os critérios que devem cumprir as universidades para participarem do curso “Introducción de Gestión de Riesgos en los posgrados Universitarios” e os representantes do PANACEA em cada país apresentarão os candidatos para participarem do curso;*

*XIII – O Brasil apresentou a proposta da Conferência Internacional Infante Juvenil para o Meio Ambiente e os países do Panacea se comprometeram a apoiar a proposta. Foi solicitado o envio de comunicação oficial sobre tal evento, dirigido aos ministros de educação e autoridades ambientais, bem como mais informações sobre a I e II Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente e o detalhamento da proposta da Conferência Internacional;*

*XIV – Aprovou-se, ainda, um decálogo de direitos dos meninos e meninas<sup>16</sup>*

O desenvolvimento da educação e da comunicação ambiental se vincula estreitamente às características sociais, culturais e ambientais dos países e regiões. A articulação de esforços entre países similares, irmanados por laços históricos e por regiões ecológicas compartilhadas e interrelacionadas, é uma opção de futuro que sem dúvida pode abrir as portas ao fortalecimento, ampliação e aprofundamento dos processos educativos e comunicacionais no campo ambiental, em direção à sustentabilidade.

Os países andino-amazônicos possuem grandes riquezas naturais, sociais e culturais, assim como fronteiras comuns, populações e etnias. Também compartilham situações muito complexas no campo da gestão ambiental e da participação e os mesmos objetivos orientados a promover a superação dos graves problemas ambientais e o aproveitamento sustentável dos recursos.

A grande diversidade biológica e cultural funde potencialidades e responsabilidades, dentre elas a de conservação e combate ao desmatamento. Frente a esse compromisso é importante ressaltar que os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgados em dezembro de 2007 confirmando a queda em 59 % dos desmatamentos na Amazônia entre 2004 e 2007, de 27 mil km<sup>2</sup> para 11.200km<sup>2</sup>, refletem um esforço integrado na implementação de ações em especial voltadas à formação, fiscalização e monitoramento desenvolvidas por este Ministério, pelo Ibama e por outros parceiros, determinantes para a queda verificada no período.

O Panacea representa uma importante conquista na articulação regional em comunicação e Educação Ambiental, sendo esse aspecto tão importante para viabilizá-lo quanto o aporte financeiro. Contudo, desde outubro de 2007, em função de uma mudança na Direção da Educação Ambiental do Conselho Nacional do Ambiente do Peru (Conam), a secretaria

---

<sup>15</sup> Para maior detalhamento desta ação, consultar cap. 2 deste relatório.

<sup>16</sup> Conam - Consejo Nacional del Ambiente de Peru, 2007. **Derechos Ambientales de Niños y Ninas.**

executiva do Panacea, houve uma descontinuidade nos encaminhamentos acima elencados. Diante dessa conjuntura, as articulações e propostas de ação deste Plano devem ser retomadas no âmbito do Placea, uma vez que o Brasil é coordenador deste último e tal diretriz se coaduna com as propostas de atuações em áreas prioritárias eleitas por este Ministério.

## 2.2) Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata

Em novembro de 2005, a Itaipu Binacional organizou o evento denominado *Diálogos da Bacia do Prata*, em Foz do Iguaçu, com cerca de dois mil participantes dos cinco países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai). Nessa ocasião, na oficina Água para a Vida, os participantes expressaram o desejo de estabelecer um Centro que representasse os interesses socioambientais da região da Bacia do Prata. As conversas sobre esse tema evoluíram durante o IV Fórum Mundial sobre a Água, no México, em março de 2006, com o Coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe, do Pnuma, Dr. Enrique Leff.

Durante o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado em abril de 2006, em Joinville, foi articulada a realização do Primeiro Encontro de Especialistas em Meio Ambiente da Bacia do Prata e alimentada a necessidade de um Centro para tratar dos assuntos socioambientais da região. O Encontro aconteceu em Foz do Iguaçu, em agosto de 2006 e contou com representantes do Pnuma, do Comitê Intergovernamental da Bacia do Prata, da Itaipu Binacional, da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, dos pontos focais da Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe do Pnuma, dos ministérios de Educação do Brasil e de Meio Ambiente dos cinco países da Bacia, quando foi consolidada a idealização do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata.

Como consequência desse processo, em novembro de 2006 o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata foi formalmente estabelecido mediante assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira, pelo Pnuma, pela Itaipu Binacional e pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu, como um Projeto de Cooperação dos Países da Bacia do Prata.

A formatação desse Acordo de Cooperação contou com a participação dos ministérios do Meio Ambiente dos cinco países, por intermédio dos Pontos Focais da Rede de Formação Ambiental do Pnuma e de organizações da sociedade e universidades dos cinco países.

O Acordo de Cooperação tem como objetivos:

- Dar suporte à construção coletiva de conhecimentos, ações e organização na Bacia, identificando e estabelecendo mecanismos de articulação, cooperação e sinergia de diferentes atores sociais;
- Tornar o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata um espaço promotor de encontros, diálogos, pesquisas e estudos, capaz de gerar informação e formação socioambiental nas modalidades presencial, a distância e difusa;
- Incentivar e facilitar o intercâmbio de saberes, experiências e práticas de uso e manejo sustentável da água e dos demais recursos, constituindo-se como apoio à construção de uma rede de Educação Ambiental na Bacia do Prata.

O Centro de Saberes conta com cinco eixos de reflexão:

- A água como tema integrador;
- A Bacia do Prata como território operacional;
- O pensamento ambiental como marco conceitual da ação;

- A Educação Ambiental como mobilizador social;
- A construção coletiva de conhecimentos, ações e organização.

O Centro conta ainda com a definição de três áreas de atuação:

- Ação socioambiental regional;
- Educação socioambiental regional;
- Fortalecimento institucional.

Em 2006, o Centro de Saberes iniciou um contínuo processo de educação, capacitação e gestão por meio dos Círculos de Aprendizagem Permanente (CAP), cuja meta é formar cerca de cinco mil educadores/as socioambientais na Bacia do Prata até o final de 2009, da seguinte forma:

**CAP I** - Composto pelo Conselho Diretivo, pelo Comitê Gestor, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva, com objetivo de conceber, implantar, acompanhar e avaliar o Processo de Formação Socioambiental, na região da Bacia do Prata.

**CAP II** - Composto pelos gestores e técnicos representantes dos governos, da sociedade civil, da comunicação e das universidades (35 participantes, sendo sete por país), com objetivo de coordenar, implementar, monitorar e avaliar os Processos de Formação Socioambiental da Bacia do Prata, no que se refere aos CAPs III e IV e à alimentação do CAP I.

**CAP III** - Composto por formadores socioambientais de instituições governamentais, da sociedade civil, universidades e comunicadores (150 participantes, sendo trinta por país), com objetivo de tutorar a formação de comunidades de aprendizagem socioambiental (CAP IV) no território da Bacia do Prata.

**CAP IV** - Composto por comunidades de aprendizagem com saberes, ações e produtos de comunicação socioambiental (4.500 pessoas, sendo 900 por país), com objetivo de formar comunidades de aprendizagem que valorizem seus saberes e práticas socioambientais e se capacitem para produzir, com os demais atores sociais, novos saberes e ações sustentáveis na Bacia do Prata.

A previsão do programa de trabalho para o biênio 2008/2009 é de:

- Iniciar o processo de educação a distância com o portal Saber y Cuidar;
- Consolidar os processos de formação do CAP II (35 participantes);
- Lançar o processo de formação do CAP III (30 participantes por país), nos cinco países;
- Lançar o processos de formação do CAP IV (900 participantes por país), nos cinco países;
- Promover outros círculos de diálogos internacionais, irradiando a ação do Centro;
- Publicar a experiência inédita dos processos transfronteiriços de formação socioambiental, tendo como matriz a Bacia do Prata.

O MMA, por intermédio do DEA, dialoga com esse processo desde novembro de 2005, assumindo uma postura ativa na construção da metodologia de formação de formadores socioambientais responsáveis pelos processos de constituição e tutoria das Comunidades de Aprendizagem Participativas da Bacia do Prata. Para tanto, julga-se pertinente a adesão formal desse Ministério ao processo e ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira por meio do Protocolo de Adesão.

O Centro de Saberes é um projeto de alto nível e qualidade técnica, capaz de contribuir para a construção de conhecimentos, difusão de informações, formulação de materiais pedagógicos, bem como para a formulação e integração de ações e políticas de formação em Educação Ambiental desenvolvidas pelos países que compõem a Bacia do Prata.

O objetivo do Projeto está em consonância com as ações da Saic e do Órgão Gestor da Pnea, especialmente com a metodologia de formação de educadores populares que inspirou a proposta a ser desenvolvida pelo Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais. Nesse sentido, o DEA/MMA possui interesse em contribuir para o Centro de Saberes, realizando um processo qualificado de formação em Educação Ambiental, em parceria com a Cgea/MEC e com os demais signatários do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado.

Cabe esclarecer que ainda não está previsto o custo operacional do projeto, uma vez que o modelo de gestão e as bases financeiras, que contemplam recursos materiais e humanos para o Centro de Saberes, serão propostos pelo seu Comitê Gestor (criado pelo artigo 8º do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira). No entanto, instituições governamentais e não-governamentais parceiras no projeto deverão contribuir para sua implementação, partilhando custos.

### *2.3) Observatórios de Educação Ambiental para a Sustentabilidade na América Latina e Caribe*

O projeto “Observatorios de Educación Ambiental para la Sostenibilidad en la America Latina y el Caribe” é uma iniciativa do Ministério da Educação Nacional da Colômbia que tem por objetivo possibilitar o intercâmbio de experiências significativas nas áreas de Educação Ambiental e sustentabilidade, identificando concepções, metodologias e possibilidades de projeção. Busca, por meio da instalação de um observatório demonstrativo de Educação Ambiental em cada um dos países participantes (Colômbia, Brasil, México e Peru), definir estratégias de políticas públicas para potencializar a Educação Ambiental na região latino-americana e caribenha.

Este projeto foi concebido após a realização, entre 1999 e 2000, do Projeto Multilateral “Educação para Cidadania e Sustentabilidade em Sociedades Multiculturais” e do módulo “Educação Ambiental para a Sustentabilidade”, com a participação da Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, México, Peru e Venezuela.

Além dessas ações, a proposta de Observatórios de Educação Ambiental foi fortalecida quando a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>17</sup>, por meio da Secretaria Executiva para o Desenvolvimento Integral e do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (Cidi), elaborou uma série de resoluções que favoreceram a realização de projetos na área da educação, meio ambiente e Educação Ambiental<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Fórum Multilateral do Hemisfério Ocidental para o fortalecimento da democracia, a promoção dos direitos humanos e a discussão de problemas comuns dos países membros.

<sup>18</sup> Resolução Cidi/RME/RES.5 (1/98): Educação para a Sustentabilidade das Américas; e Resolução Cidi/CidiS/RES.1 (III-O/02): Apoio a iniciativa da Cimeira das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável.

O Órgão Gestor da Pnea participou da primeira e da segunda reuniões presenciais da equipe técnica multinacional, realizadas em setembro de 2007 e março de 2008, em Bogotá, Colômbia, além de contribuições a distância.

As reuniões presenciais foram custeadas pela OEA e tiveram por objetivo viabilizar as atividades previstas para a primeira fase do projeto, com apresentação do histórico e das atuais políticas públicas de Educação Ambiental em cada país, possibilitando introduzir conceitual e metodologicamente a proposta do Projeto de Observatórios de Educação Ambiental para a Sustentabilidade na América Latina e Caribe.

As equipes técnicas nacionais possuem a responsabilidade de contextualizar e implementar o projeto no país, coletando informações relevantes e produzindo documentos que consolidem o projeto por meio da discussão e da sistematização de parâmetros para sistematizar experiências significativas em Educação Ambiental para sustentabilidade e aspectos sobre estrutura e funcionamento do observatório.

A segunda fase depende da aprovação do projeto pela OEA e refere-se à implementação dos observatórios nos quatro países de forma articulada. Objetiva-se qualificar espaços de interlocução e troca de experiências e possibilitar o fortalecimento da identidade latino-americana e caribenha da Educação Ambiental, na medida em que o projeto for ampliado para os demais países da região, no âmbito do Placea.

A relevância da constituição de um Observatório Nacional de Educação Ambiental no Brasil e sua articulação regional deve-se ao estímulo ao saber ambiental e ao fortalecimento da potência de ação dos diversos grupos sociais que trabalham na perspectiva de um futuro sustentável. Dessa forma, busca incrementar processos de formação de educadores ambientais por meio da articulação de instituições e da sistematização de experiências que possam atender às demandas por informações e subsidiar o debate e a proposição sobre os rumos da Educação Ambiental nos países latino-americanos e caribenhos.

#### 2.4) 2ª. Jornada Internacional de Educação Ambiental

Durante a Rio 92, no contexto dos eventos do Fórum Global e dos Tratados produzidos pelo Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais, foi realizada a Primeira Jornada Internacional de Educação Ambiental durante a qual foi aprovado o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, fruto de um processo participativo internacional de um ano de duração.

O Tratado, como iniciativa da sociedade civil, foi um motor de mudanças significativas na concepção de Educação Ambiental em vários aspectos, merecendo destaque para: a visão de mundo que consta dos princípios e valores do Tratado e a clareza da necessidade de Educação Ambiental como questão de cidadania local e planetária, assunto de todos, independentemente de formação acadêmica, condição social, idade, atuação profissional e social.

No Brasil, o Tratado inspirou algumas experiências significativas, como a constituição da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Mas foi a partir de 2003 que o Tratado de Educação Ambiental começou a ter um alcance maior, por tornar-se um das bases do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental. Esta visão começou a permear espaços mais amplos, particularmente a partir do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado em Joinville em 2006, onde o Tratado foi debatido em profundidade. O Placea é outro espaço importante para o diálogo sobre a aplicabilidade do Tratado de Educação Ambiental às políticas públicas.

No bojo desse processo, foi feita a proposta de realizar-se uma segunda Jornada com participação de organizações da sociedade civil e de governos, com o objetivo de partilhar iniciativas e metodologias de Educação Ambiental que promovam a sustentabilidade. Pretende-se dar visibilidade às conexões entre as ações locais e as mudanças globais, promovendo a articulação dos atores sociais que fundamentam sua ação em princípios e valores que visam um futuro sustentável.

O DEA/MMA dialogou com ONGs, nacionais e internacionais, para dar início a esse processo previsto para durar até 2012, com ênfase no ano de 2010, durante o qual serão realizadas diversas atividades descentralizadas acompanhando eventos internacionais ligados à educação, como a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea VI)<sup>19</sup>. O processo culminará com a criação de um Conselho Internacional do Tratado de Educação Ambiental, similar ao da Carta da Terra, cuja missão será manter uma articulação internacional entre ONGs, governos, instituições acadêmicas e meios de comunicação que partilham os mesmos princípios e valores em relação à Educação Ambiental e a visão de que a mesma deverá ser colocada no centro da gestão ambiental que apregoa a sustentabilidade.

O grupo constituído no Brasil já se reuniu algumas vezes e deu andamento a algumas questões como a definição do plano de trabalho, a escolha dos eventos internacionais nos quais participará com uma atividade específica do Tratado<sup>20</sup>. Também foi definida a necessidade de materiais básicos de apoio à divulgação e realização da Jornada (impressos, audiovisuais e eletrônicos), incluindo logomarca, sítio *web*, vídeo da Jornada anterior e convocatória da próxima e serviço de tradução aos quatro idiomas da Jornada: português, espanhol, francês e inglês.

### *3) Programa de Cooperação Internacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

#### *3.1) Projeto de Cooperação Técnica entre Brasil e Angola*

Por solicitação do governo angolano e com base no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, assinado em 11 de junho de 1980, foi firmado, em 26 de maio de 2006, o Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”.

O acordo de cooperação entre os dois países é fruto do reconhecimento pelo Governo de Angola da experiência brasileira na estruturação e implementação de seu Sisnea e de seu ProNEA. O Brasil aceitou o desafio de construir, junto com o poder público e a sociedade civil, uma educação ambiental voltada à constituição de uma sociedade angolana ecologicamente sustentável e socialmente justa.

Com prazo de vigência de 24 meses, esse acordo teve como objetivo a criação de um espaço de interlocução bilateral em Educação Ambiental entre Angola e Brasil; a realização de um processo de formação/capacitação de gestores e editores em educação ambiental angolanos; e o apoio à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola (PECA - Angola), visando dar sustentação para o exercício de experiências em Educação Ambiental no país.

---

19 A Confitea ocorre de 12 em 12 anos e discute, desde 1949, a importância de ações voltadas para a educação de adultos. Será a primeira vez que o encontro acontecerá em um país da América do Sul. A última Conferência aconteceu em 1997, em Hamburgo, na Alemanha.

20 Placea, Fórum Social Mundial, Confitea VI, Bonn-Mid Term, VI Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Encontro de Educação Ambiental para países Lusófonos, entre outros, incluindo encontros nacionais.



Nesse contexto, em outubro de 2006, foi realizada uma missão técnica brasileira em Angola, com a participação de três membros do DEA/MMA, para dar início às atividades. Como produto dessa missão, foram formadas quatro comissões responsáveis pela elaboração da primeira versão do PECA-Angola e definida uma agenda de trabalho.

O segundo resultado alcançado pelo projeto foi a realização de uma oficina de formação de formadores angolanos em educação ambiental, realizada em Brasília, Cuiabá e Salvador, no Brasil, entre 24 de fevereiro e 13 de março de 2007. Esse processo de formação foi composto de momentos de exposição e discussão a política nacional de Educação Ambiental brasileira e angolana; oficinas de trabalho; visitas técnicas; trabalhos em grupo e aprimoramento da primeira versão do PECA - Angola.

No período de 16 de julho a 01 de agosto de 2007, foi realizada uma missão em Luanda, Angola, para a formação de técnicos angolanos e consulta pública do PECA - Angola. Essa missão foi responsável pela realização do Curso de Formação de Formadores em Educação Ambiental no Centro de Convenções Futungo II, Luanda. O objetivo foi realizar a consulta pública do PECA – Angola e formar formadores que organizarão cursos e projetos nas províncias de Angola, numa estratégia de capilaridade. Partindo desse panorama, as atividades concentraram-se em três eixos principais - painéis conceituais, oficinas teórico-práticas e a consulta pública do PECA-, visando o adensamento conceitual sobre educação ambiental, o intercâmbio de experiências e a consolidação e ampliação das ações em Educação Ambiental em Angola.

Participaram do curso 54 gestores de meio ambiente, professores e ativistas sociais de 15 das 18 províncias de Angola, ou seja, quase o dobro de participantes previstos no projeto original, ampliando ainda mais os resultados da missão. O curso foi conduzido pela delegação brasileira, composta por sete profissionais, representantes do DEA/MMA, CGEA/MEC, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. A coordenação do curso ficou sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola, com o apoio do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação de Angola e do Ministério da Saúde de Angola.

O PECA - Angola adotou como missão “Conscientizar as pessoas nas questões ambientais, isto é, formar valores, atitudes, aptidões e competências para que estas participem ativamente na construção de uma sociedade sustentável”. Entre os seus princípios está o “reconhecimento e afirmação da diversidade cultural, étnica e igualdade de gênero”, refletindo a multiculturalidade do país expressa nas diversas línguas africanas faladas atualmente.

Como desdobramento desse projeto de cooperação, o governo angolano solicitou a renovação do Acordo de Cooperação Brasil-Angola para fortalecimento da educação ambiental. Para a nova fase do Acordo, o governo angolano prevê o apoio do Brasil na implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental nas 18 províncias angolanas, a implementação de um centro de educação ambiental e salas verdes e a criação de um curso de pós-graduação em educação ambiental em Angola.

### *3.2) Projeto de Educação Ambiental na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*

Datam de 1989 as etapas preparatórias para o surgimento formal de uma comunidade lusófona, com uma visão compartilhada de desenvolvimento e democracia, por ocasião do I Encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, no Brasil, resultando na criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e, em 1996, na criação da própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa Comunidade já existia

antes de ser institucionalizada, em função da identidade lingüística entre os países Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. A sua formalização proporcionou um quadro dentro do qual as relações existentes podiam se reforçar e desenvolver, uma vez que seu valor já estava reconhecido como plataforma para: acordo político-diplomático; cooperação econômica, social, cultural, jurídica ou técnico-científica; e promoção da língua portuguesa.

A institucionalização da CPLP correspondeu à criação de um foro geopolítico na comunidade internacional, unindo países com características simultaneamente comuns quanto à língua e diferenciadas culturalmente, facilitando relações bi e multilaterais entre os países membros.

O Brasil, desde governos anteriores e com maior preponderância no governo atual, tem assumido um papel de liderança em acordos internacionais relacionados à temática socioambiental, devido não só a seu enquadramento geográfico, mas ao ativismo diplomático e às alianças estratégicas já em desenvolvimento. Pelas suas características socioambientais, bem como pelo seu histórico de participação em eventos de Educação Ambiental e processos de mobilização social, o país é um ator de relevante expressão na política ambiental global.

Nesse contexto, o DEA/MMA participou na construção do Programa de Educação e Conscientização Ambiental de Angola, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Urbanismo e Ambiente desse país. Inicia um processo similar com o governo de Moçambique, a pedido do Ministério da Coordenação para a Ação Ambiental desse país. Tais articulações contam com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

O Projeto de Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nasceu de três passos subseqüentes fundamentais, ocorridos em 2006:

- o Simpósio Lusófono de Educação Ambiental, que decorreu em abril;
- a Reunião de Ministros do Meio Ambiente da CPLP, em maio;
- a Reunião com a Missão Permanente do Brasil na CPLP, em agosto.

Foi feita a necessária articulação entre o DEA/MMA, Missão Permanente do Brasil na CPLP e ABC/MRE, seguindo-se a apresentação do Projeto na XIV Reunião de Pontos Focais da Plataforma CPLP. A segunda apresentação do projeto ao Fundo Especial da CPLP foi na XV Reunião de Pontos Focais, nos dias 24 e 25 de julho de 2007, em Lisboa, Portugal. Nessa data, os recursos necessários já haviam sido disponibilizados pelo MMA e pela ABC/MRE do Brasil. Foram também incorporadas ao projeto as observações técnicas por parte dos governos de Moçambique e Portugal, configurando ao projeto um caráter coletivo em seu processo de construção e gestão.

No I Congresso dos Países Lusófonos e Galícia, ocorrido em setembro de 2007, em Santiago de Compostela, Espanha (Figura 7), representantes dos governos dos oito países que compõem a CPLP estabeleceram algumas definições referentes às estratégias de implementação do projeto, formando um Comitê Gestor responsável por acompanhar as ações, monitorar e propor formas de continuidade. No mesmo evento, foram definidos os integrantes de tal Comitê.

Várias parcerias já foram estabelecidas para a implementação do projeto: a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); b) contato com o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura; c) aproximação ao Projeto de Fortalecimento da Juventude Lusófona pelo Meio Ambiente; d) Fundação *Rotary* de São Paulo; e) empresa *Fujitsu-Siemens*, Portugal; f) Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (Lisboa, Portugal); g) Centro de

Ecologia Aplicada Baeta Neves (Lisboa, Portugal); h) aproximação ao Centro de Estudos Africanos (CEA/ ISCTE, Lisboa, Portugal); i) aproximação ao Instituto Camões (Embaixada de Portugal, Brasília, DF); j) aproximação com a Rádio Difusão Portuguesa África (RDP-África, Lisboa, Portugal).



Figura 7. I Congresso dos Países Lusófonos e Galícia, Santiago de Compostela, Espanha, setembro de 2007

Os eixos que alicerçam o Projeto respeitam a mesma estrutura organizacional do DEA/MMA:

- Gestão – operacionalização das ações previstas no projeto: a instalação e fornecimento de equipamento dos Centros de Educação Ambiental/Salas Verdes, duas em cada um dos oito países, uma no Ministério do Ambiente ou órgão correlato, e outra em organização da sociedade, eleita pelo ponto focal do país;
- Formação – presencial e a distância do Comitê Gestor do Projeto e dos técnicos/gestores das Salas, através de reuniões presenciais e missões técnicas de formação nas áreas temáticas da Plataforma de Cooperação da CPLP;
- Comunicação – estabelecimento e manutenção de uma rede de Salas Verdes entre os oito países que compõem a CPLP, através de lista de discussão, portal da internet, comunicados periódicos e boletins informativos (on-line e impressos).

Considera-se favorável à política de relações internacionais iniciada pelo DEA/MMA, inserida em um contexto macro-político do governo brasileiro, a manutenção e promoção da figura de um Comitê Gestor que responda pela continuidade das ações e assegure a sustentabilidade desta proposta, de alcance internacional.

Consideram-se fundamentais as seguintes medidas para a continuidade da implementação do Projeto:

- estimular, através do fortalecimento de parcerias institucionais, a minimização de custos com aquisição de equipamentos e materiais, com viagens e alojamento das equipes formadoras;
- estimular, através da formação dos recursos humanos envolvidos no Projeto em cada um dos países, o uso racional dos recursos escassos e a captação de recursos em fontes diversas, atendendo à problemática de vários países no acesso a bens essenciais e à visão do Estado como único provisor;
- reforçar a simplicidade de função e execução do Termo de Atribuição de Financiamento, instrumento que formaliza a relação de confiança mútua entre os países membros da Plataforma de Cooperação da CPLP, para a execução do Projeto seguindo o cronograma previsto.

## **CAPÍTULO 2 - LINHA DE AÇÃO: “FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS”**

### **APRESENTAÇÃO**

A Linha de Ação Formação de Educadores Ambientais tem o objetivo de planejar e promover processos participativos, democráticos, permanentes e sustentáveis de formação de educadores ambientais populares e de implementação de estruturas educadoras pautados no Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA).

Esta Linha de Ação está organizada em duas estratégias articuladas para o planejamento e a execução das ações e projetos - Coletivos Educadores, Projeto Salas Verdes, Ação Municípios Educadores Sustentáveis, implementação de estruturas educadoras integradas entre outras ações - que resultaram em articulações institucionais para a formação de educadores ambientais sob coordenação deste Departamento.

- Processos Formativos - na qual se insere a elaboração das propostas presenciais e a distância de formação de educadores ambientais populares e das propostas de formação por temas geradores.
- Gestão do ProFEA – na qual se inserem o acompanhamento e apoio técnico, jurídico e financeiro aos Coletivos Educadores, Salas Verdes e Estruturas Educadoras.

A seguir, são apresentadas algumas das principais ações e projetos desta linha.

### **COLETIVOS EDUCADORES**

Em 2003, iniciou-se a elaboração do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), com o objetivo de criar uma dinâmica nacional contínua de formação de educadores ambientais, apoiar e estimular processos educativos em direção à construção da sustentabilidade socioambiental e fortalecer as instituições e seus sujeitos para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos procurando envolver a totalidade e diversidade da população brasileira, conforme rege a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) .

Em 2004, iniciou-se a articulação de Coletivos Educadores como estratégia de implementação do ProFEA. Coletivos Educadores são grupos de instituições, movimentos sociais, redes e colegiados territoriais que promovem processos formativos em Educação Ambiental integrados, permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território.

As primeiras experiências com Coletivos Educadores no país ocorreram nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o apoio de parceiros institucionais do DEA – Parque Nacional do Iguaçu, Itaipu Binacional e o Programa Pantanal do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (DRB/SRHU) do MMA. Para viabilizar a constituição e desenvolvimento desses Coletivos, bem como a sistematização das informações para a requalificação do ProFEA, houve acordos entre o MMA e esses parceiros. Nesse processo constituíram-se os primeiros nove Coletivos Educadores no Brasil: um no Paraná, envolvendo cerca de 34 municípios, quatro no Mato Grosso, com cerca de 53 municípios, e quatro no Mato Grosso do Sul, abrangendo cerca de 34 municípios.

Em 2005, após a experiência com as primeiras articulações de Coletivos Educadores pautados pelo ProFEA, o DEA lançou o Edital 05/2005, via Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), para constituição de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, com a parceria dos ministérios da Educação (MEC), da Integração Nacional (MI) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foram apresentados 57 projetos e aprovados 22, envolvendo cerca de 193 instituições e 224 municípios em dez unidades federativas, dos quais 18 foram conveniados, dois apresentaram impedimentos jurídicos e dois ainda tramitam no FNMA. Embora o convênio não tenha sido celebrado com estes quatro projetos aprovados, a constituição dos respectivos Coletivos foi prosseguida pelos grupos de instituições e eles foram envolvidos em todas as ações propostas pelo DEA direcionadas a Coletivos Educadores.

Durante o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, realizado de 04 a 06 de abril de 2006, organizado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), foi realizado um encontro desses Coletivos provenientes do Edital FNMA, no qual foram definidas estratégias de comunicação entre eles e com o DEA, na intenção de estruturar uma Rede de Coletivos Educadores que permitisse a troca de experiências com relação ao desenvolvimento dos projetos.

Em agosto de 2006, realizou-se em Brasília a I Oficina Nacional de Coletivos Educadores (Figura 1) com o objetivo de prosseguir com o acompanhamento e aprimoramento conceitual e técnico-financeiro dos projetos aprovados no Edital, que, até então, eram realizados a distância pelo DEA. Nessa oficina, o DEA também apresentou àquele conjunto de Coletivos os instrumentos e propostas de materiais pedagógicos idealizados para acompanhar, sistematizar e embasar conceitualmente suas ações; debateu a necessidade de constituição de um sistema nacional que organizasse as competências das instâncias formadoras e políticas de Educação Ambiental nas três esferas de poder e em lógicas de organização territoriais, com o intuito de promover conexão e fluidez entre elas; e expôs as perspectivas para estimular a criação de outros Coletivos Educadores no território nacional.



Figura 1. I Oficina Nacional de Coletivos Educadores, realizada em Brasília (DF), em agosto de 2006

Participaram dessa oficina 35 integrantes de 21 projetos de Coletivos Educadores. Os encaminhamentos objetivaram estruturar a forma de acompanhamento, consolidação e ampliação dos Coletivos pela criação do Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores (Sace), o envio de uma proposta de Resolução ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para a criação de um Cadastro Nacional de Coletivos Educadores e as sugestões para aprimoramento da cartilha “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”<sup>21</sup>, disponível no *link*: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/cartilha\\_coleds.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cartilha_coleds.pdf). Iniciava-se aí o reconhecimento dos Coletivos Educadores como instância pedagógica do Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), posteriormente lançado para consulta pública em julho de 2007.

Ainda em 2006, na perspectiva da ampliação do conjunto de Coletivos Educadores no Brasil, o DEA lançou a Chamada Pública MMA 01/2006 - Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis. Essa forma de seleção teve o intuito de mapear grupos de instituições que se propusessem a aderir ao ProFEA, constituindo Coletivos Educadores. Foram submetidos 123 projetos, envolvendo aproximadamente 600 instituições e abrangendo mais de 910 municípios, provenientes de todas as unidades federativas do país, dos quais 118 foram aprovados pela Câmara Técnica Temporária instituída para a análise.

Embora o DEA não dispusesse de recursos financeiros para o desenvolvimento desses projetos, por isso uma *chamada pública* ao invés de um *edital*, foi assumido o compromisso de celebrar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com cada potencial Coletivo Educador para subsidiar sua constituição. Nesses ACTs foram previstos: apoio técnico – presencial e a distância – para a elaboração dos seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP); apoio por meio de materiais pedagógicos produzidos pelo Órgão Gestor da Pnea, oferta de processos formativos em Educação Ambiental para subsidiar seus próprios projetos de formação de educadores ambientais; inserção no Cadastro Nacional de Coletivos Educadores após a elaboração do PPP; e busca por editais específicos para aqueles inseridos nesse Cadastro. O acompanhamento técnico do DEA passou a envolver, além dos Coletivos Educadores beneficiados com o edital FNMA, os potenciais Coletivos mapeados nessa seleção.

O Cadastro Nacional de Coletivos Educadores foi concebido com o objetivo de garantir o reconhecimento desses grupos, fora do âmbito do MMA, como instância pedagógica do Sisnea e, portanto, como referência para as ações de Educação Ambiental em suas bases territoriais. A concepção do Cadastro foi elaborada pelo DEA e submetida à consulta dos Coletivos Educadores do Edital e a outros parceiros durante os anos de 2006 e 2007. Em 17 de janeiro de 2008, a proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Meio Ambiente no intuito de que uma Resolução criasse e regulasse seu funcionamento e, no presente momento, essa proposta encontra-se em discussão e aprimoramento na Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho. Para possibilitar o acompanhamento e orientação técnica das atividades desses grupos a serem cadastrados, foi criado o Sace, um ambiente eletrônico na *internet*, disponível em <http://sistemas.mma.gov.br/coletivos> e vinculado ao Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (Sibeia), este último criado pela gestão do DEA anterior a 2003 e mantido e aprimorado pela atual. O Sace permite que os Coletivos Educadores troquem informações entre si e tenham seus trabalhos e produtos acessados pela sociedade, além de permitir que haja um acompanhamento e assessoramento técnicos mais qualificados, pelo DEA.

---

<sup>21</sup> Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Cartilha Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2007.

Por conta dos trâmites jurídicos internos, tanto das instituições proponentes quanto do MMA, até junho de 2008 foram celebrados 60 Acordos de Cooperação Técnica, dos projetos aprovados em Chamada Pública. Neste momento, dos 58 projetos com ACTs ainda não celebrados, 46 manifestaram interesse em manter a parceria e prosseguir nos trâmites para sua consecução.

Em 2007, com o objetivo de subsidiar esses Coletivos Educadores no desenvolvimento de suas atividades, discutir os planos de trabalho dos ACTs e estimular a integração com as Salas Verdes, realizou-se 16 Oficinas Estaduais (Figura 2) que envolveram os potenciais Coletivos Educadores da Chamada Pública, os Coletivos Educadores do edital FNMA e representantes das Salas Verdes de 22 unidades federativas, quais sejam Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Piauí, Amapá, Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rondônia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Amazonas, Roraima, Mato Grosso e São Paulo.

As oficinas foram realizadas entre agosto e dezembro e contaram com a participação de aproximadamente 560 representantes das diversas instituições envolvidas nos Coletivos Educadores e Salas Verdes. Em todas elas, o DEA obteve o apoio e a participação de representantes das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e de representantes das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (Ciea), o que demonstrou o reconhecimento dos Coletivos Educadores como uma política pública para além da instância federal e representou mais um passo para reforçar a articulação desses grupos com as políticas estaduais e municipais de Educação Ambiental. Os resultados sinalizaram para a criação de Redes Estaduais de Coletivos Educadores em alguns estados, articulação desses Coletivos com as Ciea, integração das Salas Verdes no processo e mapeamento das principais demandas por processos formativos apresentadas por eles.



Figura 2. Oficina Estadual de Coletivos Educadores de Santa Catarina, outubro de 2007



Alguns setores do próprio MMA, outros ministérios, governos estaduais e instituições públicas e privadas vieram e vêm articulando-se institucionalmente com o DEA para a constituição de Coletivos Educadores como componente central da implementação de ações de Educação Ambiental atreladas aos seus programas, projetos e ações, como aqueles vinculados:

- ao Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, com Coletivos Educadores na Bacia do Rio São Francisco;
- ao Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento;
- ao Projeto Férias Sustentáveis e a Campanha Global Passaporte Verde, com um Coletivo Educador na região do município de Parati – RJ, vinculado ao Programa Nacional de Ecoturismo (ProEcotur) do MMA em articulação com o Ministério do Turismo, no Brasil, e com o Ministério de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da França;
- à Coordenação da Agenda 21 vinculada ao Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS) da Saic/MMA para a formação de educadores ambientais integrada ao processo de Agenda 21 Local no município de Alcântara – MA;
- à companhia Furnas Centrais Elétricas S.A. para a constituição de Coletivos Educadores na região da divisa entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, com Acordo de Cooperação Técnica em andamento;
- à Companhia Paranaense de Energia (Copel), com foco nas bacias hidrográficas do Estado do Paraná, com Acordo de Cooperação Técnica em andamento;
- ao Consórcio Intermunicipal Pró-Sinos, com um Coletivo Educador abrangendo 22 municípios da Bacia do Rio dos Sinos no Estado do Rio Grande do Sul, com recursos oriundos de uma emenda parlamentar e viabilizado por Termo de Referência do FNMA.

Entre os dias 30 de março e 02 de abril de 2008, em Nova Iguaçu (RJ), o DEA promoveu a II Oficina Nacional de Coletivos Educadores destinada a prosseguir com o acompanhamento do Edital. Desta oficina participaram também os Coletivos Educadores da Chamada Pública que se encontravam no Estado do Rio de Janeiro, por se considerar que esse seria um momento de aprendizagem importante e oportuno devido à proximidade física desses Coletivos. A oficina contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, proponente de um Coletivo Educador da Chamada Pública, e estiveram presentes representantes de 17 Coletivos Educadores aprovados pelo Edital, de três Coletivos Educadores da Chamada Pública, da Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro e da companhia Furnas Centrais Elétricas S.A., totalizando 45 participantes.



Figura 3. Grupo de trabalho durante a II Oficina Nacional de Coletivos Educadores, realizada em Nova Iguaçu (RJ), em março/abril de 2008

A oficina aprofundou a estruturação da arquitetura de capilaridade dos Coletivos, ou seja, a seleção dos educandos de forma a envolver os diferentes grupos sociais do território; os processos de educomunicação na formação de educadores ambientais e a constituição das Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida (Com-Vidas) como grupos de reflexão e ação no contexto socioambiental do território. Esses temas compunham os Projetos Políticos Pedagógicos entregues ao FNMA em 2007 como produtos do desenvolvimento dos projetos contemplados pelo Edital e que, após a avaliação por uma Câmara Técnica Temporária, foram objeto de debate nessa oficina.

Esse momento foi oportuno também para debater o papel dos Coletivos Educadores no Sisnea, sua relação com as instâncias formuladoras e deliberativas desse Sistema, tais como governos estaduais, Ciea e governos municipais, bem como a potencialidade desse Sistema de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o sistema de ensino. Ainda, como a maior parte desses Coletivos iniciaram sua articulação especialmente em função de projetos de um edital, debateu-se a questão de sua sustentabilidade institucional, pedagógica e financeira, uma vez que há a expectativa de continuidade desses grupos independente dos projetos que desencadearam sua articulação. Essa questão tem sido essencial para o DEA, uma vez que os Coletivos Educadores têm sido reconhecidos e afirmados como a estratégia de implementação das políticas públicas de Educação Ambiental por meio do ProFEA.

Da oficina resultaram encaminhamentos para fortalecer a comunicação entre Coletivos Educadores e a visibilidade de suas ações. Recomendou-se que o DEA, assessorado por um grupo com representantes dos Coletivos, retomasse a circulação de um boletim informativo; fortalecesse Grupos de Trabalho - entre eles para debater a estratégia de Educação a distância componente de uma proposta nacional de formação de educadores ambientais em curso -; e criasse Grupos de Trabalho para aprofundar os processos e eixos referentes ao desenvolvimento das atividades formativas dos Coletivos Educadores de modo a garantir a troca de experiências e aprimoramento entre eles. Esses encaminhamentos estão atualmente em andamento e o DEA lançou, no dia 07 de julho de 2008, a publicação bimensal “COLECIONA: fichário d@ EducadorAmbiental”. O

primeiro volume trouxe uma introdução aos Coletivos e os próximos números contarão com uma seção elaborada pelos próprios Coletivos. O Coleciona pode ser baixado através do *link*: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/fichario1.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/fichario1.pdf)

A III Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada de 7 a 10 de maio de 2008 em Brasília (DF), envolveu cerca de 115 mil pessoas nas 27 unidades federativas e confirmou a necessidade do MMA contemplar a diversidade de demandas por processos de formação de educadores ambientais via Coletivos Educadores, Com-Vidas e Salas Verdes, uma vez que esses projetos, estratégias e ações foram citados nominalmente em, no mínimo, oito deliberações. onforme a Portaria nº 539, de 25 de outubro de 2007, essas deliberações têm força de resolução para o MMA, ou seja, é obrigatório o seu cumprimento.

O panorama hoje é de 143 Coletivos Educadores, em diferentes fases de desenvolvimento, distribuídos nas 27 unidades federativas do país (Figura 4) e envolvendo cerca de 1.260 municípios<sup>22</sup>, o que equivale a uma cobertura de 22,1% do território nacional (Tabela 1). Embora as regiões Nordeste e Sudeste tenham maior quantidade de municípios abrangidos por Coletivos Educadores (365 e 346, respectivamente), as regiões Centro-Oeste e Norte são atualmente as mais representadas em termos proporcionais (35,6% e 24,7%, respectivamente), o que se explica por essas duas regiões terem menor número de municípios.

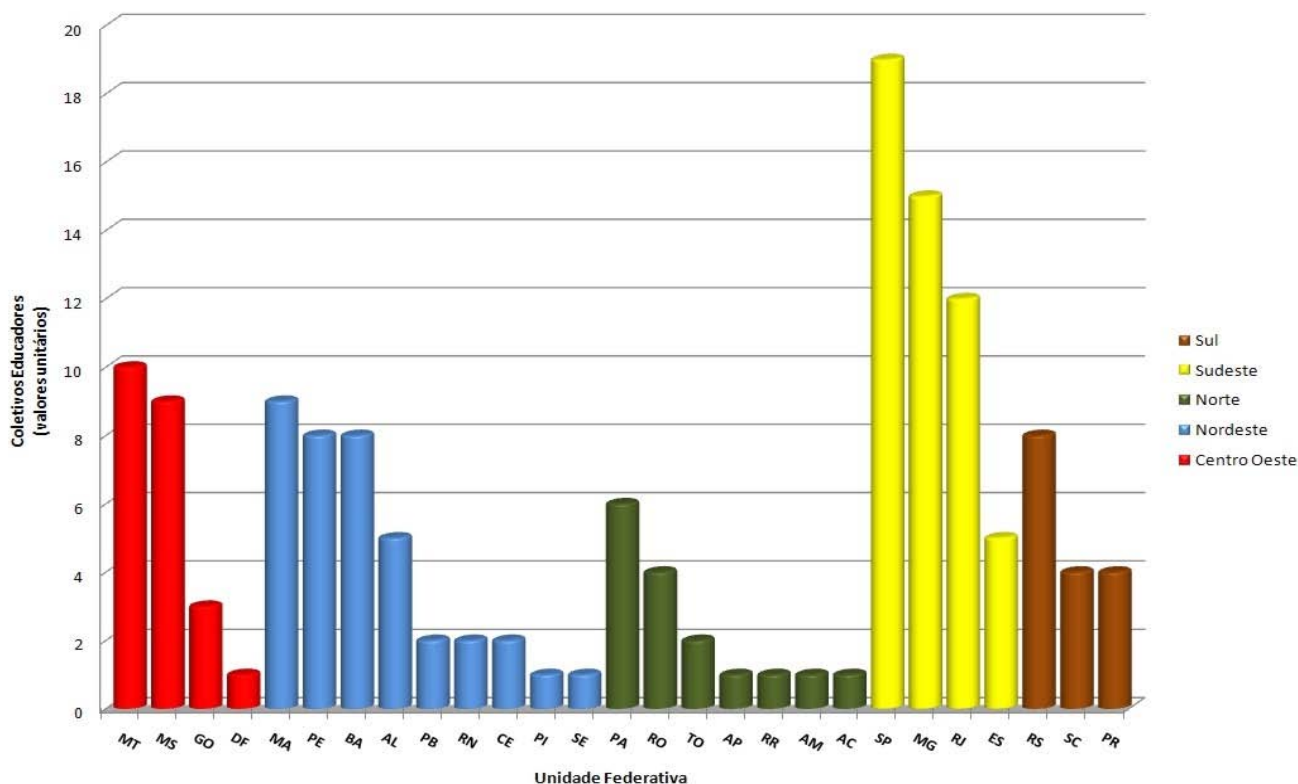


Figura 4. Número de Coletivos Educadores por Unidade Federativa

22 Para uma listagem completa dos municípios, veja Anexo 4.

Tabela 1. Panorama geral da distribuição dos Coletivos Educadores por unidade federativa

Região	UF	Coletivos Educadores (n°)	Municípios abrangidos por Coletivos Educadores (n°)	Municípios em cada UF (n°)	Proporção abrangida da UF (%)
Centro Oeste	DF	1	1	1	100,0
	GO	3	20	246	8,1
	MS	9	56	78	71,8
	MT	10	89	141	63,1
	<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>166</b>	<b>466</b>	<b>35,8</b>
Nordeste	AL	5	51	102	50,0
	BA	8	65	417	15,6
	CE	2	3	184	1,6
	MA	9	104	217	47,9
	PB	2	12	223	5,4
	PE	8	30	185	16,2
	PI	1	35	223	15,7
	RN	2	40	167	24,0
	SE	1	25	75	33,3
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>365</b>	<b>1793</b>	<b>20,4</b>	
Norte	AC	1	6	22	27,3
	AM	1	1	62	1,6
	AP	1	1	16	6,3
	PA	6	38	143	26,6
	RO	4	48	52	92,3
	RR	1	4	15	26,7
	TO	2	13	139	9,4
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>111</b>	<b>449</b>	<b>24,7</b>	
Sudeste	ES	5	18	78	23,1
	MG	15	148	853	17,4
	RJ	11	50	92	54,3
	SP	19	130	645	20,2
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>346</b>	<b>1668</b>	<b>20,7</b>	
Sul	PR	4	61	399	15,3
	RS	8	77	496	15,5
	SC	4	101	293	34,5
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>239</b>	<b>1188</b>	<b>20,1</b>	
<b>Total nacional</b>		<b>143</b>	<b>1227</b>	<b>5564</b>	<b>22,1</b>

As instituições e grupos integrantes desses Coletivos são 655, dentre as quais 188 são prefeituras municipais (28,7%); 105 organizações não-governamentais (16%); 100 associações (15,3%) como associação de municípios, de moradores, de assentamentos, de trabalhadores rurais, de empreendimentos e assistência técnica a extensão rural, de agentes ambientais e cooperativas de acidentes de trabalho; 63 universidades (9,6%); 34 movimentos sociais (5,2%) como Redes de Educação Ambiental, Coletivos Jovens, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Coletivos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimentos Populares; 35 instituições de ensino (5,3%) como escolas, centros técnicos e de extensão rural; e 37 órgãos dos governos estaduais (5,6%) (Figura 5).

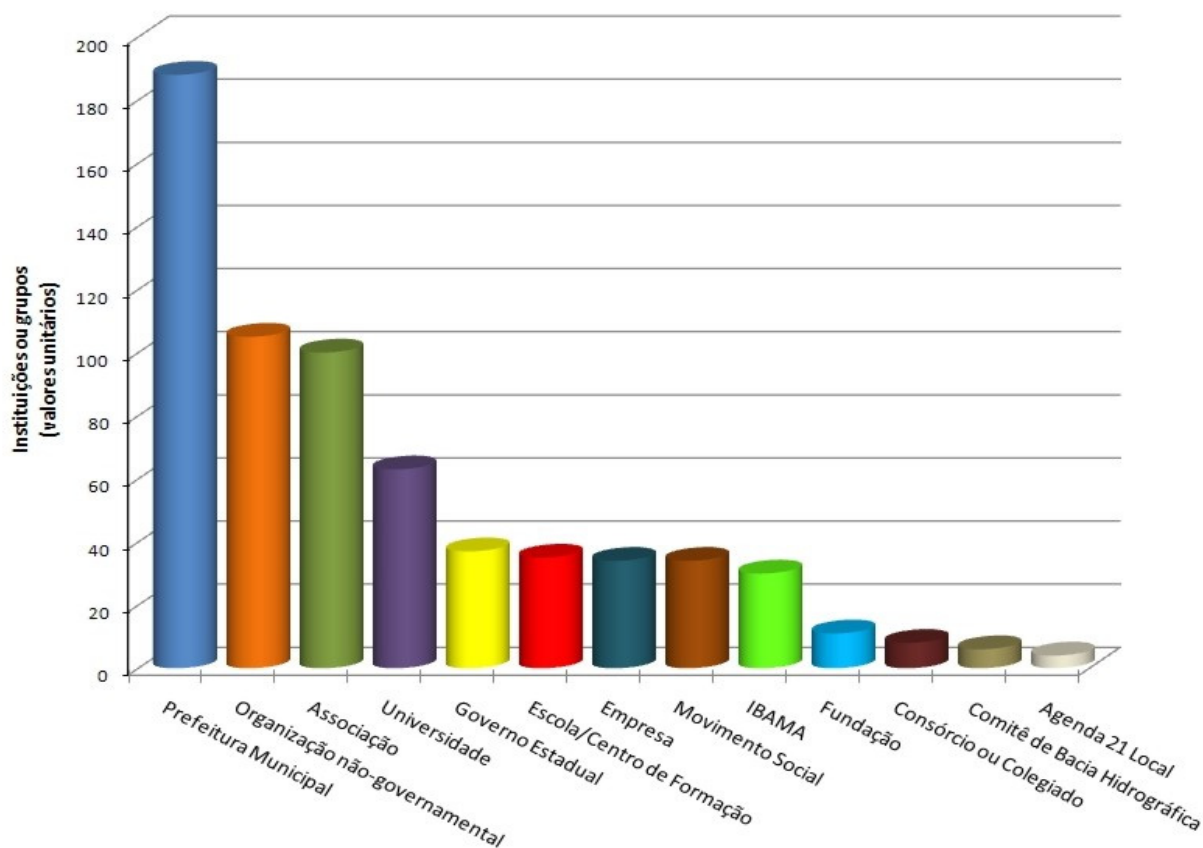


Figura 5. Instituições e grupos integrantes dos Coletivos Educadores

As instituições proponentes desses Coletivos são majoritariamente organizações não-governamentais (27%), seguidas de fundações, prefeituras municipais e universidades, em torno de 16% cada grupo. Há outras categorias de proponentes, como empresas, associações, consórcios intermunicipais, movimentos sociais e instituições do governo federal, como o Ibama (Figura 6).

Esses dados indicam que a adesão ao ProFEA e as articulações institucionais para a constituição de Coletivos Educadores são iniciativas independentes de características e problemáticas socioambientais dos territórios, pois o programa tem-se adequadamente às diferentes realidades e demandas na área de Educação Ambiental, justamente por ter em seus objetivos “a formação de educadores ambientais a partir de diferentes contextos”, além de visar o fortalecimento das instituições e seus sujeitos sociais para atuação autônoma, crítica e inovadora em processos formativos. Esses objetivos estão refletidos diretamente na metodologia proposta para a constituição do Coletivo Educador, que prevê, dentre outros passos, a articulação de instituições que atuam com Educação Ambiental, Educação Popular e mobilização social para agirem de forma integrada e sincrônica em um determinado território.

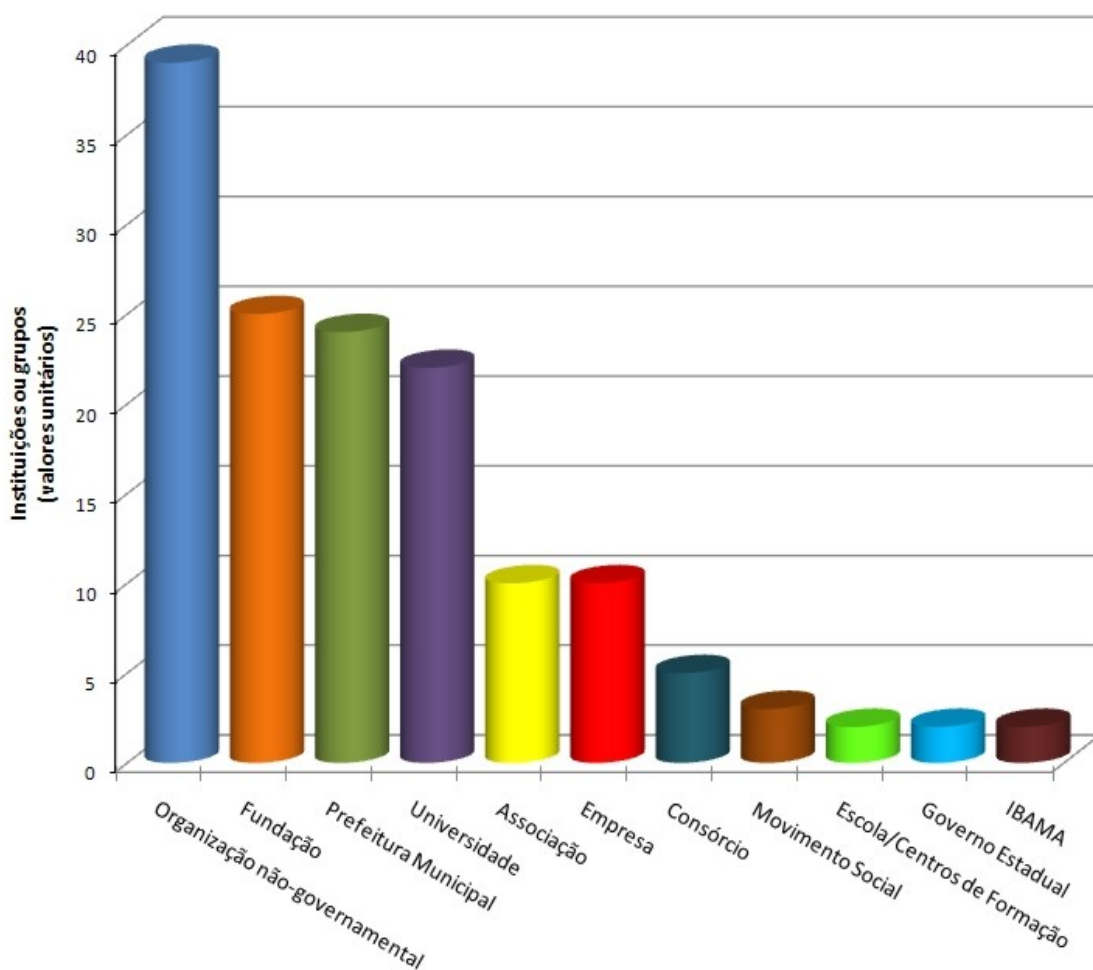


Figura 6. Instituições proponentes de Coletivos Educadores

Após diversas articulações conduzidas pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, a Comissão Mista de Meio Ambiente do Senado aprovou em 2007 a emenda parlamentar para implementar e consolidar a gestão de processos de educação e gestão ambiental, por meio do ProFEA, com as modalidades a distância, difusa e presencial, em uma Educação Ambiental permanente, articulada, continuada e abrangendo a diversidade de atores sociais no país. Esse recurso foi disponibilizado no Programa 0052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis na Ação 18.128.0052.4932.0001 – Formação de Educadores Ambientais – Nacional no valor de R\$ 9.076.000,00 (nove milhões setenta e seis mil reais), sendo que o contingenciado até o momento foi de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais) e o disponível é o valor de R\$ 8.316.000,00 (oito milhões trezentos e dezesseis mil reais). Os objetivos principais do projeto dessa emenda parlamentar foram:

- estimular e apoiar a formação de um milhão de educadores ambientais populares com atuação em todos os setores e regiões do país;
- realizar eventos e campanhas ambientais para mobilização social brasileira;
- fortalecer a institucionalização de estruturas e processos voltados à proteção ambiental e à melhoria da qualidade de vida nos municípios de todo país, por meio de atividades de capacitação, acesso a informações e orientações técnicas, articulação regional e com outras esferas de governo e da sociedade;

- fomentar uma rede articulada de estruturas e processos educadores envolvendo Coletivos Educadores, Salas Verdes, Conferências Nacionais, Estaduais, Regionais e Locais de Meio Ambiente, Agendas 21 Locais, Viveiros Educadores e Municípios Educadores Sustentáveis – que vinham sendo implementados pelo MMA – em parceria com os Tele-Centros, Pontos de Cultura, Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas e outras políticas de governo nas três esferas de poder, de modo a garantir sua permanência e continuidade junto à totalidade dos habitantes de cada território deste país.

Para desenhar a proposta de formação de educadores(as) ambientais no território nacional, foram considerados os seguintes aspectos:

- a) o cenário diverso de instituições participantes dos Coletivos Educadores e das realidades socioambientais nas quais estão inseridos, haja vista todos os biomas e unidades federativas estarem presentes nas áreas de atuação dos Coletivos Educadores;
- b) as deliberações da III CNMA;
- c) o compromisso assumido nos ACTs e as demandas provenientes das oficinas estaduais e nacionais de Coletivos Educadores;
- d) os objetivos da emenda parlamentar da Comissão Mista de Meio Ambiente do Senado aprovada;
- e) os temas prioritários ao MMA.

Procurou-se contemplar heterogeneidade de públicos e territórios por meio dos projetos, estratégias e ações em curso, integrando a esse processo as demandas formativas identificadas também para os públicos do DCRS, ambos da Saic/MMA, à qual o DEA se encontra vinculado.

O Coletivo Educador será protagonista no diálogo com a Saic/MMA para selecionar o público que participará do processo formativo, uma vez que, por ser a instância pedagógica no Sisnea, tem a atribuição de construir e implementar a formação em seu território. Esse protagonismo inclui o mapeamento socioambiental e a identificação de pessoas com perfil de mobilização e liderança nos seus grupos sociais, que sejam capazes de intervir na gestão socioambiental e na formação de outros educadores ambientais populares. O mapeamento deverá considerar as Salas Verdes, os Ciea, os fóruns de Agenda 21, os delegados egressos das Conferências de Meio Ambiente, os órgãos estaduais de Meio Ambiente, colegiados e demais instâncias de formulação de políticas públicas do campo socioambiental e de formação de educadores ambientais existentes no território.

A formação será semi-presencial e prevê a atuação de coordenador pedagógico e tutores, indicados pelos Coletivos Educadores, que atuarão na formação de educadores ambientais populares. Os tutores desempenharão papel central no processo formativo, uma vez que atuarão como animadores e mediadores junto aos educadores ambientais, também chamados de cursistas, portanto uma primeira fase da formação tem o objetivo de qualificar os profissionais envolvidos nessa atividade. A segunda fase destina-se aos cursistas e prevê intervenções educacionais junto a grupos de ação local.

Está prevista a realização de seis módulos, a saber:

- Módulo 1: Formação em Educação a Distância;
- Módulo 2: Mapeamento e diagnóstico socioambientais do território;
- Módulo 3: Formação do Educador Ambiental Popular;
- Módulo 4: Educação Ambiental e Políticas Públicas;

- Módulo 5: Métodos e técnicas participativas de educação, pesquisa e avaliação;
- Módulo 6: Temático/Setorial/Regional – este módulo trará conteúdos temáticos apontados como significativos pelos participantes, além de temas considerados prioritários para as políticas do MMA e da Saic e, ainda, temáticas de relevância regional, contando com a elaboração por parte dos próprios participantes da formação.

O DEA elaborou as ementas de cada módulo, que orientarão a elaboração dos conteúdos, adaptação para Ensino a Distância (EaD) e produção de materiais pedagógicos. Esse é o próximo passo e deve ser realizado entre agosto e dezembro de 2008 para que a formação seja iniciada em 2009. Para implementar a formação semi-presencial serão mapeadas instituições parceiras em cada região que envolverão determinado número de Coletivos Educadores na realização da formação.

Paralelamente, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou também, em 2008, uma emenda parlamentar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para um projeto voltado a promover Educação Ambiental nas microbacias hidrográficas de todo o país, envolvendo Unidades de Conservação e instituições promotoras de cidadania ambiental capazes de contribuir para a sustentabilidade da ação educadora e ambientalista. Atendendo a essa demanda, o DEA, em conjunto com a SRHU/MMA, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) elaboraram um projeto que potencializasse e articulasse os objetivos definidos pela Câmara dos Deputados com as ações em curso de cada um desses setores/instituições. Entende-se essa articulação com as políticas públicas em andamento essencial para a sustentabilidade e permanência do projeto para além da finitude dos recursos previstos na emenda, tornando-o capaz de traduzir-se em um alavancador de políticas públicas de Educação Ambiental com a temática da água, em detrimento de esvair-se em um projeto pontual. O documento do projeto foi encaminhado à Secex e à Saic/MMA e, no momento, a equipe do DEA aguarda retorno sobre os próximos encaminhamentos.

Nesse contexto, o papel colocado ao DEA é o de subsidiar a formação de educadores ambientais conduzida pelos Coletivos Educadores com os públicos mapeados em suas áreas de atuação bem como qualificar a formulação de políticas públicas de Educação Ambiental.

## **PROJETO SALAS VERDES**

O Projeto Salas Verdes consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção da ação ambiental.

Buscando fortalecer e estruturar espaços educadores e atender às demandas encaminhadas ao MMA, em 2003 foram contempladas por demanda espontânea 45 Salas Verdes que propuseram a realização de ações educativas a partir dos materiais encaminhados.

A partir de 2004 e até o presente momento, foram lançados três processos seletivos que definiram requisitos mínimos para a constituição e o reconhecimento de Salas Verdes: ter um projeto político pedagógico; ter equipe técnica responsável pela implementação do mesmo e manutenção do acervo; ter espaço físico e garantia de administração e sustentabilidade.



Em contrapartida, ao assinar o Termo de Compromisso com cada Sala selecionada, o DEA se compromete a: a) viabilizar apoio técnico continuado; b) ceder a chancela deste Ministério; c) encaminhar semestralmente a todas as Salas contempladas um kit com diversas publicações e um banner da Sala Verde; d) acompanhar e monitorar as atividades; e) dar visibilidade às ações das Salas e promover a comunicação e articulação das mesmas.

Neste sentido, buscando fortalecer as Salas Verdes existentes, foi criado um grupo de discussão na internet (projetosalaverde@yahoogrupos.com.br), um sítio do projeto (www.mma.gov.br/ea), um blog (<http://salasverdes.blogspot.com>) e algumas edições de um boletim eletrônico. Para subsidiar os trabalhos dessas salas foram elaborados e distribuídos materiais de apoio e divulgação próprios, como o manual de Orientação: Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental, que pode ser baixado através do link: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/ceas\\_ppp.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_ppp.pdf).



Figura 7. Banner do Projeto Salas Verdes

A realização de encontros também contribuiu com a integração das atividades desenvolvidas pelas Salas Verdes. Em 2006, foi realizado, em Vitória (ES), o I Encontro Nacional de Salas Verdes sob coordenação do DEA em parceria com a rede de Centros de Educação Ambiental (Rede CEA), que contou com a presença de 24% das Salas que representaram todas as regiões do país. Estimuladas pelos resultados deste primeiro evento e percebendo a relevância de momentos presenciais, as próprias Salas Verdes organizaram encontros regionais em São Paulo, Pará, Bacia do São Francisco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas iniciativas reforçam a demanda por um segundo encontro nacional de Salas Verdes.

Atualmente, das 411 Salas Verdes implantadas, 383 estão em atividade, o que representa um percentual de 93,19% de permanência no projeto, com representação em todas as unidades da federação. Conforme apresenta a figura 9, 170 Salas Verdes estão instaladas em instituições públicas municipais; 32 funcionam em instituições de ensino superior; 74 estão sob responsabilidade de organizações da sociedade civil (ONG, Oscip, Associações); 26 em fundações; 17 em instituições públicas estaduais; 14 em institutos; nove no Ibama e suas unidades; cinco estão instaladas em agências da Caixa Econômica Federal; 17 em instituições de ensino como escolas agrotécnicas, Centros Federais de Educação tecnológica e 19, agrupadas na categoria “Outros”, estão ligadas a empresas públicas, privadas e unidades de conservação. Em relação à distribuição

por região, 9,14% das Salas estão localizadas na Região Norte; 26,37% na região Nordeste; 11,75% na região Centro-Oeste; 35,51% na região Sudeste e 17,23 % na região Sul .



Figura 8 – Distribuição das Salas Verdes no território nacional

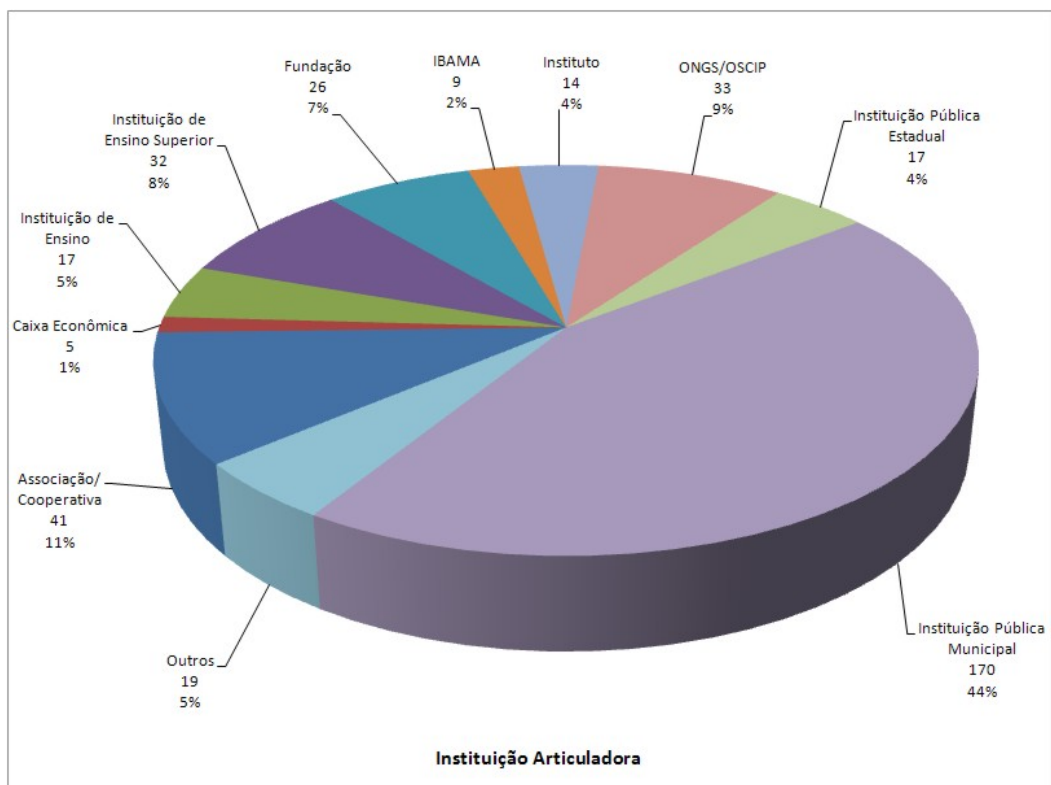


Figura 9. Agrupamento das Salas Verdes existentes no território nacional por tipo de instituição articuladora.

Em 2007, com intuito de diagnosticar o estado da arte das Salas Verdes, o DEA/MMA encaminhou, via ofício, um questionário a todas as Salas e, após três meses, prazo estipulado para recebimento das respostas, obteve o retorno de 250 questionários. Esse documento colheu informações relativas à gestão das Salas Verdes, infra-estrutura existente, perfil do público atendido, tipos de atividades realizadas, entre outros itens.

A sistematização e análise das informações revelou aspectos e dados importantes para avaliação e aprimoramento continuados da política pública em questão. O Projeto Político Pedagógico (PPP), dimensão essencial a ser considerada em toda proposta de implantação e gestão de uma Sala Verde, é o documento que desenha a intenção pedagógica e social do espaço, partindo dos referenciais e bases conceituais e políticas até sua operacionalização. Das 250 Salas, 93% afirmam dedicar-se ao PPP de distintas formas, seja no processo de elaboração, atualização, revisão ou implementação.

A operacionalização do PPP só é possível quando se tem uma equipe responsável por seu acompanhamento, avaliação e constante revisão. As respostas indicam que 49% das Salas Verdes estão satisfeitas com a equipe disponível para realização dessas atividades. Cumpre ressaltar que as 250 salas envolvem cerca de 464 servidores, 212 contratados, 302 estagiários, 610 colaboradores e 506 voluntários, pessoal comprometido ou mantido pela instituição proponente e parceiros.

Em relação à localização, foram considerados dois aspectos: o primeiro referente à situação das salas em zona urbana ou rural e o segundo relativo à proximidade a Unidades de Conservação. Das 250 Salas Verdes, 227 estão situadas em zona urbana. No que se refere ao segundo aspecto, 92 salas encontram-se próximas a Unidades de Conservação (UC) e 45 localizam-se dentro de UC. Esse cenário aponta para uma possível e necessária convergência de políticas, tendo em vista a previsão de desenvolvimento de atividades educacionais pelas UC e a inexistência, na maioria das unidades, de infra-estrutura adequada para tanto. Destaca-se também, a importância da inserção da temática de UC nas atividades desenvolvidas pelas Salas Verdes.

Para além do espaço mínimo exigido como contrapartida para instalação de uma Sala Verde<sup>23</sup>, 113 Salas contam com espaço descoberto para realização de suas atividades e 116 possuem área verde. Importante ressaltar, ainda, o trabalho diferenciado que 21 Salas Verdes itinerantes realizam, utilizando veículos como ônibus, microônibus e veleiro.

A variedade dos recursos que uma Sala Verde possui, sejam eles físicos ou tecnológicos, contribui para sua constituição como espaço interativo de formação e informação ambiental. Como pode ser observado na figura 10, pelo menos 125 salas dispõem de recursos como auditório com sala de projeção multimídia, sala de leitura e biblioteca; 97 salas possuem hortas/viveiros de mudas; 82 possuem jardim medicinal; 81 trilhas de interpretação ambiental e 103 dispõem de refeitório. Além desses, a categoria “outras” refere-se a importantes recursos, tais como: minhocário, herbarium vivo, tanques de peixes, açude, acervo de história natural, centro de tecnologias sustentáveis, alojamento, horta medicinal, galeria de arte, oficina de artesanatos, laboratório de informática e estação meteorológica. Esses elementos servem de modelo e exemplo de práticas sustentáveis e possibilitam a ampliação e diversificação das atividades desenvolvidas pelas Salas.

---

23 O espaço mínimo para instalação de uma Sala Verde deve ser suficiente para o desenvolvimento de ações voltadas à comunidade e contar com infra-estrutura básica: mesas, cadeiras e uma estante.

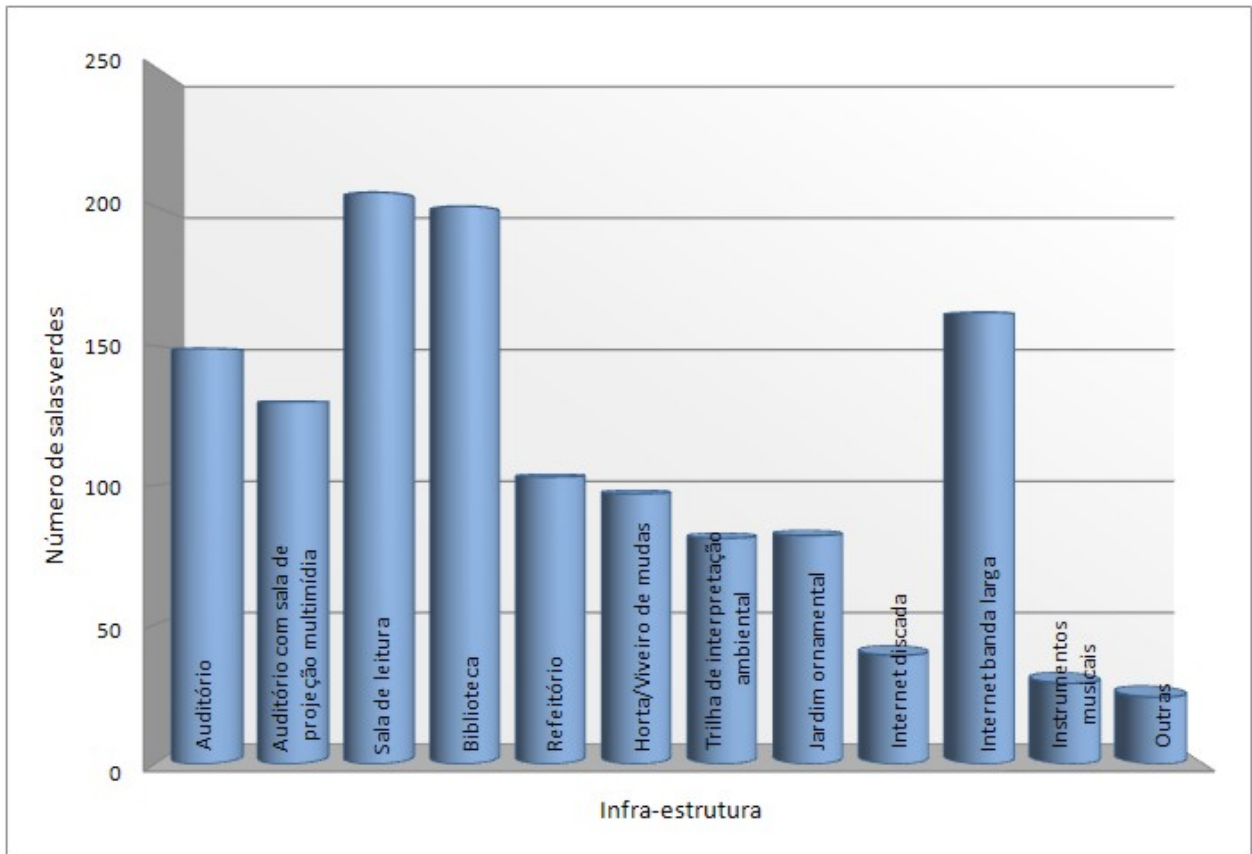


Figura 10. Infra-estrutura existente nas 250 Salas Verdes participantes do diagnóstico

Além desses recursos físicos, a figura ilustra o número Salas (201) que possuem acesso à *internet*, sendo que dessas, 39 utilizam conexão discada e 162 banda larga. O diagnóstico revela ainda que outros recursos tecnológicos são amplamente utilizados, tais como: televisão (208 Salas), máquina fotográfica (176 Salas) e DVD (175 Salas). Contudo, 41% das Salas ainda consideram sua infra-estrutura insuficiente para o desempenho das atividades, devido à limitação de espaço para atendimento da demanda.

No que se refere ao tipo de atividades realizadas pelas 250 Salas Verdes, o questionário abrangia 18 categorias, conforme apresentado na figura 11. Dessas, 13 são realizadas por, no mínimo, 100 Salas: mostra de cinema e vídeo ambiental, atividades lúdicas, debates e palestras, visitas orientadas, mutirões de limpeza e de reflorestamento, oficinas de arte ecologia, trilhas e passeios ecológicos, comemoração de datas ambientais, campanhas na mídia, formação ambiental, e produção de material educacional. Na categoria “outros”, 35 Salas descreveram atividades não contempladas nos itens propostos, tais como: vinhetas em rádios, teatro de fantoches, laboratórios, programas radiofônicos, manifestações educativas, *slide-show*, narração de histórias, visitas a escolas, interação com universidades, edição de livros e exposições educativas.

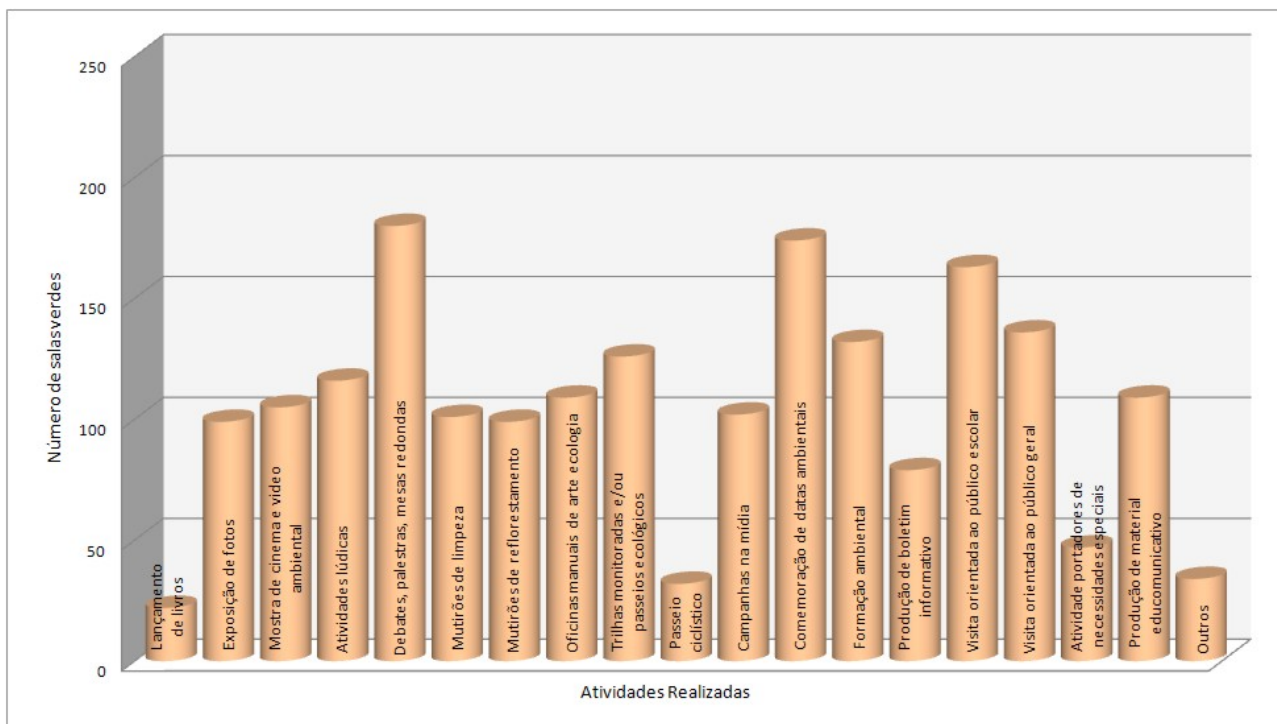


Figura 11. Atividades realizadas pelas Salas Verdes participantes do diagnóstico

Outro dado importante é a interação e integração de outros projetos e políticas às atividades propostas pelas Salas Verdes. Conforme revela a figura 12, mais de 60% das Salas desenvolvem ações relativas à formação ambiental e mais de 40% realizam ações que dialogam diretamente com outras Salas Verdes ou com Coletivos Educadores, Redes de Educação Ambiental e Agenda 21. Cabe ressaltar que as demais interações consideradas no questionário, tais como, NEA/Ibama, Agenda 21 escolar, Coletivos Jovens e Pontos de Cultura também apresentaram um significativo percentual de envolvimento com as Salas, em torno de 30%.

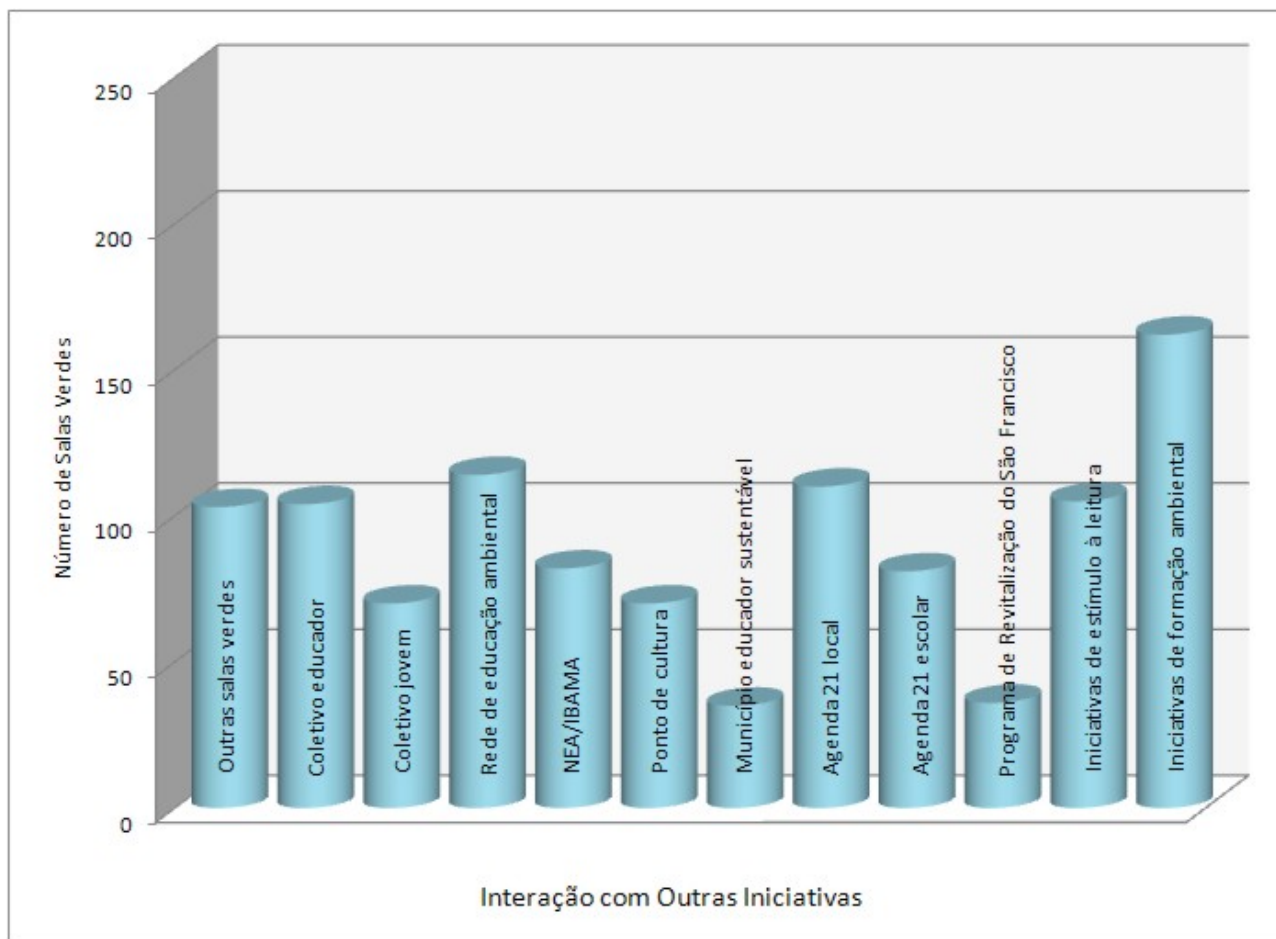


Figura 12. Interação das Salas Verdes participantes do diagnóstico com outras iniciativas

Essa riqueza de atividades é viabilizada por recursos físicos, humanos e financeiros, porém, apenas 32% das Salas possuem orçamento próprio. Dessas, 19 possuem orçamento anual de até R\$ 2 mil; 40 contam com valores entre R\$ 2 mil e R\$ 20 mil; 19 Salas entre R\$ 20 mil e R\$ 100 mil e duas Salas possuem investimento de mais de R\$ 100 mil.

As Salas Verdes também possuem acervos variados para a viabilização de suas atividades. Das 250 Salas, 229 possuem acervo bibliográfico; 175 Salas possuem acervo videográfico; 123, fotográfico; 164, digital e 133, acervo de jogos educativos, como pode ser observado na figura 13. A figura mostra ainda a somatória de títulos das 250 Salas, em cada categoria: são 158.423 livros, 4.628 vídeos, 87.373 fotos, 2.843 CD e DVD e 1.064 jogos educativos.

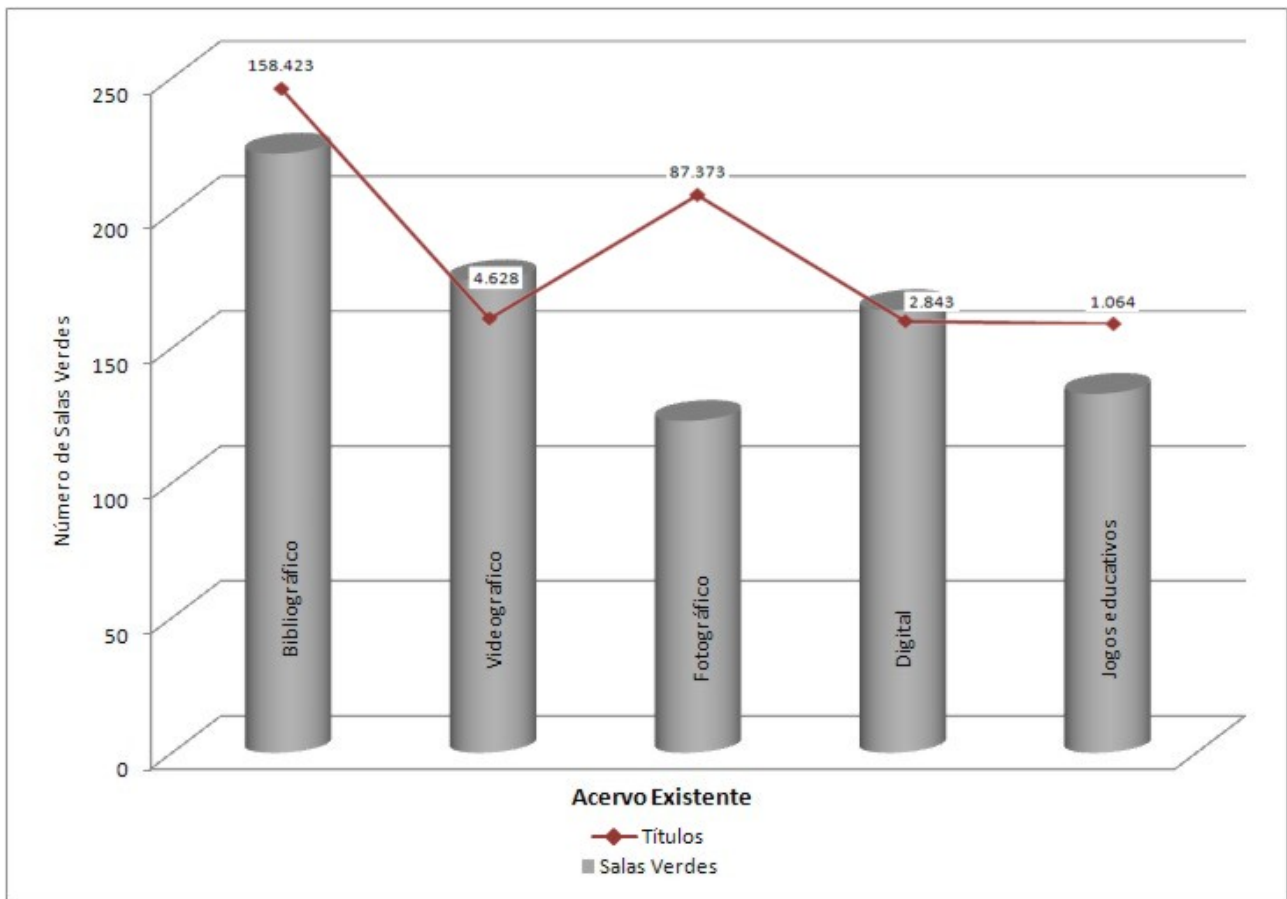


Figura 13. Acervo presente nas Salas Verdes participantes do diagnóstico

A maioria das Salas instituiu parcerias e desenhou estratégias que possibilitam a ampliação de seus acervos para além do *kit* encaminhado pelo DEA/MMA. Cerca de 92% contam com doações de empresas e/ou pessoas físicas; 18% recebem doações de editoras; 40% adquirem os títulos através de compra; 45% adquirem publicações e materiais em eventos/cursos; 6% realizam permuta; 10% realizam campanhas de doação e 12% integram sistemas de biblioteca.

Com relação ao público atendido pelas 250 Salas Verdes que responderam ao diagnóstico, estima-se que 20.926 pessoas acessem mensalmente as Salas e 317.217 as visitem anualmente. A idade média deste público oscila entre seis e 80 anos. Embora em sua maioria as Salas atendam estudantes de todos os níveis de ensino e professores, o perfil do público atendido é muito variado e inclui, dentre outros, integrantes de Coletivos Jovens, de Coletivos Educadores, técnicos governamentais da área ambiental, em proporções ilustradas na figura 14.

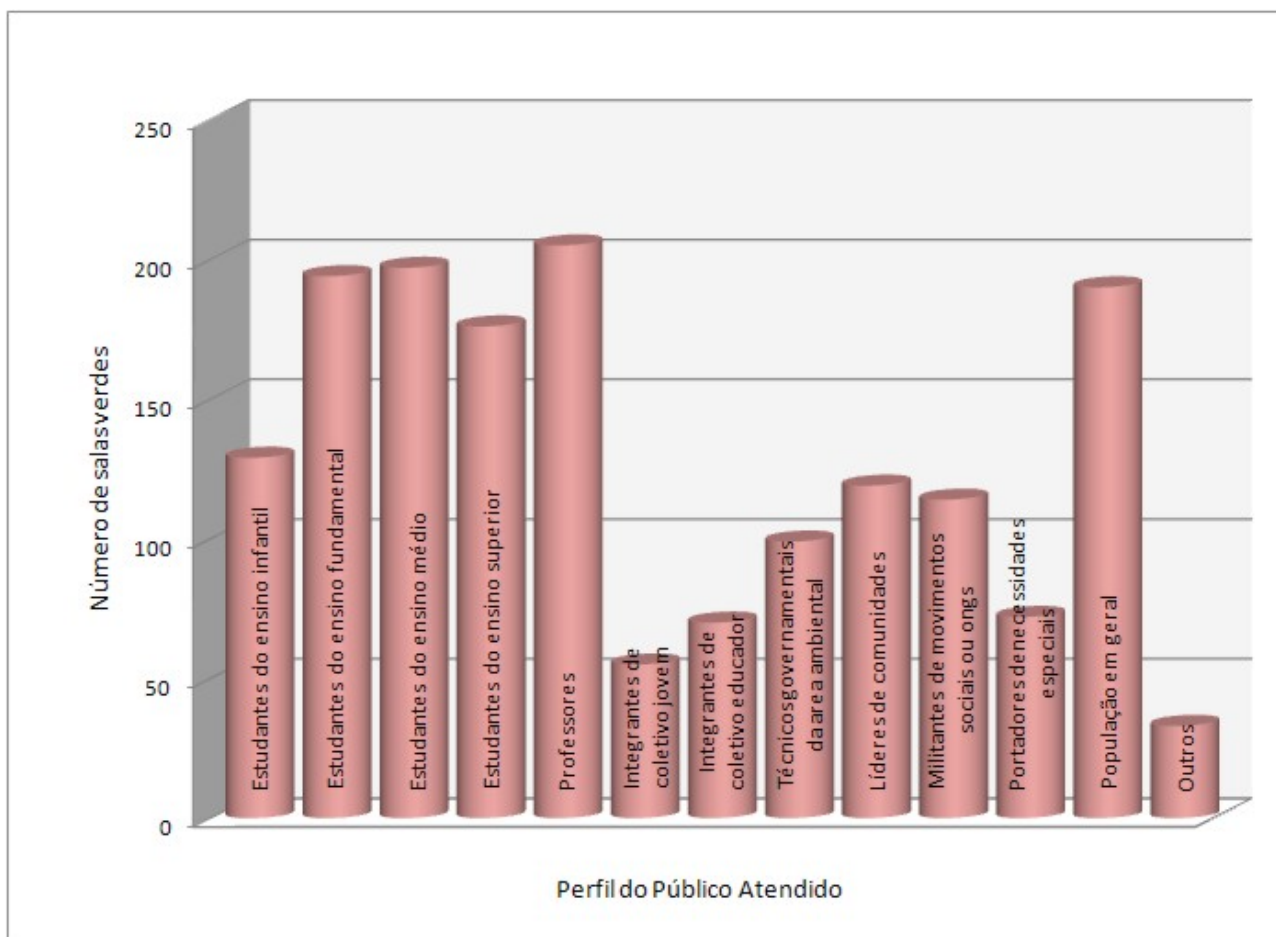


Figura 14. Perfil do público atendido pelas Salas Verdes participantes do diagnóstico

Conforme descrito anteriormente, o DEA utiliza alguns instrumentos de comunicação para a troca e diálogo entre as Salas. Este diagnóstico buscou avaliar a utilização dos mesmos e os resultados apontaram bons indicadores: cerca de 60% das Salas estão cadastradas e fazem uso da lista de discussão do Projeto, 62% acessam o *blog* e a página das Salas Verdes.

O diagnóstico traz importantes dados a respeito do estado da arte e aponta para a importância de uma política de ampliação e fortalecimento do Projeto. Nesse sentido, a ação vem firmando importantes parcerias inter, intraministeriais e interinstitucionais, a saber: Sesi, Senai, Senac, Embrapa, Caixa Econômica Federal, Radiobrás, Petrobrás, Ministério da Cultura, Correios do Rio Grande do Sul, Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Programa Agenda 21, Programa Corredores Ecológicos, Programa de Ação Nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Destaca-se a importância e necessidade de se elaborar uma proposta de chancela que permitirá a constituição de outras Salas Verdes de forma descentralizada, estabelecendo critérios que assegurem a qualidade na implementação e gestão.



## ESTRUTURAS EDUCADORAS

A metodologia proposta pelo Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais sugere, como um dos processos educacionais a serem implementados, a promoção da educação por meio de espaços e estruturas educadoras. O objetivo é possibilitar uma maior democratização do acesso à educação, na medida em que a mesma acontecerá não apenas no âmbito escolar mas em distintos espaços acessados em nosso cotidiano.

Pode ser educadora uma trilha interpretativa, um viveiro de mudas, uma ciclovia, uma faixa de pedestres, um centro de referências, entre inúmeros outros exemplos, desde que os mesmos sejam planejados com essa intencionalidade e implementem atividades educativas que promovam a reflexão e a ação em prol da melhoria da qualidade de vida.

Nessa perspectiva, o DEA/MMA iniciou articulações no sentido de integrar à proposta de Salas Verdes outras estruturas educadoras existentes, por meio da implementação de estruturas integradas que consistem na junção em um mesmo espaço de uma Sala Verde, uma Rádio-Escola e um Viveiro Educador. Essas estruturas devem ainda conter telecentros, que podem ser implantados em resposta às demandas locais de inclusão digital no quadro da cooperação em curso entre o MMA e o Ministério das Comunicações (Programa Gesac<sup>24</sup>).

A proposta de estruturas educadoras foi iniciada em 2005 em articulação com o projeto Arpa, por meio da implementação de estruturas educadoras no Parque Nacional da Serra do Divisor e Entorno, na Estação Ecológica de Anavilhanas e na Reserva Extrativista de Unini. Essa mesma proposta conta com o apoio do Programa Corredores Ecológicos, que apontou interesse e recursos para implementação de Estruturas Educadoras Integradas nos mini corredores prioritários da Amazônia e Mata Atlântica, abrangendo cinco municípios na Bahia, cinco no Espírito Santo e cinco no Amazonas. A proposta visa implantar, entre 2007 e 2008, o número estimado de 40 estruturas no âmbito do projeto Corredores Ecológicos.

As Rádio-Escolas são espaços físicos e virtuais de produção e distribuição de material sonoro para educação, informação e comunicação ambiental, articulado com canais abertos de rádio ([www.radioverde.blogspot.com](http://www.radioverde.blogspot.com)). A Rádio-Escola pode ser *web* (estação com microfones, placa de som, fones de ouvido, cabos e equipamento de recepção e gravação) e, em algumas localidades, conter estúdio, o que (inclui além dos itens da versão *web* também CD *players*, mesa de som e mini-transmissor).

Os Viveiros Educadores buscam estimular, orientar e apoiar a implementação de viveiros florestais como espaços de aprendizagem, estimulando-os a perceberem, valorizarem e a incorporarem a dimensão educadora em suas atividades. Apresentam-se como instrumentos populares de transformação, enraizados em toda a sociedade brasileira, contribuindo para o resgate e a construção da “cultura do plantar”, presentes tanto nas comunidades rurais, quanto no meio urbano. No âmbito dessa proposta, o DEA/MMA publicou, em janeiro de 2008, o livro: “Viveiros Educadores: Plantando Vida”<sup>25</sup>. O próximo passo planejado é a implementação de um viveiro demonstrativo no Distrito Federal e o desenho de uma proposta de continuidade do projeto.

Uma outra estrutura educadora estimulada pelo DEA é a “Trilha da Vida: (Re) Descobrimo a Natureza com os Sentidos”. É um Programa de Educação Ambiental criado e desenvolvido, desde 1997, pelo Laboratório de Educação Ambiental da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), de Santa Catarina, que trabalha com processos formativos de Educação Ambiental por meio da constituição de Comunidades de Aprendizagem e da aplicação de vivências educacionais

---

<sup>24</sup> Para maior detalhamento deste Programa, conferir Cap. 3, Estratégia 1, deste relatório.

<sup>25</sup> Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Viveiros Educadores: plantando vidas**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/vivseducs.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/vivseducs.pdf)

transdisciplinares. A parceria com o DEA/MMA vem desde as Conferências Nacionais e Infanto-juvenis e demais eventos de abrangência nacional como o Fórum de Educação Ambiental em 2004 e o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, ocorrido em Joinville, em 2006.

Desde dezembro de 2007, está em realização um processo de formação para a constituição de um Núcleo Trilha da Vida – Cerrado, um pólo de referência em metodologias participativas e no uso de estruturas educadoras associadas a Unidades de Conservação e áreas verdes. Esse processo tem proporcionado a integração de 23 educadores ambientais da região de Brasília, compondo um arranjo institucional com a formalização de parceiras entre a ONG Amigos das Veredas, o Coletivo Jovem do Distrito Federal, a Escola da Natureza da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, a Estação Ecológica Águas Emendadas, o Instituto Ambiental de Brasília (Ibram), o Instituto de Desenvolvimento Ambiental (IDA), o Instituto de Educação Socioambiental, o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec) de Pirinópolis, a ONG Mão na Terra e Sítio Geranium, o Movimento Ambientalista do Guará, a Rede Mundo Verde e os *Rotary Clubs* Águas Claras e Brasília Alvorada.

O processo encontra-se em pleno andamento com diversos resultados, principalmente no que se refere à consolidação do Núcleo e adesão das instituições, visando a elaboração de uma Proposta pedagógica para o Núcleo e a instalação de uma Trilha da Vida na região. A formação avança para seu último módulo com a proposta pedagógica efetivamente implantada e com possibilidade de irradiar para outras regiões.

## MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

A ação Municípios Educadores Sustentáveis (MES) foi concebida para promover nas bases de toda a sociedade brasileira a realização de processos educacionais sincrônicos capazes de impactar em profundidade o modo de produção e consumo, contribuindo para uma cultura de sustentabilidade. Considerando que os problemas socioambientais não obedecem aos limites geográficos, coloca-se em foco a importância da co-responsabilidade de se somar esforços e coordenar ações. A proposta é, portanto, fomentar o diálogo permanente e continuado entre municípios vizinhos na busca de soluções educacionais compartilhadas.

Logo, Municípios Educadores Sustentáveis são municípios voltados à promoção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, materializando medidas que viabilizem a formação de seus munícipes/cidadãos para atuarem cotidianamente na construção de meios, espaços e processos que avancem da direção da melhoria da qualidade de vida. Essa decisão é também política e pedagógica e requer que a gestão pública municipal se mobilize, se responsabilize, incorpore e assuma a dimensão educacional de maneira participativa.

Com intuito de subsidiar os trabalhos relativos ao MES foi elaborada uma página com informações pertinentes no sítio do MMA, que pode ser acessada pelo endereço: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1139> e foram produzidos alguns materiais impressos: *folders* com informações básicas sobre a ação; cartilhas com detalhes sobre os objetivos, vantagens e processos educacionais a serem trabalhados pelo município; um documento técnico denominado Passo a Passo no qual estão detalhadas as etapas para implementação da ação e são descritas sugestões de iniciativas mínimas a serem implementadas; o livro *“Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para pensar, conhecer e praticar o Município Educador Sustentável”*<sup>26</sup>, publicação que se constitui como marco referencial

---

<sup>26</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. 2 ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

da ação, resgatando em linguagem didática e acessível valores humanos e de cidadania (disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/mes\\_livro.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_livro.pdf)).

Para efetivar a ação, o DEA propõe que as prefeituras interessadas assinem um Termo de Adesão, que estabelece os compromissos dos aderentes em relação à implementação do MES. Desde seu lançamento até o presente momento, foram publicados em Diário Oficial da União sete termos de adesão, firmados com as seguintes prefeituras: Limeira, Indaiatuba, Salto e Artur Nogueira, no Estado de São Paulo; e Camanducaia, Extrema e Monte Carmelo, no Estado de Minas Gerais. Os municípios de Sumaré (SP), Itupeva (SP), Estrela do Sul (MG) e Iraí de Minas (MG) também encaminharam documentação que está em trâmite para os devidos encaminhamentos. Esses Termos de Adesão são frutos de seminários regionais sobre a ação MES realizados em municípios da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em São Paulo, e da Região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

Cumprido ressaltar que alguns Coletivos Educadores em estágio mais adiantado de trabalho, como o Coletivo da Bacia Hidrográfica do Paraná III e entorno do Parque Nacional do Iguaçu e o Coletivo Mantiqueira Sustentável em São Paulo, demandam neste momento de atuação subsídios e apoio técnico para a implementação da Ação MES. A Ação MES e os Coletivos Educadores são ações complementares que fomentam a constituição e articulação de diversos grupos de educadores ambientais para atuarem nos mais diferentes contextos. Os coletivos sinergizam as capacidades institucionais na concepção e promoção de processos educadores e o MES articula a gestão pública municipal e regional com os demais atores do campo educacional e ambientalista no município para promoverem processos educacionais.

## PARCERIAS INSTITUCIONAIS

De acordo com análises no conteúdo da Política Nacional de Educação Ambiental e na atuação do Órgão Gestor desde a sua criação (2003), percebem-se dois desafios para a gestão da Política:

- conhecer e reconhecer as ações desenvolvidas em outras instituições públicas federais relacionadas à Educação Ambiental, com o intuito de viabilizar ações integradas e, desta forma, potencializar a implementação da Pnea;
- dar organicidade às ações de Educação Ambiental por meio de um planejamento integrado e integrador. Nessa perspectiva, foram estabelecidas diversas parcerias para formação de educadores ambientais, conforme descrito nos tópicos a seguir.

### *1) Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - Peamss*

Considerando a importância da Educação Ambiental para a sustentação das ações de saneamento, em março de 2006, por meio da portaria nº 218/2006, de 09/05/2006, do Ministério das Cidades, foi constituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (Gteamss) com o objetivo de articular os agentes federais que investem em saneamento e atuam com Educação Ambiental e definir diretrizes para as ações de Educação Ambiental em Saneamento. Esse GT é formado por representantes da Caixa Econômica Federal e dos ministérios das Cidades, do Meio Ambiente, da Educação, da Integração Nacional, da Saúde. Iniciou seus trabalhos por meio da constituição de um observatório que envolveu entrevistas para mapear as estratégias de

Educação Ambiental adotadas pelos órgãos do governo federal que atuam no saneamento e a avaliação de experiências exitosas. Em 2006, foram realizadas cinco oficinas regionais para dialogar e construir com educadores e a sociedade a elaboração de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Saneamento.

Como fruto desse trabalho coletivo, foi elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, que busca fortalecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas de Educação Ambiental e mobilização social em saneamento, de forma que se consolidem como iniciativas continuadas e transformadoras e que contribuam para o controle social, a universalização do saneamento e a construção de sociedades sustentáveis.

O Peamss traz diretrizes, princípios, objetivos e estratégias de ação para orientar as ações de Educação Ambiental em saneamento, de modo que elas sejam desenvolvidas de forma sincrônica e coordenada. Está calcado nos princípios e diretrizes da Pnea, do ProNEA e de seu subprograma ProFEA. Apresenta como princípios a transversalidade, a intersetorialidade, a transparência, o diálogo, a continuidade, a permanência, a emancipação, a democracia, a tolerância e o respeito.

Dentro do escopo do programa, foram elaborados outros documentos de apoio entre os quais podemos destacar o Caderno Metodológico que tem como objetivo trazer de forma prática, por meio de um estudo de caso hipotético, a implementação das premissas apresentadas pelo Peamss. Esse caderno está dividido em 4 etapas: mobilização social, formação de educadores ambientais, educomunicação e tecnologias sociais. Foi produzida também uma cartilha que aborda de forma lúdica o programa.

Outro resultado obtido por esse GTEAMSS foi a elaboração de uma minuta que orienta as ações de Educação Ambiental em Saneamento em consonância com o Peamss. A institucionalização dessa minuta foi dada por meio da publicação da Instrução Normativa nº 36, de 31 de agosto de 2007, e outras instruções normativas do Ministério das Cidades, que indicam a destinação de 1 a 3% dos recursos investidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no âmbito do saneamento - PAC Saneamento - para as ações socioambientais gestadas no espírito de uma Educação Ambiental diferenciada.

Nesse contexto, com o retorno dos investimentos no setor, foram realizadas em 2008 oito oficinas regionais com prestadores de serviços de saneamento e grupos que atuam com a Educação Ambiental com o intuito de aproximar esses grupos e desenvolver um processo de formação sobre Educação Ambiental e saneamento. As oficinas foram realizadas em Salvador, Belém, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Joinville e Rio Branco. Participaram responsáveis pela elaboração de projetos socioambientais relacionados a intervenções de saneamento, representantes de Coletivos Educadores, universidades, Ciea, prestadores de serviço de saneamento e técnicos e dirigentes de prefeituras contempladas com recursos do PAC.

Como resultado dessa articulação, a Companhia Riograndense de Saneamento destinou recursos advindos do PAC-Saneamento para o fortalecimento dos Coletivos Educadores e Salas Verdes do estado do Rio Grande do Sul e o recurso destinado para Educação Ambiental para o estado do Acre será gerido pelo Coletivo Educador Samaúma (AC).

## *2) Programa Mais Educação*

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e conta com a participação da Presidência da República e dos ministérios: da Educação, do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente, da Cultura. Sua prioridade é contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A educação integral é entendida como meio para assegurar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, considerados sujeitos de direitos, em todos os âmbitos da condição humana. O Programa visa, mais que a ampliação da jornada escolar, a qualificação de tempos, espaços e oportunidades educativas para alunos e alunas da educação básica a partir da convergência de diversas iniciativas de políticas sociais do governo federal, de forma a contribuir para o processo de mudança paradigmática na educação escolar. Neste contexto, a cidade configura-se como território educador, palco da integração de políticas públicas de diferentes áreas, o que pode contribuir para fortalecer os processos educativos que nele ocorrem e, portanto, ampliar a própria compreensão da educação integral.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC destaca, em Nota Técnica, que o Programa Mais Educação “*prevê a gestão intersetorial entre a área de Educação e outras políticas públicas, além da gestão e participação da rede social e comunitária local, na perspectiva de ampliar a permanência na escola de crianças adolescentes e jovens, de modo a contribuir para a melhoria do desempenho escolar e fortalecimento de seus vínculos*”. A perspectiva é de que as escolas ofereçam, além de uma educação de qualidade no turno regular, oficinas pedagógicas e ações socioeducativas e de convivência no contra-turno.

Para a implantação do Programa, foram definidos inicialmente 47 municípios prioritários, a partir do cruzamento dos seguintes critérios: municípios com mais de 200 mil habitantes situados em regiões metropolitanas e capitais; escolas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo de 2,9; e territórios de vulnerabilidade social/zonas prioritárias de ação socioeducativa.

O DEA, ao aderir ao Programa Mais Educação em fevereiro deste ano, ressaltou a importância de ações continuadas capazes de propiciar o fortalecimento de pessoas e grupos sociais que se educam cotidianamente. Trouxe ao debate a necessidade da participação da sociedade no enfrentamento das questões socioambientais, exemplificadas nos 36 municípios do Arco do Desmatamento, apresentando a importância de sua inclusão em processos que favoreçam a educação e a participação social.

Esse apontamento foi acolhido pelo Ministério da Educação que, após a realização de reuniões para detalhamento da proposta e no empenho em iniciar esta parceria, incluiu no orçamento de 2008 três municípios do Arco do Desmatamento: Altamira (PA), Paragominas (PA) e Alta Floresta (MT), o que resultou num total de 50 municípios atendidos pelo Programa ainda em 2008, com perspectiva da ampliação do número de municípios para o ano de 2009. Os critérios para inclusão desses três municípios, ainda neste ano, foram: a) ser um dos 36 municípios incluídos no Decreto 6321/07<sup>27</sup>; b) municípios que já adotaram medidas para reduzir os índices de desmatamento; c) escolas com Ideb abaixo de 2,9.

Nos dias 19 e 20 de maio de 2008, aconteceu em Brasília a reunião “*Formação de Gestores do Programa Mais Educação: Operação Arco Verde*”, com o objetivo de apresentar o Programa Mais Educação no âmbito do Plano Arco Verde. Estiveram presentes secretários de Educação, Meio Ambiente e coordenadores de Educação Ambiental dos três municípios além de representantes da Presidência da República e dos ministérios do Esporte, do desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, da Cultura.

---

<sup>27</sup> Com este Decreto foi aprovada a base normativa para a implementação de ações estratégicas e integradas entre diversos órgãos do governo federal para o exercício do monitoramento e controle preventivos da expansão da fronteira do desmatamento ilegal de florestas em regiões (municípios) prioritárias.

O DEA/MMA aporta ao Programa Mais Educação a reflexão acerca da educação continuada, permanente e articulada destinada à totalidade da população brasileira que, em toda sua extensão e multiplicidade, se educa cotidianamente em busca da sustentabilidade. Até o momento, foram incorporadas ao Programa as ações: Municípios Educadores Sustentáveis, Coletivos Educadores, Salas Verdes e Viveiros Educadores. Essa perspectiva ratifica o diálogo direto com a proposta do Mais Educação na medida em que estimula a inserção da pauta da sustentabilidade socioambiental nos vários espaços de educação viabilizados para a sociedade.

As ações do DEA foram inseridas em documentos elaborados pelo Ministério da Educação que têm subsidiado o desenvolvimento do Programa e que fornecem orientações tanto no âmbito da gestão quanto no âmbito da formação propriamente dita, são eles: a) “Resolução nº. 19 de 15 de Maio de 2008”, que dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto nas Escolas e dá outras providências; b) “Gestão Intersetorial no Município”, destinado aos gestores municipais e estaduais envolvidos no programa e que tiveram um primeiro encontro presencial de 27 a 29 de Fevereiro deste ano, em Brasília; c) Caderno “Mandala de Saberes”, que traz pressupostos para projetos pedagógicos de Educação Integral e é destinado a Professores e Diretores de Escolas.

Além da elaboração e distribuição destes documentos, o DEA participou em duas videoconferências que foram realizadas com a presença das 25 unidades federativas envolvidas no Programa, bem como nas reuniões do Fórum Interministerial e do grupo de formação do programa. Entre outros pontos abordados, o Departamento pode ratificar e expor a intersectorialidade da educação ambiental desenvolvida no país, exemplificada pelo Órgão Gestor da Pnea.

As ações do DEA/MMA estão presentes em 45 dos 50 municípios contemplados pelo Programa Mais Educação para o ano de 2008, e teve a participação das escolas orientada fundamentalmente pelos critérios já mencionados e pela Resolução nº 19 de 15 de maio de 2008. Essas ações, juntamente com as dos outros Ministérios, contribuem para a reestruturação da escola, na busca da valorização de atividades e experiências que considerem o sujeito em sua condição multidimensional e responda aos desafios da sociedade moderna e democrática. A partir de 2009, está prevista a universalização da ampliação da jornada escolar que será viabilizada a partir de recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

### *3) Projeto de Qualificação Social do Educador Ambiental Popular*

Este projeto foi desencadeado a partir de convergência entre a Política de Qualificação, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a Política de Educação Ambiental, desenvolvida pelos ministérios do Meio Ambiente e da Educação, no marco da Pnea. Seu objetivo geral é fortalecer um processo nacional permanente de Qualificação Social do Educador Ambiental Popular por meio de metodologias participativas, materiais elaborados e mapeados para alimentar continuamente o arranjo socioinstitucional no território brasileiro promovido pelo ProFEA, com ênfase nos Coletivos Educadores, Salas Verdes e Com-Vidas.

Sua execução, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibccc - Unesco - Comissão Estadual de São Paulo, compreendeu a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos para elaborar materiais e disponibilizá-los aos parceiros do projeto.

Para viabilizar os processos participativos a que se comprometeu, foram desenvolvidos 15 encontros regionais com duração de dois a três dias cada, envolvendo 1.110 pessoas. Esses

eventos proporcionaram uma reflexão sobre as ações em Educação Ambiental desencadeadas em cada território, identificando materiais e métodos necessários para a intervenção no socioambiente e auxiliando na produção dos materiais para uso dos educadores ambientais populares em suas atividades. Desses eventos, cinco foram registrados em material audiovisual bruto para a produção de videodocumentários que explicitam a problemática do território e dos educadores que lá atuam.

Como produto, foram elaborados *kits* de materiais a serem disponibilizados a educadores ambientais populares, com o intuito de facilitar a aplicação de metodologias participativas e conteúdos para enfrentamento de problemas socioambientais locais. Parte desses produtos (Tabela 2) está em fase de finalização, o que compreende a reprodução e distribuição para Salas Verdes e Coletivos Educadores. Como desdobramento do Projeto, outros materiais serão reproduzidos e distribuídos posteriormente (Tabela 3). Segundo o acordo estabelecido, o Departamento de Educação Ambiental contribuirá com a viabilização de parcerias necessárias à reprodução e distribuição desses materiais.

Tabela 2 – Produção audiovisual e impressa resultante do Projeto Qualificação Social do Educador Ambiental Popular

<b>PRODUTO</b>	<b>DESCRIPTIVO</b>
<b>Longa metragem “Bode Rei, Cabra Rainha”</b>	O sertão nordestino é o império do bode e da cabra. Ali, eles são os principais provedores de proteína animal para a quase totalidade da população. Apesar de totalizarem cerca de 11 milhões de animais e de serem fundamentais para a sobrevivência das famílias nordestinas, que têm nas pequenas criações o seu único meio de subsistência, os caprinos vivem praticamente na clandestinidade da economia do país. Depois de quase 500 anos resistindo e vivendo em sua poderosa invisibilidade, os milhões de cabras e bodes espalhados pelo Brasil começam a aparecer. <i>BODE REI, CABRA RAINHA</i> é um documentário onde os personagens principais serão os bodes e as cabras; os coadjuvantes, seus companheiros humanos; e o cenário o semi-árido nordestino. Serão reproduzidos 500 unidades do documentário.
<b>videodocumentários</b>	<b>PAP UM, PAP DOIS, PAPOS MIL</b> Em aproximadamente 30 minutos, o vídeo registra um encontro promovido pelos Coletivos Educadores BACIA DO PARANÁ III, abrangendo 34 municípios da região da Tríplice Fronteira. O encontro, realizado em Foz do Iguaçu de 29 a 31 de maio de 2007, debateu a viabilidade da arquitetura de capilaridade vinculada a planificações técnicas e à participação popular (PAP - pesquisa-ação-participante). <i>VIDA LONGA AO XINGU</i> Com duração aproximada de 50 minutos, este vídeo documenta o primeiro encontro dos Coletivos Educadores da Região Norte - Trans-Xinguano, realizado na cidade de Altamira de 09 a 11 de janeiro de 2008. Durante os três dias de duração deste encontro foram realizadas amplas discussões a respeito das diversas práticas possíveis para a construção de uma sustentabilidade amazônica.
<b>Livros subsidiários para a discussão sobre Mudanças Ambientais Globais nas escolas.</b>	<b>PENSAR + AGIR NA ESCOLA E NA COMUNIDADE</b> Esta produção consiste em uma iniciativa do MEC que cederá, para compor a mochila do Educador Ambiental Popular, os livros subsidiários para o debate acerca das Mudanças Ambientais Globais. O uso deste material tem, a princípio, o objetivo de instruir a elaboração de uma Conferência Nacional nas escolas públicas e, também, servir de apoio aos educadores ambientais na escola e na comunidade para a produção da III Conferência Nacional Infante Juvenil para o Meio Ambiente. Na perspectiva de um uso continuado, este material se destina, ainda, a apoiar a comunidade local para desenvolver, em parceria com as escolas, eventos que mobilizem a população para refletir sobre a crise que se coloca atualmente no planeta, para, então, dimensionar a possibilidade de ação no território em estão sediados. Portanto, esta produção vem contribuir para a relação entre planificação técnica e participação popular.
<b>Livro teórico sobre Mudanças Ambientais Globais</b>	Este livro é elaborado por especialistas em mudanças ambientais globais, coordenado pela Profa. Dra. Emilia Rutkowski e produzido pelo Ibec/Unesco-SP. Tal material é constituído de artigos temáticos (biodiversidade, recursos hídricos, urbanismo, clima, transporte, energia, intervenções psicossociais etc.) que compõem o debate sobre a compreensão e o enfrentamento possível da Crise Ambiental. Serão reproduzidos 1.000 unidades deste livro pela UNESCO.
<b>CD Musical</b>	Este CD é de autoria de um dos grupos de educação ambiental popular do Coletivo Educador Tranxinguano “Tem Jeito Sim” (Altamira –PA). Contém trilhas musicais para produção de programas e <i>spots</i> de rádio de rádios para Educação Ambiental.

PRODUTO	DESCRIPTIVO
<b>Dicionário Socioambiental</b>	No Brasil, mobilizados pela busca de superação da crise ambiental através da educação-socialização, milhares de educadores e educadoras ambientais populares definem, com originalidade, suas pedagogias, estruturando-as poeticamente, criando novas práticas e suas respectivas linguagens, gerando termos, apropriando-se dos antigos, re-significando-os em uma dinâmica aberta, sem fronteiras históricas, culturais, sociais ou geográficas. É nesse contexto, que se inscreve o presente “Dicionário Socioambiental”, como uma memória escrita da oralidade e do letramento.
<b>Mochila</b>	Serão reproduzidas 1.000 unidades de dois modelos diferentes de mochilas do educador ambiental popular que lhes possibilitará trabalhar com os materiais em suas comunidades e grupos de pertencimento e intervenção. As mochilas serão disponibilizadas também em instituições vinculadas ao ProFEA.

Tabela 3 – Material resultante do Projeto Qualificação Social do Educador Ambiental Popular, a ser finalizado e reproduzido por meio das parcerias estabelecidas.

PRODUTOS	DESCRIPTIVO
<b>videodocumentários</b>	Dos eventos ocorridos durante o projeto, destacam-se Rio das Ostras (RJ) e Salvador (BA), que foram documentados em material audiovisual. O material captado pode ser editado, pois é de grande importância para o processo de formação dos educadores ambientais populares.
<b>Um olhar para o futuro</b>	Caderno de experiência de métodos participativos Este livro explicita uma das experiências regionais de uso de métodos participativos na construção de políticas públicas em educação ambiental. Produzido pelo IBECC-SP/UNESCO.
<b>Caderno Mapeamento, Diagnóstico e Intervenções no Socioambiental.</b>	Este material prevê a produção de leituras coletivas dos textos que abordam sobre participação popular e prevêem ações voltadas para a educação ambiental. Com o nome proposto, “ <i>Coletivos Educadores: a construção intencional, poética e compartilhada do futuro</i> ”, este material compõe-se com três livros: a) Livro um: Mapeamento diagnósticos; b) Livro dois: Socialização e c) Livro três: Práticas Educativas.
<b>TELA LIVRE: Sugestões para práticas educativas em intervenções socioambientais</b>	Esta obra consiste em um fichário que contém experiências de práticas interventivas e educativas sobre o socioambiente. As fichas a seguir são propostas de diferentes autores em diversas situações de criação e invenção. Tem, ainda, a intenção de servir como modelo para a proposição de novas fichas, as quais você mesmo poderá compor e propor. É, portanto, uma proposta inicial para que o educador ambiental aprofunde, complemente e critique – a partir da sua experiência, de suas idéias, de sua realidade e leitura de como intervir no socioambiente – as atividades aqui dispostas.

#### 4) Projeto AquaBio – Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia

As interações entre Programa Nacional de Educação Ambiental e Projeto AquaBio nasceu em 2006 a partir de um acordo institucional entre o DEA e o Departamento de Conservação da Biodiversidade, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (Dcbio/SBF), visando gerar complementaridade às ações institucionais e de formação de atores sociais para a gestão integrada dos recursos aquáticos na Amazônia.

No âmbito das políticas governamentais, a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Biodiversidade fornecem a estrutura adequada para as ações presentes e futuras voltadas para a conservação e o uso sustentável dos recursos aquáticos. Ações de tais programas e projetos incluem, entre outras:

- a) o estabelecimento de um mosaico de áreas protegidas;
- b) testes locais de co-manejo dos recursos pesqueiros;
- c) aprimoramento e fortalecimento dos sistemas de monitoramento e a fiscalização do cumprimento da lei;
- d) desenvolvimento de capacidades para viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais.

O AquaBio tem como objetivo geral apoiar a promoção de ações estratégicas para implementação de uma abordagem de gestão integrada da biodiversidade aquática e dos



recursos hídricos junto aos atores relevantes, internalizando os princípios da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas aquáticos nas políticas e programas para a Bacia Amazônica. Abrange parte de três sub-bacias da Amazônia Brasileira, localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. No Amazonas estará contemplada a sub-bacia do Médio e Baixo Rio Negro, no Pará, a sub-bacia do Baixo Rio Tocantins e no Mato Grosso, a sub-bacia do Alto Rio Xingu, sendo que a ação do projeto engloba cerca de 15% da área total de 1.950.000 km<sup>2</sup> destas sub-bacias.

O projeto possui três eixos imediatos: a) Planejamento e Políticas Públicas; b) Capacitação; c) Gestão; Monitoramento; Avaliação e Disseminação de Informações. Ele será desenvolvido através dos seguintes componentes: Componente 1 - Planejamento e Políticas Públicas; Componente 2 – Atividades Demonstrativas; Componente 3 – Capacitação; e Componente 4 – Gerenciamento, Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações.

Em seu documento-base, a formulação de estratégias para a gestão integrada da diversidade aquática e dos recursos hídricos na Bacia Amazônica é considerada condição fundamental, uma vez que o objetivo maior do Projeto AquaBio é assegurar qualidade ambiental a seus cidadãos. Entretanto, a eficácia dessas estratégias depende de um bom programa de capacitação, integrador da sociedade no processo, pois as questões ambientais e sociais são indissociáveis. O Programa buscará mudanças de comportamento, concretizadas em ações transformadoras da realidade, seguindo as orientações da Pnea, do ProNEA, das Deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente e das recomendações do Plano de Implementação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

O Departamento de Educação Ambiental se responsabilizou em coordenar o componente 3, de capacitação, que considera as seguintes ações: a) formação de multiplicadores para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos; b) sensibilização geral da população e apoio à organização da sociedade para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos; c) aplicação de estratégias de educação ambiental, nas esferas da educação formal e não formal, levando em consideração especificidades sociais e culturais, tais como povos indígenas, mulheres, e jovens; d) execução de capacitação operacional para atender demandas locais e demandas de outros componentes do Projeto, como planejamento produtivo, tecnologias e práticas apropriadas, manejo sustentável da água e do solo; e) troca de experiências, incluindo as geradas ao longo da execução do projeto.

O acordo oficializado entre o DEA e o DCBio define o comprometimento de ambos os Programas em disponibilizar recursos financeiros e não financeiros para as ações de capacitação. Nesse arranjo, o DEA se comprometeu em integrar a capacitação com as perspectivas da Educação Ambiental definidas no ProFEA. Em contrapartida, o projeto AquaBio se compromete em fortalecer a implementação do ProNEA em seu território de atuação. A Portaria MMA n.º. 13 de 2007, que institui a Unidade de Coordenação do Projeto, também designa o Diretor do Departamento de Educação Ambiental como Coordenador de Construção de Capacidades do Projeto AquaBio.

A ação de articulação entre secretarias do MMA constitui-se em um desafio para a implementação de políticas territoriais voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais. Esta experiência com o AquaBio deve desenvolver-se como um piloto para tal desafio: constituir estrutura conceitual, metodológica e operacional que viabilize a formação dos diferentes atores sociais e institucionais na implementação dos processos de gestão, vinculados às diretrizes do ProFEA na construção de sociedades sustentáveis. Com esse processo espera-se ampliar, em conhecimento e experiência, as estratégias que integrem ações de formação e capacitação de programas técnicos com as perspectivas da Educação Ambiental.

Após as ações de planejamento, ocorreram eventos ou seminários de abertura do projeto no

ano de 2007 e início de 2008, nos estados do Mato Grosso e Pará, a partir da assinatura dos Termos de Cooperação dos Estados com o projeto, ficando somente pendente o acordo com o Estado do Amazonas. Nos eventos, pode-se definir, inicialmente, os representantes dos Comitês Locais e Estaduais de Acompanhamento e os pontos focais dos municípios, isto é, os responsáveis pela interlocução entre os comitês locais e o grupo gestor do projeto. Na ocasião, foi explicitada a necessidade de estruturarem-se Coletivos Educadores no processo de desenvolvimento das ações de Capacitação, com vistas ao fortalecimento desta linha de ação do projeto.

Para a viabilização do planejamento participativo, em junho de 2008 ocorreu uma reunião de capacitação com Supervisores de Campo e pontos focais a fim de orientá-los quanto à estratégia e metodologia para a elaboração dos Planos de Trabalho Municipais. Estes planos de trabalho servirão de subsídio para a elaboração do POA em cada um dos estados e que, após consolidação pela Coordenação Nacional do Projeto, comporão o POA do AquaBio para o ano de 2009.

Como próximos passos, será concluído o POA Nacional, a partir dos planejamentos participativos municipais e estaduais, e terão início os Diagnósticos Participativos em cada um dos três estados, para propiciar uma revisão de ações previstas e orientar a continuidade do projeto. Essas atividades demandam grande atenção e pró-atividade por parte da equipe do DEA no desenho e implementação de uma ação integrada entre os departamentos. Neste contexto buscar-se-á: a) viabilizar a construção de um projeto político pedagógico articulado com o diagnóstico participativo, na execução e acompanhamento das capacitações que serão desenvolvidas; b) propiciar aporte conceitual e desenhos estratégicos para compor a base de continuidade do projeto durante os próximos anos; c) pactuar os aportes financeiros do Departamento de Educação Ambiental a serem destinados para continuidade do processo.

As atividades de articulação entre os programas estão em andamento e demandarão esforço na continuidade da parceria para um desenho competente do que a mesma implica: a proposta de uma política de formação continuada e integrada com os processos de gestão ambiental e, no caso do AquaBio, de Gestão Integrada dos Recursos Aquáticos na Amazônia.

#### *6) Férias Sustentáveis*

O Projeto Férias Sustentáveis é desenvolvido no âmbito da Força Tarefa Internacional para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável (FTI-DTS) do Pnuma, iniciativa voluntária e coordenada pelo governo da França, da qual participam 20 países membros, dentre os quais o Brasil, por meio do MMA e Ministério do Turismo (MTur). O projeto visa estimular mudanças globais em direção a padrões de produção e consumo sustentáveis. Na primeira reunião da FTI-DTS em Paris, França, em setembro de 2007, uma das recomendações foi o desenvolvimento de uma campanha global de conscientização acerca do turismo responsável, sugerindo-se contextualizar materiais de comunicação dentro de uma cultura local e testar esses materiais em um município piloto, no caso, Parati (RJ), Brasil.

Entendendo-se que os objetivos desse Projeto só seriam efetivos se vinculados a processos de Educação Ambiental permanentes, continuados, envolvendo as instituições e cidadãos do município, portanto os setores público e privado e a diversidade de grupos sociais ali presentes, o Órgão Gestor da Pnea inseriu-se no processo, em dezembro de 2007, para a constituição de um Coletivo Educador, associado também à formação continuada de alunos, professores e gestores de educação no município.

Estão em andamento articulações com os governos estadual e municipal, Fórum de Agenda 21 Local, representantes de comunidades quilombolas e indígenas e outros grupos sociais

presentes na região. Para fortalecer a divulgação da Campanha Passaporte Verde e das demais ações do projeto Férias Sustentáveis, a prefeitura de Parati ofereceu um espaço na Feira Literária Internacional de Parati, de 02 a 06 de julho de 2008. A próxima ação do DEA será uma oficina entre agosto e setembro em conjunto com o Programa Nacional de Ecoturismo (ProEcotur), vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, a Coordenação da Agenda 21 do DCRS/Saic do MMA e a Cgea/MEC para dar início, dentre outras ações, ao aprofundamento do ProFEA e articulação das instituições locais para constituir o Coletivo Educador.

### *7) Alfabetização Ambiental*

Este projeto destina-se às mulheres analfabetas atendidas pelo Programa Brasil Alfabetizado do MEC e Confederação das Mulheres do Brasil. As mulheres pobres do Terceiro Mundo, que vivem em uma economia de subsistência, são as maiores vítimas da crise ambiental em seus países, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos recursos naturais. No Brasil, em 2006, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE), tínhamos 7.332.000 de mulheres analfabetas, com conseqüente e quase total falta de profissionalização, vivendo numa situação degradante de marginalização, violência e fome, nas áreas urbanas.

O objetivo deste projeto é contribuir para colocar a mulher analfabeta em condições pessoais e políticas de lutar pelos principais temas e questões humanitárias e ambientais, por meio de uma alfabetização ambiental, com formação de educadoras. Com essa finalidade, o DEA realizou um diagnóstico da situação das mulheres analfabetas atendidas pelo Programa Brasil Alfabetizado e CMB, feito por amostragem na favela de Paraisópolis, em São Paulo, segunda maior favela do Brasil e quarta maior da América Latina. Além disso, foi elaborada uma proposta piloto de um curso de Educação Ambiental para mulheres, o qual está previsto para ser realizado no final de agosto. Esse processo já tem o envolvimento de instituições como Federação das Mulheres Paulistas, União de Moradores e Associação de Mulheres de Paraisópolis e Prefeitura Municipal de São Paulo.

### *8) Programa de Formação Continuada do Ministério do Meio Ambiente*

Em resposta a uma solicitação da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, de maio de 2005, o Departamento de Educação Ambiental assumiu a responsabilidade de elaborar proposta pedagógica para um programa de formação dos servidores do quadro efetivo desta instituição. Foi então deflagrado um processo participativo que contou com levantamento de demandas dos analistas ambientais, realização de oficinas com os servidores e elaboração de um projeto político pedagógico. O resultado deste processo consta do Documento Técnico nº 13, disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/dt\\_13.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_13.pdf)

Encaminhada a primeira versão do projeto político pedagógico à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do MMA, o DEA assumiu, a partir de julho de 2006, a coordenação pedagógica da formação com as seguintes atribuições: revisão do projeto político pedagógico; organização dos temas e assuntos levantados em conteúdos curriculares, viabilização de parceria com instituição de ensino superior para certificação dos servidores-alunos; participação nas negociações internas ao MMA para legitimação do processo; além da constituição do corpo docente do curso.

O piloto deste Programa será um curso de especialização em Gestão Ambiental Pública com duração de 18 meses, a ser realizado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

Serão oferecidas 120 vagas, compreendendo três turmas de 40 alunos. O objetivo do curso é contribuir com a atuação qualificada dos profissionais de nível superior da carreira Especialista em Meio Ambiente do quadro de pessoal do MMA, estimulando reflexões sobre seu papel como servidores públicos do Estado e potencializando sua ação como articuladores de políticas públicas ambientais.

A metodologia do curso bem como seu conteúdo programático representam uma oportunidade inovadora de integração teoria-prática a partir do diálogo entre saberes práticos da gestão pública federal, relacionados à formulação de políticas públicas ambientais, a saberes acadêmicos, estimulando a construção de uma reflexão crítica e fundamentada sobre as políticas públicas ambientais.

O protagonismo do DEA em relação a este processo responde à atribuição que lhe foi dada pela Secex/MMA, no entanto, desde o princípio procurou-se garantir que o mesmo se caracterizasse como uma iniciativa institucional, não como um programa setorial. O caráter participativo de elaboração da proposta e o acompanhamento de sua implementação por uma Comissão de Gestão e Acompanhamento da Formação, composta por servidores de diversas secretarias do MMA (portaria nº 38 de 28 de fevereiro de 2007), procuram garantir esta intenção.

Desde março de 2008, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do MMA assumiu as negociações com a Universidade de Brasília, com o intuito que a iniciativa seja assumida como política de formação de servidores do MMA e tenha assegurada sua legitimidade e institucionalidade. No presente momento o contrato de prestação de serviços, que celebra a parceria com a universidade, está em tramitação na consultoria jurídica de ambas instituições. Para sucesso da iniciativa é essencial que o DEA exerça, juntamente com a Comissão supracitada, o papel de monitoramento da implementação do curso, em especial de sua proposta metodológica.

#### *9) Programa de Formação Técnica sobre alternativas ao Uso do Fogo no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica*

Esse programa realizado pela Embaixada Italiana visa à consolidação de mais de sete anos de acúmulo desta iniciativa na Amazônia. A atual versão do Programa, que teve início em 2008, ocorre em parceria com o Projeto de Gestão Ambiental Rural (Gestar/SEDR) e o Departamento de Educação Ambiental, ambos do MMA, com os seguintes objetivos: a) reduzir os incêndios florestais a partir da adoção de técnicas de controle das queimadas; b) incentivar a adoção de técnicas produtivas alternativas ao uso do fogo; c) consolidar mecanismos de participação social em parceria com as instâncias governamentais, como os “Protocolos Municipais”.

O programa apresenta dez Módulos de formação, cuja viabilização em oito municípios-pólo conta com o apoio de várias entidades parceiras, a saber: Instituto Floresta (MT); Patcha Mama (AC), Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas no Baixo Amazonas (PA); Fundação Viver, Produzir e Preservar em Altamira (PA); Fórum dos Movimentos Sociais da BR 163, em Itaituba (PA); Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção em São Félix do Araguaia (MT) e Associação Agro Socioambiental (AASA), em Juína (MT). Além disso, o Programa conta com o suporte técnico do Serviço Florestal, que ministra o Módulo sobre Manejo Florestal; do Ibama, através do PrevFogo, que ministra o Módulo sobre Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e do DEA/MMA, que ministra o Módulo sobre Educação Ambiental e desempenha o papel de Coordenação Pedagógica do Programa.

O módulo de Educação Ambiental tem como objetivo geral: potencializar a capacidade de

ação dos participantes como educadores ambientais populares que promovam a sustentabilidade socioambiental na Região Amazônica. Para tanto, a oficina proporciona a problematização da realidade, a reflexão crítica e a proposição de alternativas para a transformação da sociedade de forma responsável.

A proposta envolve mais de 400 participantes em um processo de formação de multiplicadores e, para tanto, serão estruturados Centros de Formação nos oito municípios-pólo envolvidos. Além disso, propõe-se aos participantes, ao término dos módulos, a formulação de projetos ou Ações Coletivas de natureza socioambiental com vistas à promoção da sustentabilidade. Buscando dar unidade ao Programa, a coordenação pedagógica tem organizado Oficinas Pedagógicas e de Avaliação como um espaço de integração e troca de experiências entre formadores técnicos, coordenadores nacionais e locais, permitindo a construção de estratégias pedagógicas comuns entre os módulos e destes com os Centros de Formação.

As Oficinas de Educação Ambiental têm gerado intenso envolvimento e elevação da autoestima dos participantes e tem proporcionado o fortalecimento dos Coletivos Educadores e Coletivos Jovens já existentes. São resultados dessas Oficinas: a) sensibilização de líderes comunitários para a problemática socioambiental; b) qualificação da intervenção dos atores locais nas instâncias de discussão de políticas públicas; c) introdução da temática “alternativas ao uso do fogo” na doutrina jurídica brasileira, a partir do envolvimento do Ministério Público no Módulo “Legislação Ambiental” e da publicação de trabalhos retratando a experiência do projeto em congressos; d) 28 municípios que deflagraram o processo de elaboração ou renovação do Protocolo Municipal; e) elaboração de uma página na internet com as informações do Programa e de temas relacionados, ampliando a discussão do tema na rede; f) institucionalização do Programa pelo governo federal, agregando novos setores e instituições públicas e recebendo apoio de governos estaduais e municipais; g) articulação política e social entre movimentos sociais e meios de comunicação, com a elaboração de produtos de educomunicação pelos participantes (roteiros para reportagens em TV, programas de rádio, textos impressos, folder, cartazes, jornalzinho, audiovisual, *blog*, Letra de Música e Repente) e a veiculação desses produtos até mesmo em espaços permanentes conquistados junto aos meios de comunicação locais; h) atuação dos participantes do projeto como agentes de transformação local, adotando práticas abordadas no programa e fortalecendo uma nova cultura relacionada ao uso do fogo, por exemplo.

## **CAPÍTULO 3 - LINHA DE AÇÃO: “COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”**

### **APRESENTAÇÃO**

A linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” foi criada com a nova versão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), de 2003. A Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) faz menção à comunicação em dois artigos. O artigo 3, item IV, define como *incumbência* dos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa e permanente com a disseminação de informações educativas, incorporando a dimensão ambiental em sua programação. O artigo 13, item I, estabelece que “*o poder público, em nível federal, estadual e municipal incentivará a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente*”.

Por sua vez, o texto estabelecido para a versão do ProNEA de 2003 indica duas áreas de atuação em comunicação para a Educação Ambiental: “comunicação e tecnologia para a educação ambiental” e “produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático-pedagógicos”.

Em 2004, foi instituído pelo Órgão Gestor da Pnea o então chamado Programa de Educomunicação Socioambiental. Após consulta pública e sistematização, a publicação do documento está prevista para o segundo semestre de 2008, com o nome Subprograma Educomunicação Socioambiental. Esse subprograma tem como objetivo sistematizar referências teóricas e político-pedagógicas para as práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, materializando os valores e objetivos fundamentais expressos na Pnea.

Em consonância com essas referências, em planejamento realizado no início deste ano, a linha optou por trabalhar com três estratégias:

- Democratização da Informação Ambiental;
- Educomunicação Ambiental;
- Comunicação de Massa.

Abaixo, segue relação das principais ações da linha organizadas por estratégia.

### **ESTRATÉGIA 1: DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL**

Esta estratégia objetiva promover a democratização da informação ambiental com foco no desenvolvimento de publicações, as ações a ela vinculadas tratam da política de produção e distribuição de conteúdos, em diferentes formatos, com base no marco conceitual da Educomunicação. Trabalha com ferramentas que possibilitem a democratização da informação como o Sibeia, a EaNet, os *blogs*, a página virtual do DEA, os audiovisuais, as publicações dentre outras; estabelece parcerias para produções de conteúdos; sugere a criação de editais e chamadas públicas para produção e ou publicação de materiais em diferentes formatos (impressos, digitais, audiovisuais entre outros).

São ações dessa estratégia:

## **Rede Digital dos Povos da Floresta**

Uma das principais iniciativas do DEA/MMA, em 2007, foi o Acordo de Cooperação Técnica entre os ministérios do Meio Ambiente e das Comunicações, em 26 de março de 2007, no âmbito do Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que busca promover a inclusão social por meio da inclusão digital.

O Gesac funciona dentro de espaços físicos denominados "Pontos de Presença", que são instalações de uso público, aberto, sem cobrança, e onde computadores, impressoras e outros equipamentos ficam à disposição para a prática de atividades comunitárias. Os Pontos de Presença podem estar em escolas, órgãos públicos, sindicatos, aldeias indígenas, sedes de organizações não-governamentais ou onde já existam outros projetos de inclusão digital do governo federal.

No âmbito da Educação Ambiental, o Programa busca implantar estruturas educadoras em Unidades de Conservação e territórios étnicos tradicionais, como estratégia de fortalecimento da vigilância e do monitoramento ambiental e consolidação de espaço permanente de educação. Esse acordo envolve a participação da Rede Povos da Floresta e do Centro de Cultura e Meio Ambiente Antônio Carlos Jobim, instalado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esta cooperação representa atualmente a única iniciativa, no âmbito do governo federal, de inclusão digital para áreas protegidas e povos tradicionais.

A implantação foi iniciada em novembro de 2007, no Acre, com cinco antenas Gesac instaladas. A ação foi incorporada como atribuição do ICMBio, o qual já negocia com a coordenação do Gesac um novo acordo para continuidade, na forma de uma política pública permanente. Entre as atividades, está previsto um plano de formação para os monitores dos Pontos de Presença.

A continuidade desta atividade é de fundamental importância para atender a uma das prioridades do governo federal: a inclusão social das populações das áreas remotas, através da inclusão digital.

Na maior parte das áreas protegidas, esta ação possibilita um meio de comunicação eficaz em casos de emergência tais como roubo de madeira, biopirataria, invasões, dentre tantas outras. Em outras palavras é um mecanismo de fortalecimento da Segurança Nacional.

Esta ação se respalda ainda nas seguintes deliberações da III Conferência Nacional de Meio Ambiente (III CNMA) - seção Educação e Cidadania Ambiental:

*18 - “Fortalecer as redes de Educação Ambiental existentes, bem como criar novas, quando necessário, para atender as especificidades locais, facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores, bem como disponibilizar dados para a sociedade, por meio de tecnologias de informação que viabilizem sistemas de informação locais integrados pela mesma base de dados, fortalecendo as Salas Verdes e centros de educação ambiental”.*

*32 – “Elaborar campanhas, programas e projetos de educomunicação socioambiental, com a produção e difusão de conteúdos informativos e educativos sobre temáticas ambientais, considerando as linguagens e meios adequados e acessíveis aos diferentes públicos, em horário nobre gratuito nos meios de comunicação, bem como programas e projetos em nível local (comunidades, escolas, povos indígenas e populações tradicionais, etc.), com utilização de diversos meios de comunicação, tais como: rádios comunitárias, públicas e privadas, Tvs públicas e privadas, jornais, boletins informativos, eventos, internet e materiais informativos, com possibilidade de criação de incentivos legais para subsidiar campanhas em todos os níveis”.*

## Catálogo de Publicações do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

A linha de publicações do Órgão Gestor da Pnea surgiu em 2005 com o objetivo de construir uma política estruturante de publicações, em comum acordo entre o DEA/MMA e a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (Cgea/MEC).

Este catálogo possui quatro séries de publicações:

- *Série “Desafios da Educação Ambiental”* - seis livros publicados com o objetivo de fornecer elementos conceituais que dêem suporte aos processos formativos de formadores em Educação Ambiental.
- *Série “Documentos Técnicos”* – 15 documentos publicados com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de Educação Ambiental voltados às políticas públicas de abrangência nacional.
- *Série “Repertório da Educação Ambiental”* – série de nove cartilhas com o objetivo de auxiliar a formação de educadores ambientais.

Fazem parte de cada série as seguintes publicações:

### *Série Desafios da Educação Ambiental*

- LAYRARGUES, Philippe P. (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. 2 ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- Equipes Técnicas do MEC, MMA e Idec. **Consumo Sustentável: manual de educação**. Brasília, 2004.
- FERRARO Jr., Luiz A. (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. (Volume 1). Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- DEBONI, Fábio. (org.). **Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2006.
- FERRARO Jr., Luiz A. (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. (Volume 2). Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

### *Série Repertórios da Educação Ambiental*

- Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Centros de Educação Ambiental no Brasil: manual de orientação**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **COM-VIDA**. Brasília, Ministério da Educação, 2004.
- Programa Nacional de Educação Ambiental. **Cartilha Municípios Educadores Sustentáveis**. 2 ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.



- Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: manual de orientação**. Brasília, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Passo a Passo na Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente**. Brasília, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Cartilha Sisnea**. Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2007.
- Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Cartilha Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2007.
- Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Viveiros Educadores: plantando vidas**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2008.

*Série Documentos Técnicos*

- DT 01 - Cieas - **Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental**. Junho de 2005.
- DT 02 - **Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental**. Junho de 2005.
- DT 03 - **Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da Consulta Pública do ProNEA**. Julho de 2005.
- DT 04 - **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Agosto de 2005.
- DT 05 - **Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental**. Agosto de 2005.
- DT 06 - **O desafio do Movimento Sharing Nature na Educação Ambiental Contemporânea**. Março de 2006.
- DT 07 - **Portifólio Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental**. Abril de 2006.
- DT 08- **Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais - ProFEA**. Abril de 2006.
- DT 13 - **Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA**. Dezembro de 2006.
- DT 14 - **O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis**. Março de 2007.
- DT 15 - **Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Meio Ambiente**. Novembro de 2007.

Com o intuito de ampliar o acesso às publicações do Órgão Gestor, todas as publicações relativas à Educação Ambiental editadas pelos ministérios do Meio Ambiente e da Educação podem ser acessadas na página do MMA (<http://www.mma.gov.br>).

Além dessas séries, o DEA/MMA apoiou ou participou em sete publicações de terceiros como, por exemplo, a Revista Brasileira de Educação Ambiental, o livreto do MST, o Caderno Pedagógico do Movimento dos Pequenos Agricultores e o GEO-Juvenil.referências.

## **Política de Produção e Distribuição de Conteúdo do DEA/MMA**

A linha desenvolve atualmente uma Política de Produção e Distribuição de Conteúdo do DEA visando padronização de suas publicações, além de rigoroso respeito às normas de publicações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e garantia de uma distribuição democrática de materiais. Dentro dessa Política de Produção pensa-se, também, em normas para outras publicações, como aquelas que o DEA apóia ou participa como colaborador, como, por exemplo, a Revista Brasileira de Educação Ambiental, o livreto do MST, o Caderno Pedagógico do Movimento dos Pequenos Agricultores, o GEO-Juvenil.

### **COLECIONA: Fichário do Educador Ambiental**

Lançado em julho de 2008, o Coleciona: fichário do Educador Ambiental é uma publicação eletrônica e bimestral, especializada em informações sobre Educação Ambiental e Educomunicação, que pode ser consultado gratuitamente no sítio do DEA/MMA e disponível para *download*. A cada dois meses, as pessoas cadastradas receberão eletronicamente em seus *e-mails* os textos atualizados.

Futuramente, após avaliação de *layout* e conteúdo junto aos leitores (avaliação prevista após circulação do nº 3), as instituições, organizações e pessoas interessadas receberão um fichário para arquivo dos textos. Esse será um amplo e prático fichário com textos para se pensar a Educação Ambiental, permanentemente atualizado e organizado em seções, possibilitando, assim, a formação de um Banco de Informações sobre tal temática, para consulta pública.

Esse material foi pensado pela linha de comunicação como estratégia de democratizar a informação. A proposta é que o Coleciona seja construído pelos próprios leitores, ou seja, que a seção “Estruturas e Espaços Educadores” seja alimentada pelas Salas Verdes, pelos Coletivos Educadores, pelas escolas entre outras estruturas/espacos educadores; bem como a seção “Cooperação Internacional” seja alimentada com textos enviados pelos educadores dos Centros de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a seção “Textos para se pensar a EA” por qualquer cidadão que remeta textos sobre a temática e assim por diante. Dessa forma, esse material será gerido de forma coletiva, cabendo ao DEA/MMA apenas organizar seu conteúdo e disseminá-lo.

Dessa forma, responde-se, também, às demandas da III CNMA, realizada neste ano em Brasília, que sugere, dentre outras deliberações, a produção e difusão de conteúdos informativos e educativos sobre temáticas ambientais, bem como a produção de materiais e divulgação de informações atualizadas sobre o ambiente, em linguagem acessível, como parte de um plano de comunicação participativo e educacional.

Após duas semanas de circulação, o Coleciona já dá sinal de boa aceitação e mostra a vontade de seus receptores em contribuir com o conteúdo do mesmo. Foram encaminhados ao [Educambiental@mma.gov.br](mailto:Educambiental@mma.gov.br), endereço eletrônico do DEA para atendimento aos cidadãos(ãs), 800 e-mails solicitando o cadastramento para envio do Coleciona, remetendo artigos para apreciação e publicação, além de parabenizações pela iniciativa do departamento.

A idéia é de que este seja um material com informações seguras, que circule com periodicidade regular, tornando-se, dessa forma, um veículo com credibilidade.

O link de acesso ao Coleciona é:

[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/fichario1.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/fichario1.pdf)

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

DEPTO. DE  
EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL  
DE EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL

# COLECIONA:

## fichário d@ EducadorAmbiental

vol. 1 / ano 1 / julho - agosto 2008

### ÍNDICE COLECIONA:

#### Textos para se pensar a EA

EA: caminho para a sustentabilidade  
Antonio Carlos Teixeira - pág. 3

#### SisNEA

Marcos Sorrentino - pág. 13

#### Estruturas Educadoras

José Matarezi - pág. 17

#### Coletivos Educadores

Luiz Antonio Ferraro Jr. e  
Marcos Sorrentino - pág. 29

#### Viveiros Educadores

Renata R. Maranhão e  
Gustavo N. Lemos - pág.39

#### Com-Vidas e

#### Coletivos Jovens de Meio Ambiente

Fabio Deboni, Soraia Silva de Mello e  
Rachel Trajber - pág. 43

#### Educomunicação

Rachel Trajber - pág. 51

#### Cooperação Internacional

Cláudia Martins e Iara Carneiro - pág.59

#### PEAMSS

pág. 57

#### Agenda EA

pág. 59

#### Recomenda-se

pág. 71

### EXPEDIENTE

Produção:  
OG/PNEA  
DEA/MMA  
CGEA/MEC

Coordenação Editorial:  
Fabiana Mauro – DEA/MMA

Projeto Gráfico:  
Fábio de Senna

Diagramação/produção:  
Fábio de Senna  
Arthur Armando da Costa Ferreira  
Ricardo Veronezi Ferrão

Endereço:  
Departamento de Educação Ambiental  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 553  
Brasília - DF - Brasil / CEP 70.068-900  
Tel. (61) 3317-1241 / Fax (61) 3317-1757

Home page: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)  
Endereço eletrônico para assuntos  
relacionados a esta publicação:  
[educambiental@mma.gov.br](mailto:educambiental@mma.gov.br)

Figura 1. Capa do Coleciona: fichário d@ EducadorAmbiental



Figura 2. Mala-direta feita para a divulgação *on-line* do Coleciona: fichário d@ EducadorAmbiental

## Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental

O Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (Sibe) é resultado de um esforço do MMA para criar, na área de Educação Ambiental, uma plataforma de governo eletrônico que reúna informações e instrumentos para a gestão do conhecimento em Educação Ambiental, articulada com outras iniciativas públicas e privadas.

Neste sentido, o Sibe se integra ao Sinima<sup>28</sup> atuando como um Centro de Referência Virtual que disponibiliza informações em Educação Ambiental, gerando indicadores e relatórios. É um projeto do Órgão Gestor da Pnea desenvolvido em parceria com redes e instituições governamentais e não-governamentais, que atuam sobre a temática Educação Ambiental. Funciona como um banco de dados com informações sobre especialistas, instituições e redes sociais, bem como possibilita gerar indicadores, fazer buscas e realizar análises que apóiem a formulação de políticas e outras ações, sendo considerado um importante recurso de interação e comunicação entre os atores ligados à Educação Ambiental no país.

O desenvolvimento dessa arquitetura foi projetado a partir do suporte disponibilizado pelo licenciamento da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), adaptando seus sistemas componentes às necessidades do Sibe.

---

<sup>28</sup> Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima) - é o instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6.938/81, responsável pela gestão da informação ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Atualmente, o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata<sup>29</sup> está em vias de utilizar o Sibeia para mapear os educadores e as ações em Educação Ambiental nos cinco países abrangidos pela bacia.

A partir da demanda de criação e ampliação de recursos e da necessidade de atendimento aos demais atores ligados à Educação Ambiental, o Sistema passa por uma fase de reestruturação.

De forma geral, as futuras metas do projeto são:

- Criar novos recursos e serviços para apoiar as atividades dos atores já contemplados no Portal Sibeia, aumentando o seu poder de conectividade;
- Incluir o ator “comunidade em EA” no rol de atores contemplados com recursos e serviços específicos para o seu interesse;
- Ampliar o Portal Sibeia de modo a torná-lo interoperável, gerenciável por meio de ferramentas de administração e compatível com iniciativas internacionais.

O Sibeia conta hoje com o cadastro de 19.909 educadores ambientais. Somente entre agosto de 2007 e julho de 2008, foram cadastrados 3.957 educadores ambientais (Figura 3) e 546 instituições (Figura 4).

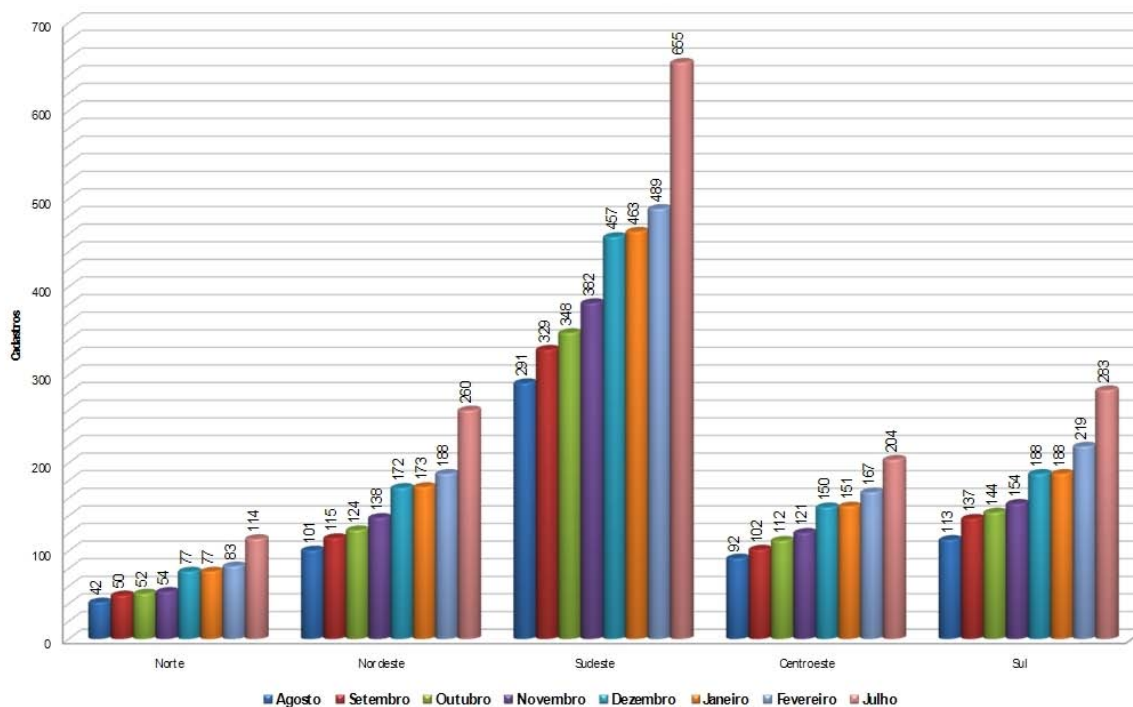


Figura 3. Educadores Ambientais cadastrados no Sibeia, por região, de agosto de 2007 a julho de 2008

<sup>29</sup> Para maiores informações sobre o Centro de Saberes, ver cap. 1, deste relatório.

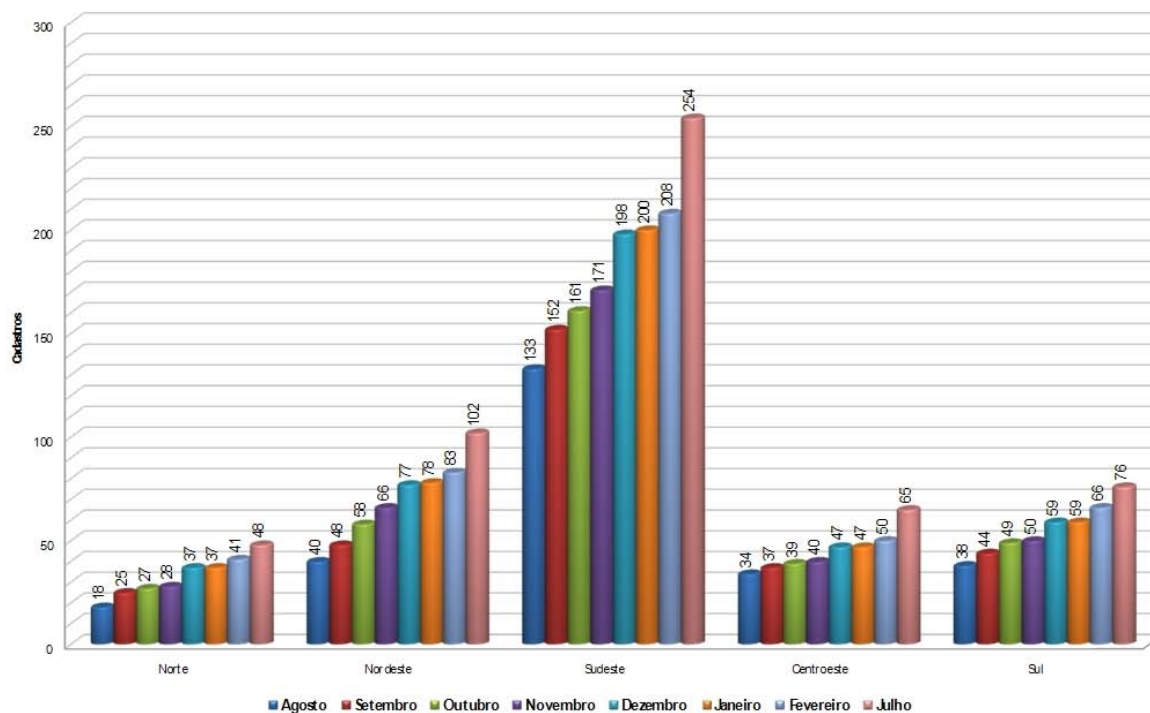


Figura 4. Instituições cadastradas no Sibeia, por região, de agosto de 2007 a julho de 2008

Essa ação se respalda na deliberação n° 16, da III CNMA - seção Educação e Cidadania Ambiental:

*16 - “Disponibilizar à sociedade dados e informações através de um Sistema de Informações Geográficas, criado em parceria pelos três setores (sociedade civil, empresarial e público), utilizando tecnologia da informação e capacitação de multiplicadores (difusores) ambientais, com vistas a viabilizar a implantação e operação de sistemas de informação locais, além de promover o intercâmbio sistemático de informações hidrológicas, biológicas, geológicas, químicas e sociológicas disponíveis nas diversas bases de dados”.*

### Canal de Educação Ambiental na Internet

Criado em 2006 em parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), o Canal de Educação Ambiental na Internet (EA.Net) é uma ferramenta que tem por objetivo permitir o acesso do público a informações em formato audiovisual e possibilitar a transmissão ao vivo de reuniões e eventos, com participação interativa dos educadores através do envio de questões.

O EA.Net foi lançado em abril de 2006, durante o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville (SC), e possibilitou que mais de 1.500 pessoas acompanhassem o congresso ao vivo pela internet, com educadores de todas as regiões do Brasil e ainda de Portugal, Espanha, Bélgica, Itália, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos, Japão, Moçambique e Ilhas Seychelles.

Atualmente o projeto passa por uma fase de avaliação e nos próximos meses serão delineadas as propostas para uma nova fase, que visa sua sustentabilidade e continuidade.

O EA.Net é acessado através do endereço <http://www.canal-ea.net>.

### Centro de Informação e Documentação Ambiental

O Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID Ambiental) tem como missão disponibilizar, distribuir e facilitar o acesso à documentação produzida pelo MMA e órgãos vinculados, visando democratizar e disseminar a informação ambiental. É o setor responsável por

guardar a memória institucional do MMA e por desenvolve serviços como: pesquisas legislativas, consultas técnicas, participação em eventos, empréstimos de títulos, acesso à *internet*, distribuição e doação de publicações editadas pelo MMA aos vários atores sociais com os quais se relaciona (servidores da Casa, instituições públicas, ONG, Oscip, órgãos vinculados, instituições educacionais e pessoas físicas comprometidas com as questões ambientais, entre outros).

Criado em 1998, oficialmente é vinculado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria Executiva do MMA, e, desde 2003, está incorporado ao Departamento de Educação Ambiental. Às vésperas de completar dez anos, 10 de outubro (Ver proposta de identidade visual - Figura 5), o CID Ambiental ainda não é um setor institucionalizado, o que tem gerado grandes dificuldades e entraves em sua gestão. As atividades são desenvolvidas em um espaço considerado inadequado, no mesmo ambiente são compartilhadas pelos servidores/colaboradores a coordenação, as rotinas técnicas e administrativas, mesa de leitura/pesquisa dos usuários, acesso à *internet* e o atendimento ao público em geral.



Figura 5. Proposta de identidade visual para o CID Ambiental e CID Ambiental 10 anos

Dentre as atividades prioritárias no CID Ambiental, destaca-se o encaminhamento de publicações às diversas instituições parceiras, no Brasil, e ao países da CPLP, totalizando 59.982 exemplares, em 2007, e 15.088, no primeiro semestre de 2008.

Destaca-se também a participação do Cid Ambiental em eventos como feiras, conferências e seminários relacionados à temática ambiental, nos quais o MMA tem a oportunidade de apresentar suas publicações à sociedade e, sobretudo, promover o diálogo entre as instituições envolvidas. Disponibiliza seus técnicos, auxiliares e colaboradores das diversas secretarias, a fim de, num esforço conjunto, prestar informações e orientações da política, dos projetos, programas e ações desenvolvidas no âmbito do órgão.

Em 27 de dezembro de 2005, através da Portaria/MMA nº 386, foi instituído um grupo de trabalho com a finalidade de discutir e elaborar uma proposta de criação, implantação, estruturação e funcionamento de um Centro Unificado de Informação e Documentação Ambiental (CUIDA).

Esse projeto visa integrar a gestão dos acervos do Centro Nacional de Informação e Tecnologias Ambientais e Editoração, do Ibama, e do CID Ambiental. Atualmente essa proposta está em análise pelas partes envolvidas.

## **ESTRATÉGIA 2: EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL**

Esta estratégia objetiva estabelecer, com a Educomunicação Ambiental, referência teórica, metodológica e político-pedagógica para a comunicação na Educação Ambiental, consolidada no Subprograma Educomunicação Socioambiental. Engloba ações de formação de educadores e de inserção do referencial da educomunicação, na gestão da Educação Ambiental brasileira, conforme apresentadas a seguir.

### **Subprograma Educomunicação Socioambiental**

Uma das ações da linha é a elaboração do texto base “Subprograma Educomunicação Socioambiental”. Esse subprograma foi pensado para atender a duas necessidades: sistematizar um quadro de referência para toda a ação comunicativa no campo da Educação Ambiental e contribuir para a construção de uma política nacional de comunicação e informação ambiental.

A incorporação do referencial da Educomunicação nas ações do Órgão Gestor da Pnea foi definido em 2004, durante a realização da “I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental”, que contou ampla participação de representantes da sociedade civil, academia, sistema de comunicadores parceiros da área ambiental, entre outros. No evento foi definido o estabelecimento de um programa de ações para integrar e oferecer referencial conceitual e metodológico para as atividades de Educomunicação.

Em 2005, a primeira versão do Programa de Educomunicação em Educação Ambiental foi lançada para consulta pública contando com a colaboração de diversos especialistas na área. As colaborações foram consolidadas e, em 2008, pretende-se lançar a versão atualizada do documento. A previsão de lançamento é no VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação, que acontecerá de 28 a 30 de outubro, em São Paulo.

A linha pretende adaptá-lo a diferentes formatos de publicação, visando a formação de educadores ambientais. Deverão ainda ser definidas outras publicações associadas ao tema como, por exemplo, um Guia de Atividades em Educomunicação, com conteúdo adaptado aos diferentes públicos.

### **Projeto Rádio-Escola pelo Meio Ambiente**

O Projeto Rádio-Escola pelo Meio Ambiente tem por objetivo apoiar a implantação e implementação de rádio-escolas voltadas para as questões ambientais. Estas devem estar prioritariamente em estruturas educadoras não-formais, atender ou estar associada à atuação em áreas protegidas, fortalecendo o papel de comunidades tradicionais na gestão ambiental. Um critério importante é a convergência de serviços nesses espaços e estruturas educadoras como Salas Verdes, Telecentros e Pontos de Culturas obtendo, assim, melhores resultados, principalmente se geridas por



associações locais. Dessa forma, a Rádio-Escola potencializa a Educação Ambiental continuada em suas diversas interfaces.

A Rádio-Escola é uma estrutura educadora transdisciplinar, regulamentada pela resolução 63 de outubro de 2005, do Ministério das Comunicações, voltada a formar para o uso educativo da comunicação na linguagem radiofônica, podendo transmitir por caixas de som ou por antenas de transmissores de até 25 *watts*. Sua programação auxilia a formação continuada de educadores, educandos e comunidades, fortalece a cultura local e propicia a mobilização de novos projetos de rádios comunitárias.

Há que se considerar as modalidades distintas de estruturas que podem tornar-se Rádio-Escolas, tendo em vista a forma da difusão e o meio de produção utilizado. Assim, do ponto de vista da tecnologia de difusão, tem-se:

- **Alto-falante:** a difusão é em um mesmo prédio, ambiente fechado ou semi-aberto, sem transmissor. Funciona bem, principalmente em escolas. Em assentamentos de áreas protegidas, como aldeias, podem ocasionar poluição sonora inadequada;
- **Transmissor:** a difusão é por meio de uma antena, ligada a um transmissor que deve estar ajustado para o limite de raio de transmissão escola (cerca 500 m). No âmbito deste projeto, visa-se incentivar receptores movidos a energia limpa (solar/dínamo);
- **Web:** estação de rádio com produções em *podcasting* e transmissão *on-line*. Para as estações em locais remotos e áreas protegidas, recomenda-se o uso de *kits* de energia solar para alimentar o equipamento.

Considerando a estrutura de produção, tem-se dois tipos possíveis de serem desenvolvidos:

- **Rádio-Escola Estúdio:** dotada de estúdio completo, com capacidade de transmissão via antena;
- **Rádio-Escola Estação:** dotada de estrutura de estação de produção/edição de áudio - dois computadores com caixas de som, microfones, placa de som no disco rígido - e transmissão *on-line*.

Em ambos os casos, as transmissões podem ser feitas também em emissoras regulares parceiras do projeto em cada local.

No ensino formal, algumas experiências foram realizadas com resultados positivos, como a Educom Rádio, na capital paulista, de responsabilidade do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP); e a Educom Centro-Oeste que possui 20 unidades instaladas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O mesmo ocorreu em algumas iniciativas com interface ambiental como a ONG Saúde e Alegria, através do projeto Rede Mocaronga que possui Rádio-Escola, em Maracanã (PA); e o Grupo de Trabalho Amazônico que realizou formações de radialistas comunitários para a Educação Ambiental no Pará e no Baixo Amazonas. Atualmente, muitas experiências ocorrem com ferramentas digitais (*radio-web*). No Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente desenvolve um projeto de Rádio-Escolas desde 2007.

## ESTRATÉGIA 3: COMUNICAÇÃO DE MASSA

A terceira estratégia busca viabilizar a produção permanente de informações/conteúdos para veiculação nos canais públicos de comunicação de massa. Dentre as ações dessa estratégia pode-se destacar a produção participativa de conteúdos para a veiculação nos meios de comunicação; a transversalização da Educação Ambiental nas políticas públicas; o desenvolvimento de materiais que ambientalizem os meios de comunicação; o estabelecimento de acordos de parcerias com órgãos governamentais como os Ministérios da Cultura e da Educação e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para viabilizar essas ações; o desenvolvimento de materiais, em diferentes formatos, para a formação de educadores ambientais; o desenvolvimento de campanhas de mobilização nacional; dentre outras atividades.

Todas as ações descritas nesta estratégia dialogam com as atuais deliberações da III CNMA - seção Educação e Cidadania Ambiental:

15. *“Elaborar planos de comunicação participativos e de educomunicação específicos para setores-chave, identificando e provendo junto aos meios de comunicação com conteúdos e formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à Educação Ambiental, e em especial à mudança do clima, considerando as especificidades locais e regionais”.*

17. *“Elaborar e implementar planos de comunicação para o enfrentamento das mudanças ambientais globais, considerando-os como serviço de utilidade pública”.*

19. *“Desenvolver campanhas de Educomunicação e Educação Ambiental, com a produção de materiais e divulgação de informações atualizadas sobre mudança do clima, em linguagem acessível, inclusive para portadores de deficiência, com ênfase nas questões regionais e locais, e que também contemplem o estímulo e a criação das Agenda 21 locais e as específicas aos povos indígenas e às comunidades tradicionais”.*

32. *“Elaborar campanhas, programas e projetos de educomunicação socioambiental, com a produção e difusão de conteúdos informativos e educativos sobre temáticas ambientais, considerando as linguagens e meios adequados e acessíveis aos diferentes públicos, em horário nobre gratuito nos meios de comunicação, bem como programas e projetos em nível local (comunidades, escolas, povos indígenas e populações tradicionais etc), com utilização de diversos meios de comunicação, tais como: rádios comunitárias, públicas e privadas, Tvs públicas e privadas, jornais, boletins informativos, eventos, internet e materiais informativos, com possibilidade de criação de incentivos legais para subsidiar campanhas em todos os níveis”.*

127. *“Investir em um amplo programa de comunicação voltado à divulgação e educação para o uso das leis ambientais e daquelas que tutelam comunidades tradicionais, informando sobre as formas e instâncias de fiscalização, canais de contato com as instituições ambientais, jurídicas, policiais e movimentos sociais”.*

São ações desta estratégia:

### **Projeto audiovisual Circuito Tela Verde**

Criado em parceria com a Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura (MinC), o Circuito Tela Verde tem como objetivos:

- promover a sensibilização e reflexão dos públicos das Salas Verdes e populações das áreas de abrangência dos Coletivos Educadores e demais setores da sociedade, sobre a importância da temática socioambiental;
- levar a setores excluídos do circuito dos festivais de vídeos ambientais, produções premiadas e/ou de reconhecida importância para conscientização socioambiental;

- atender à demanda das Salas Verdes e dos Coletivos Educadores por material audiovisual com finalidade educadora;
- estimular a produção de campanhas para televisão, sobre a temática socioambiental, fomentando processos educativos/participativos;
- veicular as produções e disponibilizá-las também em espaços e acervos educativos, Centros de Educação Ambiental, Salas Verdes, portal Ea.Net, bibliotecas virtuais etc.

O Tela Verde consiste em uma mostra de filmes independentes, organizada em parceria com a Cinemateca Brasileira, dentro do projeto Programadora Brasil, para exibição simultânea em 250 estruturas educadoras (Salas Verdes, Pontos de Cultura, cineclubes, dentre outros), por quatro dias.

Para possibilitar tal exibição, os filmes foram agrupados em três DVD (somando 13 filmes) e multiplicados em 250 kits/vídeos. A previsão de lançamento é para este ano, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Os vídeos estão disponíveis na Cinemateca Brasileira em São Paulo.

### **Edital de curtas de animação sobre mudanças climáticas**

Trata-se de um concurso nacional de estímulo à produção de curtas de animação, em uma parceria inédita entre os ministérios do Meio Ambiente e Cultura.

Serão selecionados dez projetos que receberão R\$ 20 mil cada um para a produções de um minuto sobre o tema Mudanças Climáticas. Os curtas serão exibidos nas TV Públicas, conforme parceria firmada entre os ministérios do Meio Ambiente e da Cultura e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) e estarão disponíveis para veiculação em todas as emissoras interessadas. O lançamento do edital deverá ser junto com a abertura do Circuito Tela Verde, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A importância de ações como esta foi destaque nas deliberações da III CNMA - seção Educação e Cidadania Ambiental (nº 15, 19, 32, 106 e 121), nas quais é ressaltada a necessidade da elaboração de campanhas, programas e projetos sobre a temática ambiental, com produção e difusão de conteúdos, além da criação de incentivos para subsidiar campanhas.

### **Campanha sobre Áreas de Preservação Permanente**

A Campanha Nacional “Vamos Cuidar da APP” tem por objetivo informar e criar condições para a conscientização da população sobre o que são as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a sua importância para a qualidade de vida. A Campanha é uma das atividades do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre Restauração de APP (Portaria nº 354, de 11 de dezembro de 2006), instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA. Integram o GTI representantes do poder público, em geral; instituições de ensino de todos os níveis; educadores ambientais, movimentos, entidades e organizações da sociedade civil; instituições de direito público ou privado; grupos, populações e comunidades locais.

O público-alvo da Campanha é toda a sociedade brasileira - urbana e rural. Como resultado, prevê-se a sensibilização e mudança de atitude das pessoas em relação à APP.

A coordenação da Campanha é do DEA/MMA em parceria com a Assessoria de Comunicação do MMA (Ascom/MMA), que realizam reuniões periódicas e mantêm um grupo de discussão pela *internet*, aberto a sugestões e críticas. Todo o conteúdo produzido é socializado com o GTI, além de ficar disponível no sítio do Conama/MMA. Para participar do grupo de discussão virtual, qualquer cidadão pode acessar o sítio do Conama e cadastrar-se.

A previsão para o lançamento da Campanha é para este ano com proposta de duração de 12 meses.

## PARCERIAS PARA VIABILIZAÇÃO DE AÇÕES DESTA LINHA

Para viabilizar algumas ações desta linha de ação, foram firmados alguns Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com outros ministérios. Destacam-se os acordos com o Ministério das Comunicações (MC), assinado em março de 2007, visando a viabilidade do projeto Rede Digital Povos da Floresta (ver estratégia 1 desta linha); e com o Ministério da Cultura (MinC), assinado em 2005, visando a integração, a implementação de ações comuns e a consolidação de uma agenda bilateral.

O objetivo do ACT com o MinC é formular e implementar políticas públicas conjuntas que favoreçam a interação saudável e responsável entre o ambiente e os patrimônios natural e cultural do Brasil.

A agenda bilateral estrutura-se a partir de quatro grandes eixos:

- atualização e comprometimento de conceitos comuns, como patrimônio intelectual, denominação de origem e sustentabilidade;
- integração dos patrimônios natural e cultural;
- educação para hábitos cultural e ambientalmente saudáveis, com orientação para o uso econômico e social sustentável do patrimônio histórico-cultural e ambiental brasileiro;
- proteção e valorização dos povos e saberes tradicionais.

Atualmente está em fase de implantação um projeto piloto, com o ICMBio e a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA. Já está definido que as áreas prioritárias serão reservas extrativistas.

Como desdobramento deste acordo, ainda no final de 2005, foi estabelecida uma parceria para a integração e o desenvolvimento de ações relativas aos Projetos Salas Verdes e Pontos de Cultura, do Programa Cultura Viva, coordenado pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC. O acordo prevê ações como a implantação de Salas Verdes nos Pontos de Cultura e vice-versa, bem como outras ações que resultem no desenvolvimento de atividades ou projetos conjuntos.

A integração desses dois projetos, considerando seus conhecimentos, ferramentas, habilidades e tecnologias digitais, favorece a elaboração de diversas produções sobre os temas Cultura e Educação Ambiental, como, por exemplo, vídeos, peças teatrais, manifestações artísticas, *spots*, dentre outras.

Uma das estratégias criadas pelo DEA para estimular essa integração é a reformulação dos Editais Salas Verdes, de modo que as propostas que visam a instalação dentro de Pontos de Cultura, recebem maior pontuação.

Como resultado da integração desses dois projetos, neste ano foram produzidos dois vídeos: Salas Verdes Maragogipe e Cananéia. Os vídeos podem ser acessados através dos *links*:

Cananéia

<http://video.google.com/videoplay?docid=649493693324306448&ei=&hl=pt-BR>

Maragogipe

<http://video.google.com/videoplay?docid=3632041689975385405&ei=&hl=pt-BR>

Com o mesmo objetivo de viabilizar ações desta linha, o DEA/MMA sugeriu ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) a criação de uma linha temática para a produção de materiais pedagógicos de Educação Ambiental que inclui, dentre outras, a produção de audiovisuais para rádio e TV, a fim de dar suporte ao Programa de Educomunicação Socioambiental, um subprograma do ProNEA.

A proposta foi aprovada em 2005, pelo Conselho do FNMA, e regulamentada em janeiro de 2006. A Linha Temática possibilita financiamento de produção de material pedagógico em diversas mídias, com valores entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil.

A deliberação da III CNMA - seção Educação e Cidadania Ambiental, nº 106, solicita a criação de meios de financiamento para garantir a inclusão de conteúdos educativos ambientais nos meios de comunicação.

## **Propostas futuras**

### **Ministérios do Meio Ambiente e TV Brasil**

A linha julga importante a realização de um Acordo de Cooperação Técnica com a TV Brasil, para dar continuidade às ações desenvolvidas nos últimos anos com as emissoras públicas de rádio e televisão, bem como realizar novas atividades.

Em maio de 2005, o MMA firmou acordo com a Radiobrás, atual Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que vigorou até o início deste ano, para o desenvolvimento de campanhas participativas de rádio e TV, na perspectiva do ProNEA, com os seguintes objetivos:

- dar visibilidade às ações e pró-atividades da sociedade civil, de comunidades, de poderes públicos locais, relativo à questão ambiental, com destaque para as ações com aspecto e filosofia orientados para a participação e emancipação;
- trazer subsídios pedagógicos, de legislação e fontes de informações úteis para educadores;
- fortalecer a articulação de redes de informação sobre o meio ambiente;
- canalizar produções audiovisuais de temática ambiental e torná-las disponíveis à utilização em processos educativos.

Durante sua vigência, foi possível a realização de campanhas, programas, debates, entrevistas, sugestão de pautas aos telejornais, dentre outras ações, como as listadas abaixo:

- projeto “Educação Ambiental no Ar”, na Rádio Nacional da Amazônia;
- programa “Ver TV”, sobre televisão e meio ambiente, através da Radiobrás e TV Câmara;
- chamadas para rádio e TV, na Radiobrás, para divulgação do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental;
- programa “NBR Entrevista”, com o diretor do DEA;

- pautas para o telejornalismo da TV Nacional, durante a Semana do Meio Ambiente (2006 e 2007);
- participação no Programa “Roda Viva”, da TV Cultura.

Atualmente existe uma proposta, apresentada pelos atores Ricardo Macchi e Lucélia Santos, de participação do Órgão Gestor da Pnea na produção do programa de TV “ECO-Aventura”. Esta participação envolveria a avaliação das informações a serem veiculadas nos programas, discutindo, sempre que necessário, seu conteúdo.

A proposta do programa, que se encontra em elaboração pelos proponentes, é a de buscar a mobilização social através da abordagem de questões ambientais. Dentre as possibilidades de veiculação, existe a de transmiti-lo através da EBC, caso seja renovado o ACT.

### **Programa para exibição na TV Supren**

Existe hoje uma acordo entre o DEA/MMA e a TV Supren – ONG União Planetária - para a produção conjunta e a exibição de um programa de TV, de meia hora semanal, sobre as questões ambientais. A TV Supren é transmitida pela NET e em diversos canais abertos do país.

Dentro desse acordo, o DEA/MMA tem participação na elaboração do conteúdo a ser veiculado, bem como no acompanhamento das produções e no desenho do programa que será produzido no estúdio da TV Supren, por sua equipe de técnicos.

Atualmente caminha-se para a fase de elaboração de um programa piloto.

### **Projeto de seleção de campanhas de Educação Ambiental sobre Mudanças Climáticas**

Ainda em planejamento, a linha estuda a possibilidade de realização de uma campanha nacional que aborde a temática Mudanças Climáticas, em resposta às deliberações da III CNMA - seção Educação e Cidadania Ambiental (nº 15, 17, 19 e 32).

Participariam da campanha profissionais e amadores, em diferentes categorias, com peças para TV e rádio, de até 1 minuto de duração, que deverão ser veiculadas através dos acordos já firmados com a TV Pública.

### **Campanha Internacional sobre a temática Mudanças Climáticas, na CPLP**

O projeto Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, conforme apresentado no capítulo 2 deste relatório, tem como uma de suas estratégias de ação o desenvolvimento de uma Campanha internacional de conscientização e mobilização social sobre Mudanças Climáticas, nos oito países envolvidos. Dentre as estratégias para a Campanha estão pré-definidas:

- a elaboração de roteiro e textos de apoio sobre mapeamento de canais de comunicação local e grupos de mobilização social;
- a realização do mapeamento em cada país, dos veículos de comunicação;
- a sistematização dos mapeamentos e consolidação em uma matriz comum;
- a preparação e envio de materiais de subsídio para a oficina sobre a Campanha;
- a mobilização para a realização da Campanha nos oito países.

Hoje, o projeto está em fase de definição de acordos de funcionamento. A linha de comunicação já desenvolveu um plano de comunicação para o projeto e, atualmente, auxilia a linha de gestão na coleta de informações sobre meios de comunicação que poderiam aderir à campanha.



## CONCLUSÕES

A Educação Ambiental consolidada pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) de 2003 a 2008 fundamentou-se nos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), assumindo com isso, a contribuição do desafiante processo de construção de uma sociedade sustentável.

Valorizou-se uma perspectiva de Educação Ambiental Popular voltada para a formação do sujeito crítico e capaz de se empoderar e promover ações transformadoras nos territórios (culturais, sociais, geográficos) aos quais pertence.

Um dos elementos da noção de Educação Ambiental Popular é o entendimento de que não há um grupo etário privilegiado para as práticas de Educação Ambiental, a qual é compreendida como um processo permanente. As organizações populares e grupos como, por exemplo, de produtores rurais ou de trabalhadores urbanos são sujeitos importantes da ação educativa ambiental<sup>30</sup>. Portanto, o educador ambiental popular é aquele que faz Educação Ambiental em sua base territorial - seu cotidiano, seu trabalho, seus grupos de convivencialidade. Esta noção é reforçada no verbete que consta do *Dicionário Socioambiental* (no prelo), no qual educação popular ambiental:

*É aquela cujos atores principais (educadores e educadoras) estão na base da sociedade, atuando em prol do enraizamento de reflexões e práticas libertárias, emancipatórias e transformadoras na busca pela sustentabilidade do território em que atuam. A educação popular ambiental se realiza por meio da ação dessas pessoas, às quais cabe mobilizar, animar e subsidiar grupos de ação-reflexão junto à sua base. Em geral, esses educadores ou educadoras são lideranças espontâneas que, muitas vezes, já atuam em suas comunidades ou que estão em formação, sendo capazes de mobilizar grupos de base nas escolas, universidades, bairros, fábricas, clubes, comunidades, sindicatos.<sup>31</sup>*

Considerando a adesão da sociedade brasileira (mais de 22% do território nacional está mobilizado com a expectativa de consolidar as ações iniciadas e aprimoradas por esta gestão) à proposta do DEA/MMA e os resultados obtidos, detalhados neste relatório, ressaltam-se os seguintes pontos para continuidade e fortalecimento desta política pública:

1. Construção e implementação do Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), aprimorando-o e dando-se prosseguimento ao trabalho e às pactuações em curso, a fim de que o país possua uma política estruturante e integrada de Educação Ambiental. A gestão da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) por meio da condução dos distintos espaços colegiados da esfera pública brasileira da Educação Ambiental pode prosseguir de forma pontual e desarticulada, no entanto, em função da necessidade de busca de organicidade entre as institucionalidades já existentes e as que ainda podem ser criadas, justifica-se a opção pela gestão sistêmica da Pnea.

---

<sup>30</sup> CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. “A educação ambiental no Brasil” In: *Salto para o futuro* Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008. Brasília, Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação.

<sup>31</sup> TASSARA, Eda T. (org.) *Dicionário Socioambiental*. São Paulo, FAARTE Editora (no prelo).



2. Implementação do Sisnea e seu detalhamento, uma vez que é deliberação da III Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA) com força de resolução, conforme inciso I, do Artigo 21, do seu Regimento Interno (Portaria nº 539, de 25 de outubro de 2007).
3. A propositura de alteração na Pnea, com a inclusão de um sistema político-administrativo-formador, se constitui na qualificação da institucionalização da Educação Ambiental brasileira e sua manutenção na vanguarda mundial neste campo.
4. Ainda no contexto da institucionalização do Sisnea, torna-se relevante a continuidade das ações do Enraizamento da Educação Ambiental nas Unidades Federativas, tendo em vista a organização sistêmica dos entes institucionais estaduais da gestão pública da Educação Ambiental. Além disso, a continuidade dessas ações propicia o aprimoramento das condições estruturantes do fazer da Educação Ambiental nos estados e Distrito Federal.
5. A continuidade nas ações de Transversalização da Educação Ambiental, especialmente as que são protagonizadas por este Departamento e que fazem parte das deliberações da III CNMA, é fundamental para a incorporação e internalização do componente educativo ambiental nas diferentes políticas públicas e programas de governo que estão em processo de criação e/ou implementação e possuem interface com a Educação Ambiental.
6. No contexto macro-político do governo brasileiro, ressalta-se a importância de manter a agenda de atividades e os compromissos assumidos pela Educação Ambiental no cenário das relações internacionais, especialmente tendo em vista os papéis de protagonismo e coordenação desempenhados pelo MMA. A integração regional das questões afetas à Educação Ambiental, principalmente no universo dos países de língua portuguesa e dos países latino-americanos e caribenhos, contribui para a consolidação e aprimoramento das políticas públicas nacionais, estimulando a integração e o desenvolvimento de programas e projetos que fomentem a comunicação, o intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos e outros atores sociais da Educação Ambiental.
7. A implementação do Programa de Formação de Educadores/as Ambientais (ProFEA) por meio dos Coletivos Educadores e Estruturas Educadoras tem respaldo na Pnea e no ProNEA. Está em consonância com a Linha de Ação Formação de Educadoras/es Ambientais deste último, uma vez que prevê a formação continuada de educadores e gestores ambientais, através do apoio às redes e à articulação de parcerias entre diversos atores sociais da Educação Ambiental no território nacional.
8. A implementação e consolidação de Coletivos Educadores e Estruturas Educadoras está prevista na ação de formação de educadores ambientais do Programa 0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis - do Plano Plurianual 2008-2011.
9. Ressalta-se a importância de constituição, fortalecimento e integração dos Coletivos Educadores, Salas Verdes e Viveiros Educadores com outras políticas públicas, conforme deliberações da III CNMA.

10. A manutenção do compromisso assumido pelo MMA de constituição e fortalecimento de Coletivos Educadores por meio de Acordos de Cooperação Técnica com aproximadamente 800 instituições.
11. A manutenção do compromisso assumido pelo MMA de constituição e fortalecimento de Salas Verdes por meio de Termos de Compromisso com aproximadamente 400 instituições.
12. A manutenção das articulações com as instituições executoras de políticas, programas e projetos de outros setores do MMA e também de outros Ministérios e instituições nas três esferas de governo que implementam suas ações de Educação Ambiental por meio de Coletivos Educadores, Salas Verdes e outras ações do ProFEA.
13. Consolidação e aprimoramento dos módulos do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA).
14. Manutenção do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério das Comunicações para inclusão digital em área protegidas (Gesac).
15. Efetivação e aprimoramento da Educomunicação como referencial para a prática da comunicação ambiental.
16. A geração de referências e subsídios conceituais e práticos através da implementação do plano de publicações contido no planejamento.
17. A inserção da Educação Ambiental nos meios de comunicação de massa, conforme já iniciado com a Radiobrás e a TV Brasil.

Considera-se, portanto, essencial prosseguir com as ações em curso e aprimorá-las para que, até o fim da atual gestão do governo federal em 2010, o MMA concretize e avalie essa política pública de Educação Ambiental em implementação, de forma a estruturar e fortalecer o Sisnea e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), bem como os demais Sistemas com os quais há interface.



## ANEXO 1 - ESTRATÉGIA DE ENRAIZAMENTO 2008

<b>OBJETIVO</b>	<b>Atividades a desempenhar</b>	<b>Produto</b>	<b>Ações</b>
<i>Institucionalização</i>	<i>4.1 Democratização da esfera pública da educação ambiental</i>	<p><b>Diagnóstico preenchido e atualizado.</b></p> <p>O diagnóstico, modelo construído pelo grupo, é o instrumento que possibilita a leitura do avanço da institucionalização da EA. Modelo já disponível (anexo)</p>	<p>SISNEA (G) Ciea (G) Política Estadual de EA (G) Programa Estadual de EA(G) Enraizamento estadual(G) (municipalização da EA) EA no Sistema Estadual de EA Órgão Gestor da Política Estadual de EA Rede Estadual de EA</p>
<i>Articulação e acompanhamento</i>	<p><i>4.2 Articulação entre as ações em educação ambiental (pautada na construção do SISNEA)</i></p> <p><i>4.3 Viabilização da implementação de ações estruturantes do Órgão Gestor da Pnea(pautada na construção do SISNEA).</i></p> <p><i>4.4 Tarefas de rotina</i></p> <p><i>4.5 Atividades desejáveis</i></p>	<p><b>Relatórios.</b> (com periodicidade a ser definida no primeiro encontro dos enraizadores)</p> <p>O avanço dessa atividade será medido pelo detalhamento de cada linha a respeito das ações demandadas por cada atividade e o ponto a ser alcançado.</p> <p>Os itens <b>4.4 e 4.5</b> dizem respeito a um conjunto de atividades que, na sua grande maioria, possibilitam o cumprimento das ações previstas nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 , e que devem ser consideradas e realizadas a partir da leitura do enraizador sobre a realidade do seu estado e as demandas “reais e atuais”, o que possibilitará também a concretização do nosso 3º produto.</p>	<p>Coletivos Educadores para territórios Sustentáveis(F) Coletivo Jovem EA nas Unidades de Conservação ENCEA (F) SIBEA(C) Educador Ambiental Popular(F) PeamS(F) Estruturas Educadoras Integradas (Salas Verdes, Viveiros Educadores e Rádio Escolas, outras)(F) COM-VIDAS NEAS/IBAMA/ICMBIO Programa de Revitalização de Bacias(F)</p>
<i>Descentralização do Enraizamento</i>	<i>4.6 Viabilização da continuidade do Enraizamento, a partir de conceitos como “pertencimento” e “empoderamento”. Apoio supletivo aos entes estaduais para o fortalecimento do enraizamento como uma ação dos educadores ambientais e das instituições, não apenas do Governo Federal.</i>	<p><b>Relatórios</b></p> <p>Embora não esteja prevista no Manual do Enraizador, este objetivo busca, com um olhar mais direcionado a realidade de cada território( neste caso estado).</p> <p>Cada Enraizador deverá visualizar qual a demanda concreta do seu estado e atores que possam compartilhar essa responsabilidade.</p>	<p>Mapeadas em cada estado, e acompanhadas nos encontros dos enraizadores. (E)</p>



## **ANEXO 2 - PACTO POR UMA GESTÃO COMPARTILHADA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Nós, gestores estaduais de educação ambiental e representantes das CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental), participantes do Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, realizado de 3 a 6 de julho de 2007, em Salvador, BA, em continuidade e consonância com as propostas e diretrizes firmadas no Compromisso de Goiânia (2004) e na Carta de Salvador (2005), no marco do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, especialmente diante da necessidade de enfrentamento das mudanças ambientais globais, ressaltamos a relevância da atuação urgente da educação ambiental e definimos como princípios de atuação:

- Promover o enraizamento da educação ambiental na totalidade do território nacional, por meio da comunicação, concebida como um direito humano, utilizando veículos de massa, mídia comunitária, educomunicação e canais públicos como o EA.Net; bem como estruturas, instâncias e processos educadores como as CIEAs, Coletivos Educadores, Coletivos Jovens, Com-vidas nas escolas e comunidades, Agendas 21, Salas Verdes, Centros e Núcleos de Educação Ambiental, entre outras;
- Consolidar a gestão compartilhada da educação ambiental nos estados e municípios a partir da atuação articulada, solidária e colaborativa nas e entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Meio Ambiente, em pleno diálogo com a sociedade civil;
- Envidar esforços para o debate da proposta do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), no âmbito do seu processo de consulta pública;
- Prosseguir no processo de consolidação e democratização das CIEAs e implementar participativamente as Políticas e os Programas Estaduais de Educação Ambiental;
- Promover maior interlocução e transversalidade entre o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e demais ministérios;
- Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento no âmbito estadual comprometidos com a educação ambiental, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, que se pautem e dialoguem com as instâncias coletivas formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de educação ambiental;
- Institucionalizar e transversalizar a educação ambiental na gestão das organizações governamentais, com inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual e Lei de Orçamento Anual (LOA);
- Fortalecer processos coordenados, participativos, humanistas, inclusivos, políticos, dialógicos e democráticos de informações, pesquisas, produção e sistematização de conhecimentos e processos de acompanhamento e avaliação por meio de instrumentos públicos, como o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA);

- Mobilizar, sensibilizar e apoiar a população, a partir dos territórios, para a participação em Fóruns de Educação Ambiental e processos de Conferências de Meio Ambiente e de Educação, especialmente para a realização adensada e qualificada na Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente em todas as escolas do país;
- Estimular a abordagem da educação ambiental no projeto político pedagógico, entendendo a escola pública como espaço de direito, republicano e de educação permanente, integral, continuada, para todos e ao longo da vida, com gestão democrática; bem como buscar a articulação entre as instâncias organizadas como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida), os Conselhos de Escola, os Grêmios Estudantis;
- Inserir, em todas as instituições de educação superior, a educação ambiental como disciplina, atividade, ou projeto inter e transdisciplinar obrigatórios para a formação inicial de professores, ou seja, nas licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia, incentivando ainda a presença da educação ambiental nos demais cursos e bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações socioambientais e culturais;
- Buscar meios para promover uma formação iniciada e continuada em educação ambiental das equipes gestoras e técnicas, bem como promover o seu enraizamento nas estruturas governamentais;
- Estimular e apoiar o controle social da educação ambiental por meio do fortalecimento dos movimentos da sociedade civil organizada, das Redes de Educação Ambiental, dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, dos conselhos e foros de participação cidadã;
- Definir diretrizes para a educação ambiental no licenciamento, criando mecanismos de normatização;
- Promover a educação ambiental em e com as comunidades de áreas protegidas e seu entorno, especialmente nas Unidades de Conservação;
- Reconhecer a diversidade cultural, étnico-racial, regional, de gênero e orientação sexual, e a convivência inter-geracional, no âmbito das políticas, programas e projetos de educação ambiental.

Estes são os compromissos a serem assumidos pelos gestores e gestoras, educadores e educadoras de todo o país, nas instâncias e processos envolvidos na construção do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA). Uma ação coletiva, compartilhada e articulada, com unidade na diversidade, voltada à superação das graves questões socioambientais produzidas pelo atual modelo civilizatório, por meio de processos críticos, participativos, transformadores e emancipatórios, destinados à felicidade humana e à proteção da vida.

Salvador, 06 de julho de 2007.

## **ANEXO 3 - CARTA DE SALVADOR**

**I ENCONTRO NACIONAL DE Cieas  
13 a 15 de junho de 2005 Salvador, Bahia**

### **Recomendações e Diretrizes para as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental - Cieas**

Nós, educadoras e educadores ambientais, das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental - Cieas e do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), reunidos em Salvador, entre os dias 13 a 15 de junho de 2005, no I Encontro Nacional de Cieas:

**Reconhecendo** que as Cieas surgiram no contexto da regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei Nº 9.795/99, para a construção de espaços públicos coletivos e de canais de diálogo para a efetiva implantação desta Política nos estados e municípios;

**Entendendo** que o Órgão Gestor da Pnea, pelo Decreto 4.281/2002, instância formuladora de políticas públicas em Educação Ambiental, estimula o fortalecimento desses espaços e canais;

**Reconhecendo** o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) como marco orientador para a elaboração de políticas e programas de educação ambiental;

**Constatando** que, após a consulta pública de 2004, foi incluída nas linhas de ação e estratégias do ProNEA o incentivo à criação e ao fortalecimento das Cieas;

**Reafirmando** o Compromisso de Goiânia expresso no I Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental, realizado em Goiânia em abril de 2004;

**Considerando** que este Encontro de Salvador, surge em um momento importante para reafirmar o compromisso entre as três esferas governamentais, a sociedade civil e as redes de educação ambiental, para promover uma ação coordenada e sinérgica da educação ambiental;

**Comprometemo-nos**, a discutir as alternativas de constituição, estrutura, funcionamento e sustentabilidade das Cieas, recomendamos as seguintes diretrizes:

#### **I - Sobre o Perfil, Infraestrutura e Sustentabilidade das Cieas**

Criar e efetivar um plano de formação permanente e contínuo para os membros das Cieas.

Garantir repasse financeiro pelos governos federal, estadual e municipal, pelos Órgãos públicos e aporte da iniciativa privada, às atividades das cieas, principalmente para a viabilização da participação da sociedade civil.

Conferir caráter deliberativo e garantir a interlocução com os diferentes conselhos de estado e destes com as Cieas.

Estimular as Universidades, Instituições de Pesquisa, Iniciativa Privada e ONGs à execução de projetos e programas, além de disseminar os resultados de ensino, pesquisa e extensão que fortaleçam as ações das Cieas.

Contribuir com diretrizes para o termo de referência na elaboração de programas e projetos de Educação Ambiental, no processo de licenciamento ambiental em consonância com o Órgão licenciador do Estado.



Possibilitar a capilarização das Cieas por meio de pólos regionais, segundo as especificidades estaduais.

À estas recomendações, segue em anexo as alterações que o GT1 considera consubstancial para fechamento do Documento Técnico.

## **II – Sobre a Interface das Cieas com Instituições e outras Instâncias Coletivas**

Adoção do princípio de transparência pelas Cieas, dos seus mecanismos de trabalho, divulgando permanentemente os processos de trabalho destas Comissões incluindo: a) histórico, composição, regimento interno, nome e experiência em EA dos participantes; b) atas, relatórios e ações; c) planos de trabalho (metas a curto, médio e longo prazos); d) cronograma de reuniões; e) prestação de contas em relação aos recursos repassados às Cieas; e f) demais informações

Manter as reuniões abertas a participação de todos os interessados com direito a voz.

Trabalhar em consonância com os princípios do Tratado para as Sociedades Sustentáveis, da Carta da Terra, da Agenda 21 e do ProNEA

Garantir que o decreto de criação das Cieas seja cumprido, articulando a troca de experiências inter e intra-institucional.

Convidar o Ministério Público para compor a Ciea.

Assegurar a participação dos Coletivos Jovens com trabalhos em EA e estimular o fortalecimento destes coletivos nos diversos estados.

## **III – Sobre o Papel das Cieas nos Programas e Políticas Estaduais de Educação Ambiental**

- Promover a articulação intra e inter-institucional nos diversos segmentos (público, privado e terceiro setor), buscando convergências de esforços para elaborar, implementar, monitorar, avaliar e difundir estratégias de EA, as Políticas e os Programas Nacional, Estadual e Municipal.
- Estimular a gestão participativa nas diversas atribuições da Ciea.
- Promover a descentralização das Políticas e Programas de EA visando o fortalecimento da gestão municipal.
- Estimular e apoiar espaços de discussões – fóruns, seminários, oficinas, redes e correlatos, regionais e municipais, para a promoção e fortalecimento de políticas e programas de EA.
- Difusão dos resultados do trabalho de EA nas redes e em todos os meios de comunicação para a sociedade.

## **IV – Sobre a Interface das Cieas com o Órgão Gestor da Pnea**

- Divulgar as ações das Cieas em todos os meios de comunicação possíveis.
- Posicionar-se diante de fatos e situações que envolvam a realidade de seu entorno, emitindo pareceres que gerem visibilidade junto à sociedade, demonstrando sua legitimidade para tratar as questões relativas à EA.
- Estreitar relações da Ciea, juntamente com o Órgão Gestor da Pnea, com gestores públicos e coletivos de diversos segmentos, com vistas a criar um diálogo permanente.
- Estabelecer parceria com o Órgão Gestor da Pnea na **formação** de gestores públicos por meio da organização de eventos, seminários e demais instrumentos, aproveitando possibilidades de articulação política, para que a EA seja compreendida em suas várias dimensões e perspectivas, viabilizando a proposta de trabalho da Ciea e colaborando para sua sustentabilidade política.
- Envolvimento das Cieas em todas as etapas de formulação e acompanhamento das políticas públicas de EA.

## ANEXO 4 - MUNICÍPIOS COM ABRANGÊNCIA DE COLETIVOS EDUCADORES E/OU SALAS VERDES

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Centro Oeste	Formação de Coletivos Educadores na Bacia do Descoberto - DF	Universidade de Brasília (Sede Brasília)	DF	Brasília	Sala Verde Centro de Desenvolvimento de Atividades Sócio-Ambientais da Universidade Católica de Brasília - UCB - Águas Claras	Ecoa Ambiental
					Sala Verde União Planetária - Brazlândia	União Planetária
					Sala Verde Ponte de Encontro para Todos – PET Gama	Conselho Ambiental Comunitário Gama Distrito Federal
					Sala Verde Mão Na Terra – Samambaia	Ong Mão Na Terra
					Sala Verde Ribeirão Vivo - Santa Maria	Universidade de Brasília – Decanato de Extensão da UnB
Centro Oeste	Cerrado Vivo: Território Estrada de Ferro de Goiás	Aprendizado Marista Padre Lancísio - Escola Ambiental	GO	Arizona	***	***
				Bonfinópolis	***	***
				Gameleira de Goiás	***	***
				Leopoldo de Bulhões	***	***
				São Miguel do Passa Quatro	***	***
				Silvânia	Sala Verde Respeitando Todas as Formas de Vida	Subsecretaria Regional de Educação de Silvânia
				Vianópolis	***	***
Centro Oeste	Jovens Camponeses – Educadores Ambientais	Associação Nacional da Juventude Rural Terra Livre	GO	Goiânia	Sala Verde Aprender para Viver	Saneago - Escolinha do Saneamento
					Sala Verde Clubinho da Tartaruga	RAN/Ibama
					Sala Verde	Caixa Econômica Federal – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - GIDUR
					Sala Verde da SEMMA	Prefeitura Municipal de Goiânia (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)
					Sala Verde Espaço Samambaia	Universidade Federal de Goiás
Centro Oeste	Projeto Novas Práticas	Município de Rio Quente - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	GO	Água Limpa	***	***
				Buriti Alegre	***	***
				Caldas Novas	***	***
				Corumbaíba	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Edealina	***	***
				Edéia	***	***
				Goiatuba	***	***
				Marzagão	***	***
				Morrinhos	***	***
				Piracanjuba	***	***
				Pontalina	***	***
				Rio Quente	***	***
Centro Oeste	Ação Educacional para o Desenvolvimento Socioambiental no Território da Grande Dourados	Prefeitura Municipal de Dourados	MS	Caarapó	***	***
				Douradina	***	***
				Dourados	***	***
				Fátima do Sul	Sala Verde Centro de Educação Ambiental	Prefeitura Municipal de Fátima do Sul
				Glória de Dourados	Sala Verde de Glória de Dourados	Prefeitura Municipal Glória de Dourados
				Itaporã	***	***
				Juti	***	***
				Rio Brilhante	***	***
Vicentina	***	***				
Centro Oeste	Coletivo Educador dos Municípios Sul Mato-Grossense da Apa Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Prefeitura Municipal de Ivinhema	MS	Glória de Dourados	Sala Verde de Glória de Dourados	Prefeitura Municipal Glória de Dourados
				Ivinhema	***	***
				Jateí	Sala Verde Jateiense de Pesquisas Ambientais - SAJAPAM	Prefeitura Municipal de Jateí
				Novo Horizonte do Sul		
Centro Oeste	Coletivos Educadores Ambientais na Bacia do Rio Iguatemi no Estado do Mato Grosso do Sul	Consórcio Intermunicipal para Gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Iguatemi	MS	Amambaí	Sala Verde Pingos D'Água	Prefeitura Municipal de Amambaí
				Campo Grande	Sala Verde do Parque do Sóter	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
					Sala Verde Pratiquecologia	Ong Pratiquecologia
				Coronel Sapucaia	***	***
				Eldorado	***	***
				Iguatemi	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Iguatemi
				Japorã	***	***
				Mundo Novo	***	***
				Paranhos	***	***
Sete Quedas	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Tacuru	***	***
				Anastácio	***	***
				Antônio João	***	***
				Aquidauana	Sala Verde Pantanal	Organização Ecocerrado Pantanal
				Bandeirantes		
				Bela Vista	Sala Verde Construção e Sensibilização: uma Proposta Sustentável	Prefeitura Municipal de Bela Vista
				Bodoquena	***	***
				Bonito	Sala Verde Brazil Bonito	Associação Dos Amigos do Brazil Bonito - AABB
				Campo Grande	Sala Verde Pratiquecologia	Ong Pratiquecologia
					Sala Verde do Parque do Sóter	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
				Caracol	***	***
				Corguinho	***	***
				Corumbá	Sala Verde Buriti	Prefeitura Municipal de Corumbá
				Dois Irmãos do Buriti	***	***
				Guia Lopes da Laguna	***	***
				Jaraguari	***	***
				Jardim	***	***
				Ladário	***	***
				Maracaju	***	***
				Miranda	***	***
				Nioaque	***	***
				Ponta Porã	Sala Verde Esperança Verde	Prefeitura Municipal de Ponta Porã
				Porto Murtinho	Sala Verde Casa Verde do Parque Natural Municipal da Cachoeira do Apa	Prefeitura Municipal de Porto Murtinho
				Rio Negro	***	***
				Rochedo	***	***
				São Gabriel do Oeste	Sala Verde Estação Vida Águas do Guarani	Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste
				Sidrolândia	***	***
				Terenos	***	***
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental	Fundação Cândido Rondon	MS	Bandeirantes	***	***
				Campo Grande	Sala Verde Pratiquecologia	Ong Pratiquecologia

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Campo Grande				Sala Verde do Parque do Sóter	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
				Corguinho	***	***
				Dois Irmãos do Buriti	***	***
				Jaraguari	***	***
				Rio Negro	***	***
				Rochedo	***	***
				Sidrolândia	***	***
				Terenos	***	***
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Corumbá	Fundação Cândido Rondon	MS	Anastácio	***	***
				Aquidauana	Sala Verde Pantanal	Organização Ecocerrado Pantanal
				Corumbá	Sala Verde Buriti	Prefeitura Municipal de Corumbá
				Ladário	***	***
				Miranda	***	***
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Coxim	Fundação Cândido Rondon	MS	Alcinópolis	***	***
				Camapuã	***	***
				Costa Rica	***	***
				Coxim	Sala Verde Taquari	Escritório Regional do Ibama
				Figueirão	***	***
				Pedro Gomes	***	***
				Rio Verde de Mato Grosso	***	***
				São Gabriel do Oeste	Sala Verde Estação Vida Águas do Guarani	Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste
Sonora	***	***				
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Jardim	Fundação Cândido Rondon	MS	Antônio João	***	***
				Bela Vista	Sala Verde Construção e Sensibilização: uma Proposta Sustentável	Prefeitura Municipal de Bela Vista
				Bodoquena	***	***
				Bonito	Sala Verde Brazil Bonito	Associação Dos Amigos do Brazil Bonito - AABB
				Caracol	***	***
				Guia Lopes da Laguna	***	***
				Jardim	***	***
				Maracaju	***	***
Nioaque	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Ponta Porã	Sala Verde Esperança Verde	Prefeitura Municipal de Ponta Porã
				Porto Murtinho	Sala Verde Casa Verde do Parque Natural Municipal da Cachoeira do Apa	Prefeitura Municipal de Porto Murtinho
Centro Oeste	Projeto Coletivo Educador para a Juventude de MS	Instituto Forpus	MS	Anastácio	***	***
				Aquidauana	***	***
				Campo Grande	Sala Verde Pratiquecologia	Ong Pratiquecologia
					Sala Verde do Parque do Sóter	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
				Dois Irmãos do Buriti	***	***
				Miranda	***	***
				Ribas do Rio Pardo	***	***
Terenos	***	***				
Centro Oeste	Boa Semente - Coletivos Educadores	Fundação Educacional de Cuiabá – Funec	MT	Cuiabá	Sala Verde do Jardim Botânico de Mato Grosso	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
					Sala Verde Cuiabá Sempre Verde	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
Centro Oeste	Coletivo de Educadores Ambientais de Barra do Garças - CEABG	Arma-Ação Revolucionária no Meio Ambiente	MT	Aragarças	***	***
				Barra do Garças	***	***
				Pontal do Araguaia	***	***
Centro Oeste	Coletivo Educador Araguaia - Rio das Mortes	Iny Mahadu Coordenação	MT	Luciára	***	***
				Novo Santo Antônio	***	***
				São Felix do Araguaia	***	***
Centro Oeste	Coletivos Educadores para o Território Portal da Amazônia	Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável – IFPDS	MT	Alta Floresta	***	***
				Apiacás	***	***
				Carlinda	***	***
				Colíder	***	***
				Guarantã do Norte	***	***
				Marcelândia	***	***
				Matupá	***	***
				Nova Bandeirantes	***	***
				Nova Canaã do Norte	***	***
				Nova Guarita	***	***
				Nova Monte Verde	***	***
				Nova Santa Helena	***	***
Novo Mundo	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Paranaíta	***	***
				Peixoto de Azevedo	***	***
				Terra Nova do Norte	***	***
Centro Oeste	Formação de Coletivo Educador no Centro Norte do Mato Grosso	Universidade do Estado de Mato Grosso	MT	Cárceres	***	***
				Cláudia	***	***
				Ipiranga do Norte	***	***
				Itaúba	***	***
				Santa Carmem	***	***
				Sinop	Sala Verde - Ensinop	Associação Educacional e Sócio Ambiental de Mato Grosso
				União do Sul	***	***
Vera	***	***				
Centro Oeste	Formação de Educadores Ambientais do Xingu-Araguaia	UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	MT	Água Boa	***	***
				Campinápolis	***	***
				Canarana	***	***
				Gaúcha do Norte	***	***
				Nova Xavantina	Sala Verde Educanto Ambiental	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
				Querência	***	***
				Ribeirão Cascalheira	***	***
Centro Oeste	Programa de Formação de Educadores Ambientais no Pantanal (PROFEAP) – Núcleo Rondonópolis	Fundação Uniselva	MS	Pedro Gomes	***	***
				Sonora	***	***
			MT	Alto Araguaia	***	***
				Alto Garças	***	***
				Alto Taquari	***	***
				Dom Aquino	***	***
				Guiratinga	***	***
				Itiquira	***	***
				Jaciara	***	***
				Juscimeira	***	***
				Pedra Preta	***	***
				Poxoréo	***	***
				Rondonópolis	Sala Verde Ciranda Aberta	Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental
				São José do Povo	***	***
São Pedro da Cipa	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Cáceres	Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual - Faesp	MT	Araputanga	***	***
				Cáceres	Sala Verde Centro Alternativo de Educação Ambiental da Estação Ecológica de Taiamã - Caeaeta	Estação Ecológica de Taiamã/Ibama
				Figueirópolis d'Oeste	***	***
				Glória d'Oeste	***	***
				Indiavaí	***	***
				Jauru	Sala Verde Jauru	Associação Jauruense do Meio Ambiente-AJUMA
				Lambari d'Oeste	***	***
				Mirassol d'Oeste	***	***
				Porto Esperidião	***	***
				Reserva do Cabaçal	***	***
				Rio Branco	***	***
				Salto do Céu	***	***
São João dos Quatro Marcos	***	***				
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Cuiabá - Territorialidade e Temporalidade Educativas nos Coletivos Pantaneiros	Fundação Uniselva/Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	MT	Acorizal	***	***
				Barão de Melgaço	***	***
				Campo Verde	***	***
				Chapada dos Guimarães	***	***
				Cuiabá	Sala Verde do Jardim Botânico de Mato Grosso	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
					Sala Verde Cuiabá Sempre Verde	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
				Jangada	***	***
				Nobres	***	***
				Nossa Senhora do Livramento	***	***
				Nova Brasilândia	***	***
				Paranatinga	***	***
				Planalto da Serra	***	***
				Poconé	***	***
				Rosário Oeste	***	***
Santo Antônio do Leverger	***	***				
Várzea Grande	Sala Verde Eco Educação - VG	Prefeitura Municipal de Várzea Grande (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)				
Centro Oeste	Programa de Formação em Educação Ambiental	Fundação de Apoio ao Ensino Superior	MT	Alto Paraguai	***	***
				Arenápolis	***	***



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente	
	no Pantanal (ProFEAP) – Núcleo Tangará da Serra	Público Estadual - Faesp		Barra do Bugres	***	***	
				Denise	***	***	
				Diamantino	***	***	
				Nortelândia	***	***	
				Nova Marilândia	***	***	
				Nova Olímpia	<b>Sala Verde Centro de Educação Ambiental Ângelo Masson - Semente do Conhecimento</b>	<b>Associação do Município de Nova Olímpia de Proteção Ambiental</b>	
				Porto Estrela	***	***	
				Santo Afonso	***	***	
				Tangará da Serra	***	***	
Nordeste	Coletivo Educador da Região Hidrográfica do Pratagi	Universidade Federal de Alagoas	AL	Barra de Santo Antônio	***	***	
				Flexeiras	***	***	
				Maceió	<b>Sala Verde Maceió</b>	<b>Universidade Federal de Alagoas - Núcleo de Educação Ambiental</b>	
					<b>Sala Verde Mestre Graça</b>	<b>Projeto Graciliano é uma Graça - Prograça</b>	
				Messias	***	***	
				Murici	<b>Sala Verde Macaco Guariba</b>	<b>Instituto Murici de Desenvolvimento Integrado</b>	
				Paripueira	***	***	
				Rio Largo	***	***	
Nordeste	Coletivo Educador de Paulo Afonso/Xingó	Instituto Palmas	AL	Delmiro Gouveia	<b>Sala Verde Delmiro Gouveia</b>	<b>Fundação Delmiro Gouveia - FUNDEG</b>	
				Olho d'Água do Casado	***	***	
				Pão de Açúcar	***	***	
				Piranhas	***	***	
			BA	Glória	***	***	
				Paulo Afonso	<b>Sala Verde Paulo Afonso</b>	<b>Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/Secretaria Municipal de Educação e Cultura</b>	
					Canindé do São Francisco	***	***
					Poço Redondo	***	***
Nordeste	Coletivo Educador Foz (Propriá-Penedo)	Fundação Educacional do Baixo São Francisco	AL	Feliz Deserto	***	***	
				Igreja Nova	***	***	
				Paiaçabuçu	***	***	
				Penedo	***	***	
				Porto Real do Colégio	***	***	

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				São Brás	***	***
Nordeste	Projeto Água e Vida: Percepção e Sensibilização dos Problemas Ambientais	Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo	AL	Água Branca	***	***
				Batalha	***	***
				Belo Monte	***	***
				Cacimbinhas	***	***
				Campo Grande	***	***
				Canapi	***	***
				Carneiros	***	***
				Coruripe	***	***
				Craíbas	***	***
				Delmiro Gouveia	***	***
				Dois Riachos	***	***
				Feliz Deserto	***	***
				Girau do Ponciano	***	***
				Igreja Nova	***	***
				Inhapi	***	***
				Jacaré dos Homens	***	***
				Jaramataia	***	***
				Major Isidoro	***	***
				Maravilha	***	***
				Mata Grande	***	***
				Minador do Negrão	***	***
				Monteirópolis	***	***
				Olho d'Água das Flores	***	***
				Olho d'Água do Casado	***	***
				Olivença	***	***
				Ouro Branco	***	***
				Palestina	***	***
				Pão de Açúcar	***	***
				Pariconha	***	***
				Penedo	***	***
Piaçabuçu	***	***				
Piranhas	***	***				
Poço das Trincheiras	***	***				
Porto Real do Colégio	***	***				
Santana do Ipanema	***	***				
São Brás	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				São José da Tapera	***	***
				São Sebastião	***	***
				Senador Rui Palmeira	***	***
				Traipu	***	***
			SE	Amparo de São Francisco	***	***
				Aquidaba	***	***
				Brejo Grande	***	***
				Canhoba	***	***
				Canindé de São Francisco	***	***
				Cedro de São João	***	***
				Gararú	***	***
				Gracho Cardoso	***	***
				Ilha das Flores	***	***
				Itabi	***	***
				Japoata	***	***
				Malhada dos Bois	***	***
				Monte Alegre de Sergipe	***	***
				Neópolis	***	***
				Nossa Senhora da Glória	***	***
				Nossa Senhora de Lourdes	***	***
				Pacatuba	***	***
				Poço Redondo	***	***
				Porto da Folha	***	***
				Propriá	***	***
			Santana do São Francisco	***	***	
			São Francisco	***	***	
			Telha	***	***	
Nordeste	Projeto Tecer a Reda	Associação de Agricultores Alternativos – Aagra	AL	Estrela de Alagoas	***	***
				Igaci	***	***
				Palmeira dos Índios	***	***
Nordeste	Centro de Formação em Educação Ambiental – Educando Pela Sustentabilidade	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista	BA	Vitória da Conquista	Sala Verde Módulo de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
					Sala Verde	Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Nordeste	Coletivo Educador	Associação Regional da	BA	Campos Formosos	Sala Verde Bioma da Caatinga	Prefeitura Municipal de

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	Arefase	Escola Família Agrícola do Sertão – Arefase				<b>Campo Formoso</b>
				Cansanção	***	***
				Canudos	***	***
				Curaçá	***	***
				Itiúba	***	***
				Jaguarari	***	***
				Monte Santo	<b>Sala Verde Flor de Mandacaru</b>	<b>Arefase - Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão</b>
				Santaluz	***	***
	Uauá	***	***			
Nordeste	Coletivo Educador Litoral Sul	Movimento Cultural Arte Manha	BA	Alcobaça	***	***
				Caravelas	***	***
				Mucuri	***	***
				Nova Viçosa	***	***
				Prado	***	***
Nordeste	Coletivo Educador: Construindo Bases para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê	Centro de Assessoria Assuruá	BA	América Dourada	***	***
				Barra do Mendes	***	***
				Barro Alto	***	***
				Cafarnaum	***	***
				Canarana	***	***
				Central	***	***
				Gentio do Ouro	***	***
				Ibipeba	***	***
				Ibititá	***	***
				Ipupiara	***	***
				Irecê	***	***
				Itaguaçu da Bahia	***	***
				João Dourado	***	***
				Jussara	***	***
				Lapão	***	***
				Mulungu do Morro	***	***
				Presidente Dutra	***	***
São Gabriel	***	***				
Uibaí	***	***				
Xique-Xique	***	***				
Nordeste	Coletivos Educadores	Prefeitura Municipal de	BA	Barra do Choça	<b>Sala Verde Municipal / Meio</b>	<b>Prefeitura Municipal de</b>

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	do Município de Barra do Choça	Barra do Choça			Ambiente Em Foco	Barra do Choça – Secretaria Municipal de Agricultura
Nordeste	Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis	PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais	BA	Camaçari	***	***
				Salvador	Sala Verde Centro de Vivências Ambientais	Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (ISBA)
					Sala Verde Biblioteca Paulo Freire	Associação Dos Professores, Alunos e Funcionários da ETEBA
					Sala Verde Avante	Avante Educação e Mobilização Social
					Sala Verde Boa – Biblioteca Onda Azul	Fundação Onda Azul
					Feira Verde	Caixa Econômica Federal – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
					Sala Verde Chico Mendes	Faculdade de Tecnologia e Ciências
					Sala Verde OAF	Organização de Auxílio Fraterno (OAF)
					Sala Verde Via Verde	Instituto Cultural Casa da Magia
					Sala Verde da SMA	Superintendência do Meio Ambiente
					Sala Verde PreaM	Universidade Católica de Salvador
					Sala Verde Ciência, Arte e Magia	Universidade Federal da Bahia Departamento de Zoologia, Instituto de Biologia /UFBA
Nordeste	Integrar o Recôncavo Sul Baiano para a Sustentabilidade	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia	BA	Amargosa	***	***
				Castro Alves	***	***
				Elísio Medrado	***	***
				Itatim	***	***
				Jiquiriçá	***	***
				Laje	***	***
				Milagres	***	***
				Mutuípe	***	***
				Santa Teresinha	***	***
				Santo Antônio de Jesus	***	***
				São Miguel das Matas	***	***
Nordeste	Reconhecendo e	Universidade Estadual	BA	Antônio Cardoso	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	<b>Fortalecendo os Educadores Ambientais do Lago Pedra do Cavalo</b>	de Feira de Santana		Cabeceiras do Paraguaçu	***	***
				Cachoeira	***	***
				Conceição da Feira	***	***
				Governador Mangabeira	***	***
				Santo Estêvão	***	***
				São Félix	***	***
				São Gonçalo dos Campos	***	***
<b>Nordeste</b>	<b>Coletivo Educador de São Luís do Curu e Paraipaba</b>	<b>Grupo de Interesse Ambiental – GIA</b>	CE	Paraipaba	***	***
				São Luís do Curu	***	***
<b>Nordeste</b>	<b>Coletivo Educador Fortaleza – CEF</b>	<b>Grupo de Interesse Ambiental – GIA</b>	CE	Fortaleza	<b>Sala Verde Dr. Jorge Neves</b>	<b>Semace - Superintendência Estadual do Meio Ambiente – CODAM</b>
					<b>Sala Verde Água Viva</b>	<b>Universidade Federal do Ceará</b>
					<b>Sala Verde de Fortaleza</b>	<b>Caixa Econômica Federal - Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano</b>
					<b>Sala Verde CEFET - CE</b>	<b>Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará</b>
					<b>Sala Verde Cores do Mundo</b>	<b>Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano - Cedam</b>
<b>Nordeste</b>	<b>Coletivo de Educadores: as Comunidades Quilombolas na Construção de Território Sustentável e Solidário na Baixada Ocidental no Baixo Parnaíba, no Maranhão</b>	<b>Universidade Federal do Maranhão - Mestrado em Saúde e Ambiente</b>	MA	Alcântara	***	***
				Anapurus	***	***
				Apicum-Açu	***	***
				Araioses	***	***
				Bacuri	***	***
				Bacuritiba	***	***
				Barreirinhas	***	***
				Belágua	***	***
				Bequimão	***	***
				Brejo	***	***
				Buriti de Inácia Vaz	***	***
				Cedral	***	***
				Central do Maranhão	***	***
				Chapadinha	***	***
				Cururupú	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Duque Bacelar	***	***
				Guimarães	***	***
				Magalhães de Almeida	***	***
				Mata Roma	***	***
				Mirizal	***	***
				Palmeirândia	***	***
				Paulino Neves	***	***
				Pindaré-Mirim	***	***
				Pinheiro	***	***
				Presidente Sarney	***	***
				Santa Helena	***	***
				Santa Quitéria do Maranhão	***	***
				São Benedito do Rio Preto	***	***
				São Bernardo	***	***
				São Luís	Sala Verde	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
					Sala Verde Natureza Jovem	Centro Criativo Pedagógico de Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América
				Serrano do Maranhão	***	***
Turiação	***	***				
Turilândia	***	***				
Tutóia	***	***				
Urbano Santos	***	***				
Nordeste	Coletivo Educador da Região dos Cocais	Fundação Maurício Vanini	MA	Aldeias Altas	***	***
				Buriti Bravo	***	***
				Caxias	***	***
				Codó	***	***
				Coelho Neto	***	***
				Gonçalves Dias	***	***
				Governador Archer	***	***
				Matões	***	***
				Parnarama	***	***
				São João do Soter	***	***
				Senador Alexandre Costa	***	***
Timon	***	***				
Nordeste	Coletivo Educador no	Secretaria Municipal de	MA	São Luís	Sala Verde de São Luís	Instituto Municipal da

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	Território da Bacia do Bacanga	Educação - SEMED				Paisagem Urbana
				Sala Verde Natureza Jovem	Centro Criativo Pedagógico de Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América	
Nordeste	Coletivos Educadores para Território do Lençóis - Munin	Ethos – Assessoria, Consultoria, Capacitação e Desenvolvimento Sustentável	MA	Axixá	***	***
				Bacabeira	***	***
				Barrerinhas	***	***
				Cachoeira Grande	***	***
				Humberto de Campos	***	***
				Icatu	***	***
				Morros	***	***
				Paulino Neves	***	***
				Presidente Juscelino	***	***
				Primeira Cruz	***	***
				Rosário	***	***
				Santo Amaro do Maranhão	***	***
				São Luís	Sala Verde de São Luís	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
					Sala Verde Natureza Jovem	Centro Criativo Pedagógico de Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América
Nordeste	Coletivos Educadores: Alternativa Sustentável e Solidária aos Povos do Cerrado e da Pré-Amazônia Maranhense	Centro de Educação Cultural do Trabalhador Rural	MA	Açailândia	Sala Verde Açailândia - Centro de Educação Ambiental	Prefeitura Municipal de Açailândia
				Amarante do Maranhão	***	***
				Balsas	***	***
				Buriticupu	***	***
				Buritiarana	***	***
				Campestre do Maranhão	***	***
				Cidelândia	***	***
				Estreito	***	***
				Governador Edison Lobão	***	***
				Imperatriz	***	***
				Itinga do Maranhão	***	***
				João Lisboa	***	***
				Loreto	***	***
				Montes Altos	***	***
Porto Franco	***	***				



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Ribamar Fiquene	***	***
				São Francisco do Brejão	***	***
				São Pedro da Água Branca	***	***
				São Pedro dos Crentes	***	***
				São Raimundo das Mangabeiras	***	***
				Senador La Rocque	***	***
				Vila Nova dos Martírios	***	***
Nordeste	Mapeando Coletivos Educadores Para o Território do Litoral Ocidental Maranhense	Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Maranhão - Arcafar	MA	Alcântara	***	***
				Bacurituba	***	***
				Bequimão	***	***
				Cajapió	***	***
				Cedral	***	***
				Central do Maranhão	***	***
				Cururupu	***	***
				Guimarães	***	***
				Mirinzal	***	***
				Porto Rico	***	***
Turiçu	***	***				
Nordeste	Na Minha Saudade Passa um Rio – Formação de Coletivos Educadores na Bacia do Mearim	Núcleo de Desenvolvimento em Estudos Socioambientais do Maranhão – Nudesa	MA	Arari	***	***
				Bacabal	***	***
				Barra do Corda	***	***
				Conceição do Lago-Açu	***	***
				Esperantinópolis	***	***
				Formosa da Serra Negra	***	***
				Fortaleza dos Nogueiras	***	***
				Grajaú	***	***
				Lago Verde	***	***
				Pedreiras	***	***
				São Luís Gonzaga do Maranhão	***	***
				São Roberto	***	***
Trizidela do Vale	***	***				
Vitória do Mearim	***	***				
Nordeste	Programa de Sensibilização de Submoradias (palafitas) em Manguezais Pertencentes a São Luís	Universidade Federal do Maranhão	MA	São Luís	Sala Verde de São Luís	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
					Sala Verde Natureza Jovem	Centro Criativo Pedagógico de Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Nordeste	União Pró-Águas do Alto e Médio Munim	Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IMARH	MA	Afonso Cunha	***	***
				Aldeias Altas	***	***
				Anapurus	***	***
				Belágua	***	***
				Buriti	***	***
				Chapadinha	***	***
				Coelho Neto	***	***
				Duque Bacelar	***	***
				Mata Roma	***	***
				Nina Rodrigues	***	***
				Presidente Vargas	***	***
				São Benedito do Rio Preto	***	***
				São Luís	Sala Verde de São Luís	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
	Sala Verde Natureza Jovem	Centro Criativo Pedagógico de Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América				
	Urbano Santos	***				
	Vargem Grande	***				
Nordeste	CETI – Coletivo Educador de Territórios de Identidade	Associação Acácia Pingo D'ouro	PB	João Pessoa	Sala Verde Espaço Ler e Aprender Com o Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico da Paraíba
					Sala Verde Professor Lauro Pires Xavier	Jardim Botânico de João Pessoa – Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde	Secretaria de Meio Ambiente
Nordeste	Implantação do Coletivo Educador Ambiental - Sub Bacia do Espinharas	Prefeitura Municipal de Patos	PB	Água Branca	***	***
				Areia de Baraúnas	***	***
				Cacimba de Areia	***	***
				Mãe d'Água	***	***
				Passagem	***	***
				Patos	Sala Verde Gato Azul	SOS Sertão – Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza
				Quixabá	***	***
				Salgadinho	***	***
				Santa Terezinha	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				São José de Espinharas	***	***
				São José do Bonfim	***	***
Nordeste	Coletivo Educador Ambiental dos Jovens de Pernambuco - CEAJOPE	Instituto Verde	PE	Recife	Sala Verde Vasconcelo Sobrinho	Fadurpe – Fundação Apolônio Sales
					Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental - NEA	CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico de Pernambuco– Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde Mundo Esperança	Instituto Verde Graça Vasconcelos
					Sala Verde Espaço Saber Eco	SENAI – Departamento Regional de Pernambuco
					Sala Verde Josué de Castro	Prefeitura Municipal de Recife
					Sala Verde Biodiversidade	CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Nordeste	Coletivo Educador da Bacia do Moxotó – PE	Fundação Joaquim Nabuco	PE	Arcoverde	***	***
				Buíque	***	***
				Custódia	***	***
				Ibimirim	***	***
				Inajá	***	***
				Itaíba	***	***
				Manari	***	***
				Recife	Sala Verde Vasconcelo Sobrinho	Fadurpe – Fundação Apolônio Sales
					Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental - NEA	CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico de Pernambuco – Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde Mundo Esperança	Instituto Verde Graça Vasconcelos
					Sala Verde Espaço Saber Eco	SENAI – Departamento Regional de Pernambuco
					Sala Verde Josué de Castro	Prefeitura Municipal de Recife
Sala Verde Biodiversidade	CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
Sertânia	***	***				
Tupanatinga	***	***				
Nordeste	Coletivo Educador Território Mata Sul de Pernambuco	Centro de Desenvolvimento Comunitário	PE	Água Preta	***	***
				Barreiros	***	***
				Catende	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
		<b>Monsenhor Jose Kehrlé</b>		Escada	***	***
				Jaqueira	***	***
				Joaquim Nabuco	***	***
				Palmares	***	***
				Recife	Sala Verde Vasconcelo Sobrinho	Fadurpe – Fundação Apolônio Sales
					Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental - NEA	CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico de Pernambuco– Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde Mundo Esperança	Instituto Verde Graça Vasconcelos
					Sala Verde Espaço Saber Eco	SENAI – Departamento Regional de Pernambuco
					Sala Verde Josué de Castro	Prefeitura Municipal de Recife
				Sala Verde Biodiversidade	CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
				Ribeirão	***	***
Rio Formoso	***	***				
Tamandaré	***	***				
Xexéu	***	***				
Nordeste	Coletivos Educadores Ambientais do Recife	Prefeitura Municipal de Recife	PE	Recife	Sala Verde Vasconcelo Sobrinho	Fadurpe – Fundação Apolônio Sales
					Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental - NEA	CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico de Pernambuco– Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde Mundo Esperança	Instituto Verde Graça Vasconcelos
					Sala Verde Espaço Saber Eco	SENAI – Departamento Regional de Pernambuco
					Sala Verde Josué de Castro	Prefeitura Municipal de Recife
Sala Verde Biodiversidade	CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
Nordeste	Educação e Gestão Ambiental no Plano de Articulação do Coletivo Educador do Micro-Território da Bacia do Pajeú	Central de Associações Rurais e Urbanas da Serra Talhada	PE	Calumbi	***	***
				Flores	***	***
				Floresta	***	***
				Santa Cruz da Baixa Verde	***	***
				Serra Talhada	Sala Verde no Sertão de Pajeú	Central das Associações Rurais e Urbanas de

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Triunfo	***	Serra Talhada - CENTRASS
Nordeste	Projeto Coletivo Colméia	Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes	PE	Jaboatão dos Guararapes	Sala Verde Espaço Verde Vivo	Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente
Nordeste	Rede Territorial de Proteção Ambiental para A Formação do Coletivo Educador Mata Sul - Pernambuco	Fundação de Proteção à Saúde e Meio Ambiente - FUSAMA	PE	Amaraji	***	***
Nordeste	Reeditores de Olinda	Prefeitura Municipal de Olinda	PE	Olinda	Sala Verde Marin dos Caetés	Prefeitura Municipal de Olinda – Secretaria de Planejamento Urbano, Transportes e Meio Ambient
Nordeste	Coletivo Educador do Sul do Piauí	Universidade Federal do Piauí – UFPI	PI	Alvorada do Gurguéia	***	***
				Antônio Almeida	***	***
				Avelino Lopes	***	***
				Baixa Grande do Ribeiro	***	***
				Barreiras do Piauí	***	***
				Bertolínia	***	***
				Bom Jesus	***	***
				Canavieira	***	***
				Colônia do Gurguéia	***	***
				Corrente	***	***
				Cristalândia do Piauí	***	***
				Cristino Castro	***	***
				Curimatá	***	***
				Currais	***	***
				Eliseu Martins	***	***
				Gilbués	***	***
				Guadalupe	***	***
				Jerumenha	***	***
				Júlio Borges	***	***
				Landri Sales	***	***
				Manoel Emídio	***	***
				Monte Alegre do Piauí	***	***
				Morro Cabeça no Tempo	***	***
				Palmeira do Piauí	***	***
				Parnaguá	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Porto Alegre do Piauí	***	***
				Redenção do Gurguéia	***	***
				Riacho Frio	***	***
				Ribeiro Gonçalves	***	***
				Santa Filomena	***	***
				Santa Luz	***	***
				São Gonçalo do Gurguéia	***	***
				Sebastião Barros	***	***
				Sebastião Leal	***	***
				Uruçuí	***	***
Nordeste	Coletivo Educador para Territórios Sustentáveis da Microrregião Seridó	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte - Idema	RN	Acari	***	***
				Caicó	***	***
				Carnaúba dos Dantas	***	***
				Cruzeta	***	***
				Currais Novos	***	***
				Equador	***	***
				Florânia	***	***
				Ipueira	***	***
				Jardim de Piranhas	***	***
				Jardim do Seridó	***	***
				Jucurutu	***	***
				Natal	Sala Verde Otto de Brito Guerra	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal - ARSBAN
					Sala Verde Móvel	Idema - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
					Sala Verde Aprendendo a Preservar	Ministério Público do Rio Grande do Norte – Procuradoria Geral de Justiça - CAOP - MA
					Sala Verde Natal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB
Sala Verde da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte					
Ouro Branco	***	***				
Parelhas	***	***				
Santana do Seridó	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				São Fernando	***	***
				São João do Sabugi	***	***
				São José do Seridó	***	***
				São Vicente	***	***
				Serra Negra do Norte	***	***
				Tenente Laurentino Cruz	***	***
				Timbaúba dos Batistas	***	***
Nordeste	Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis – Bacia Hidrográfica Apodi	Prefeitura Municipal de Mossoró	RN	Água Nova	***	***
				Apodi	***	***
				Areia Branca	***	***
				Baraúna	***	***
				Coronel João Pessoa	***	***
				Felipe Guerra	***	***
				Governador Dix-Sept Rosado	***	***
				Itaú	***	***
				Luís Gomes	***	***
				Major Sales	***	***
				Marcelino Vieira	***	***
				Mossoró	***	***
				Pau dos Ferros	Sala Verde Verde Que Te Quero Verde	CEPeam – Centro de Estudos e Pesquisas de Educação Marília
				Rafael Fernandes	***	***
				Riacho de Santana	***	***
São Francisco do Oeste	***	***				
São Miguel	***	***				
Tabuleiro Grande	***	***				
Nordeste	Coletivo Raízes da Caatinga	Fundação Dom José Brandão de Castro para o Desenvolvimento Educacional e Social - FUNDAJ	SE	Aracaju	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Aracaju
				Canindé de São Francisco	***	***
				Monte Alegre de Sergipe	***	***
				Poço Redondo	***	***
				Porto da Folha	***	***
Norte	Constituição do Coletivo Educador Samaúma – Baixo Acre e Purus	Prefeitura Municipal de Rio Branco - Secretaria de Meio Ambiente	AC	Bujari	***	***
				Manoel Urbano	***	***
				Porto Acre	***	***
				Rio Branco	Sala Verde de Rio Branco	Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
				Sena Madureira	Sala Verde Hélio Melo	Fundação Amigos da

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
						<b>Amazônia - FUNAAM</b>
				Senador Guiomard	***	***
Norte	<b>Construindo e Promovendo a Formação de Educadores Ambientais em Manaus</b>	<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</b>	AM	Manaus	***	***
Norte	Educação Ambiental na Gestão de Atividades Pesqueiras	NEA – Ibama	AP	Macapá	Sala Verde Urutai	<b>Associação Filantrópica Ambiental de Utilidade Pública do Igarapé da Fortaleza - AFAUPIF</b>
					Sala Verde Bio-Sala de Macapá	<b>Secretaria Municipal de Educação de Macapá</b>
Norte	Ambiente Marajó: um Mergulho em sua Auto-Sustentação	Grupo Ação Ecológica Novos Curupiras	PA	Ananindeua	Sala Verde Novos Curupiras	<b>Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras</b>
				Cachoeira do Arari	***	***
				Salvaterra	***	***
				Soure	***	***
Norte	Capacitação de Atores Locais para Participar da Implementação de Políticas Públicas no Baixo Amazonas	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	PA	Alenquer	***	***
				Almeirim	***	***
				Belterra	***	***
				Curuá	***	***
				Faro	***	***
				Juruti	***	***
				Monte Alegre	***	***
				Óbidos	***	***
				Oriximiná	***	***
				Prainha	***	***
				Santarém	***	***
Terra Santa	***	***				
Norte	Coletivo de Educadores Ambientais da Região do Vale do Itacaiunas: a Educação Ambiental do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas	Campus Universitário Sul e Sudeste do Pará da Universidade Federal do Pará	PA	Água Azul do Norte	***	***
				Canaã dos Carajás	***	***
				Curionópolis	***	***
				Eldorado dos Carajás	***	***
				Goianésia do Pará	***	***
				Itupiranga	***	***
				Marabá	***	***
				Nova Ipixuna	***	***
Ourilândia do Norte	***	***				



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Parauapebas	Sala Verde Parauapebas	Prefeitura Municipal de Parauapebas
				Rondon do Pará	Sala Canto Verde	Comvida - Associação Cultural Caminho de Vida
				São Félix do Xingu	***	***
				São Geraldo do Araguaia	***	***
				Tucuruí	Sala Verde Alcobaça	Prefeitura Municipal de Tucuruí
				Xinguara	***	***
Norte	Coletores Educadores Sustentáveis de Portel - Território Rural de Marajó	Prefeitura Municipal de Portel	PA	Portel	***	***
Norte	Criatividade e Inovação na Floresta Nacional de Caxiuanã – Educar Para uma Natureza Sustentável	Museu Paraense Emilio Goeldi	PA	Belém	Sala Verde	CEPNOR/Ibama – Núcleo de Educação Ambiental
					Sala Verde Núcleo de Práticas Ambientais	Polícia Civil do Estado do Pará
					Sala Verde Raízes Amazônicas	Secretaria Municipal de Educação de Belém
					Sala Verde Caipora	Universidade do Estado do Pará
					Sala Verde Gota Educativa	Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA
					Sala Verde do NPADC (Pororoca)	Universidade Federal do Pará - UFPA
				Melgaço	***	***
				Portel	***	***
Norte	Tem Jeito Sim - Coletivos Educadores Sustentáveis no Território da Transamazônica e Xingu	Fundação Tocaia	PA	Altamira	Sala Verde Maravaia – Centro de Referência em EA	Fundação Tocaia
				Senador José Porfírio	***	***
				Uruará	Sala Verde Tocaia	Projeto Brucutu
				Vitória do Xingu	Sala Verde Espaço Interativo Sócio Ambiental Aureliano Soares da Silva	Fundação Tocaia
Norte	Coletivo Educador Inter-Territorial de Rondônia	Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia – COOTRARON	RO	Alto Paraíso	***	***
				Ariquemes	***	***
				Buritis	***	***
				Cacaulândia	***	***
				Campo Novo de Rondônia	***	***
				Candeias do Jamari	Sala Verde Arco Íris do Saber	Batalhão da Polícia Ambiental
				Cujubim	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Governador Jorge Teixeira	***	***
				Guajará-Mirim	***	***
				Itapuã do Oeste	***	***
				Jaru	***	***
				Ji-Paraná	<b>Sala Verde Espaço Ambiental Mapinguarí</b>	<b>Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná – CEULJP/ULBRA</b>
				Machadinho do Oeste	***	***
				Mirante da Serra	***	***
				Monte Negro	***	***
				Nova Mamoré	***	***
				Nova União	***	***
				Ouro Preto do Oeste	***	***
				Porto Velho	<b>Sala Verde Ministra Marina Silva</b>	<b>Faculdade São Lucas</b>
					<b>Sala Verde Ari Tupinambá Penna Pinheiro</b>	<b>Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM</b>
				Presidente Médici	***	***
				Rio Crespo	***	***
Teixeirópolis	***	***				
Vale do Anari	***	***				
Vale do Paraíso	***	***				
Norte	<b>Mapeamento do Coletivo de Educadores Ambientais do Núcleo da Zona da Mata</b>	<b>Ecoporé – Ação Ecológica Guaporé</b>	RO	Alta Floresta d'Oeste	***	***
				Alto Alegre dos Parecis	***	***
				Alvorada	***	***
				Castanheiras	***	***
				Costa Marques	***	***
				Nova Brasilândia d'Oeste	***	***
				Novo Horizonte do Oeste	***	***
				Rolim de Moura	***	***
				Santa Luzia d'Oeste	***	***
				São Francisco do Guaporé	***	***
São Miguel do Guaporé	***	***				
Seringueiras	***	***				
Norte	<b>Núcleo de Coletivos Educadores do Alto Guaporé</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR</b>	RO	Cabixi	***	***
				Cerejeiras	***	***
				Chupinguaia	***	***
				Colorado do Oeste	***	***
				Corumbiara	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Pimenteiras do Oeste	***	***
				Vilhena	***	***
Norte	Núcleo de Coletivos Educadores do Alto Machado	Prefeitura Municipal de Cacoal	RO	Cacoal	***	***
				Espigão d'Oeste	***	***
				Ministro Andreazza	***	***
				Pimenta Bueno	Sala Verde Chico Mendes	Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno
				Primavera de Rondônia	***	***
Norte	Coletivo Educador: "Capitiana"	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FEMACT/RR	RR	Alto Alegre	***	***
				Boa Vista	Sala Verde Horto Municipal Durval de Magalhães	Prefeitura Municipal de Boa Vista
				Cantá	***	***
				Mucajá	***	***
Norte	Coletivo de Educação Ambiental para Formação de Agricultores(as) Agroecológicos(as) da Região do Médio Araguaia	Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	TO	Couto de Magalhães	***	***
Norte	Formação Continuada de Educadores em Educação Ambiental no Estado do Tocantins	Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente	TO	Araguaína	Sala Verde Araguaína	Universidade Federal de Tocantins – Campus Araguaína
				Araguaintins	***	***
				Arraias	***	***
				Colinas do Tocantins	***	***
				Dianópolis	***	***
				Guaraí	***	***
				Gurupi	***	***
				Palmas	Sala Verde Sussuapara	Agência de Meio Ambiente e Turismo – AMATUR
				Paraíso do Tocantins	Sala Verde Serra do Estrondo	Associação Terrabrasil-ONG
				Pedro Afonso	***	***
Porto Nacional	Sala Verde Espaço Ambiental	Prefeitura Municipal de Porto Nacional				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Tocantinópolis	***	***
Sudeste	Coletivo Educador Corredor Ecológico da Mata Atlântica do Norte Capixaba	Reserva Biológica de Sooretama - Ibama	ES	Conceição da Barra	Sala Verde Dunas de Itaúnas	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- IEMA
				Jaguaré	***	***
				Linhães	***	***
				Sooretama	***	***
				Vila Valério	***	***
Sudeste	Coletivo Educador do Alto e Médio São José	Prefeitura Municipal de Águia Branca	ES	Águia Branca	***	***
				Alto Rio Novo	***	***
				Colatina	Sala Verde Florescer	Associação de Pais da Emef – Agroecológica - Apemefa
				Mantenópolis	Sala Verde	Semec – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
				Pancas	***	***
				São Domingos do Norte	***	***
				São Gabriel da Palha	***	***
Sudeste	Educação Ambiental como Política Pública Integradora dos Municípios da Bacia do Rio Guandu	Consórcio do Rio Guandu	ES	Afonso Cláudio	***	***
				Baixo Guandu	***	***
				Brejetuba	***	***
				Laranja da Terra	***	***
Sudeste	Mapeamento e Criação da Rede de Integração de Coletivo de Educadores para Territórios Sustentáveis	MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves	ES	Alfredo Chaves	***	***
Sudeste	O Movimento Instituinte na Re-Construção do Espaço Vivido como Direito Cidadão	Conselho Popular de Vitória	ES	Vitória	Sala Verde Centro de Informações Ambientais do Nipeea	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Sudeste	Coletivo Educador Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna	Caminhos da Serra Ambiente, Educação e Cidadania	MG	Conceição do Mato Dentro	***	***
				Congonhas do Norte	***	***
				Datas	***	***
				Gouveia	Sala Verde Rio Paraúna	Caminhos da Serra Ambiente, Educação e Cidadania
				Monjolos	***	***
				Presidente Juscelino	***	***
				Presidente Kubitscheck	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Santana do Pirapama	***	***
				Santo Hipólito	***	***
Sudeste	Coletivo Educador da Sub-Bacia do Jacuí/Pacuí – Pólo Pirapora	Centro de Ecologia Integral de Pirapora – CEIP	MG	Augusto de Lima	***	***
				Buenópolis	***	***
				Buritzeiro	***	***
				Corinto	***	***
				Curvelo	***	***
				Ibiaí	***	***
				Lassance	***	***
				Morro da Garça	***	***
				Pirapora	Sala Verde o Salto do Peixe	Diretoria Municipal de Meio Ambiente
				Santa Fé de Minas	***	***
				São João da Lagoa	***	***
				São Romão	***	***
				Várzea da Palma	***	***
Sudeste	Coletivo Educador da Sub-Bacia do Velhas - Pólo Região Metropolitana de Belo Horizonte	PUC Belo Horizonte	MG	Belo Horizonte	Sala Verde Centro de Educação Ambiental do Barreiro – Caem Barreiro	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa
					Sala Verde Ecoteca Amigo da Água	Fundação L'hermitage
					Sala Verde Centro de Extensão Em Educação Ambiental/ Sala Verde	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
					Sala Verde Veredas	Superintendência de Limpeza Urbana - SLU
					Sala Verde C.A. de Apoio À Comunidade da APA Estadual Das Andorinhas	Tchai - Consultoria Em Turismo e Meio Ambiente
				Betim	Sala Verde Espaço de Ação e Transformação	Prefeitura Municipal de Betim
				Contagem	***	***
				Ibirité	***	***
				Itabirito	***	***
				Nova Lima	Sala Verde Centro Kairós	Instituto Kairós
				Nova Lima	Sala Verde Jornalista Lélio Lobo	Prefeitura Municipal de Nova Lima
				Raposos	***	***
				Ribeirão das Neves	Sala Verde Cantinho da Sala Verde - Integração	Prefeitura Municipal de Ribeirão Das Neves
				Rio Acima	***	***
				Sabará	Sala Verde Curiango	Organização Não

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
						<b>Governamental Leão</b>
				Santa Luzia	***	***
				Vespasiano	***	***
Sudeste	Coletivo Educador do Pólo Três Marias	Comlago	MG	Abaeté	***	***
				Arapuá	***	***
				Biquinhas	***	***
				Cedro do Abaeté	***	***
				Córrego Danta	***	***
				Estrela do Indaiá	***	***
				Felixlândia	***	***
				Lagoa Dourada	***	***
				Lagoa Formosa	***	***
				Lagoa Grande	***	***
				Matutina	***	***
				Morada Nova de Minas	***	***
				Paineiras	***	***
				Patos de Minas	***	***
				Pompéu	***	***
				Presidente Olegário	***	***
				Quartel Geral	***	***
				Rio Paranaíba	***	***
				Santa Rosa da Serra	***	***
				São Gonçalo do Abaeté	***	***
São Gotardo	***	***				
Tiros	***	***				
				Três Marias	<b>Sala Verde Pirá Meu Peixe</b>	<b>Prefeitura Municipal de Três Marias – Secretaria do Meio Ambiente</b>
				Varjão de Minas	***	***
Sudeste	Coletivo Educador do Vale do Rio Itapecerica	Município de Divinópolis - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	MG	Carmo da Mata	***	***
				Divinópolis	<b>Sala Verde Dr. Márcio José de Oliveira</b>	<b>Associação Lixo e Cidadania de Divinópolis</b>
					<b>Sala Verde Sala de Educação Ambiental Comunitária Frei Paulino</b>	<b>Prefeitura Municipal de Divinópolis</b>
				Itapecerica	***	***
				Oliveira	***	***
				São Francisco de Paula	***	***
São Sebastião do Oeste	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Sudeste	Coletivo Educador para a Microrregião de Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora - Grupo de Educação Ambiental/NEC	MG	Juiz de Fora	Sala Verde Parque Ecológico da Lajinha Cedam	Parque Ecológico da Lajinha Cedam – Centro de Educação Ambiental
Sudeste	Coletivo Educador: Rede Voçorocas - Bacias do Alto Rio Grande e Rio das Mortes	Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável - CRIDES	MG	Nazareno	Sala Verde Crides	Prefeitura Municipal de Nazareno-Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável – Crides
Sudeste	Coletivo Educadores Geraizeiros - Pólo Montes Claros	Instituto Grande Sertão - IGS	BA	Malhada	***	***
				Mortugaba	***	***
				Palmas de Monte Alto	***	***
				Pindaí	***	***
				Sebastião Laranjeiras	***	***
				Urandi	***	***
			MG	Bocaiúva	***	***
				Capitão Enéas	***	***
				Catuti	***	***
				Espinosa	***	***
				Francisco Sá	***	***
				Gameleiras	***	***
				Glaucilândia	***	***
				Guaraciama	***	***
				Ibiracatu	***	***
				Iuiú	***	***
				Jacaraci	***	***
				Jaíba	***	***
				Janaúba	***	***
				Juramento	***	***
				Mamonas	***	***
				Mato Verde	***	***
				Mirabela	***	***
				Monte Azul	***	***
				Montes Claros	Sala Verde Vida Verde	Organização Vida Verde-OVIVE
			Sala Verde Cândido Canela		Secretaria Municipal de Educação	
Nova Porteirinha	***	***				
Pai Pedro	***	***				
Patis	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Porteirinha	***	***
				Riacho dos Machados	***	***
				São João da Ponte	***	***
				Serranópolis de Minas	***	***
				Varzelândia	***	***
				Verdelândia	***	***
Sudeste	Construção de um Coletivo Educador Ambiental para a Região Mineira da Serra do Caparaó - CEAMG - Caparaó	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Alto Caparaó	***	***
				Alto Jequitibá	***	***
				Belo Horizonte	Sala Verde Centro de Educação Ambiental do Barreiro – CEAM Barreiro	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa
					Sala Verde Ecoteca Amigo da Água	Fundação L'hermitage
					Sala Verde Centro de Extensão Em Educação Ambiental/ Sala Verde	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
					Sala Verde Veredas	Superintendência de Limpeza Urbana - SLU
					Sala Verde C.A. de Apoio À Comunidade da APA Estadual Das Andorinhas	Tchai - Consultoria Em Turismo e Meio Ambiente
				Caiana	***	***
				Caparaó	***	***
				Divino	***	***
				Espera Feliz	***	***
Luisburgo	***	***				
Manhumirim	***	***				
Sudeste	Construindo Pontes nos Territórios do São Francisco	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater	MG	Bambuí	Sala Verde do Guariba	Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
					Sala Verde Ama (Amigos do Meio Ambiente)	Associação João Xxiii
				Bom Despacho	***	***
				Carmo da Mata	***	***
				Córrego Danta	***	***
				Divinópolis	Sala Verde Dr. Márcio José de Oliveira	Associação Lixo e Cidadania de Divinópolis
					Sala Verde Sala de Educação Ambiental Comunitária Frei Paulino	Prefeitura Municipal de Divinópolis
				Dores do Indaiá	Sala Verde Onça Pintada	Prefeitura Municipal de Dolores do Indaiá
				Formiga	Sala Verde Coronel Gilberto	Prefeitura Municipal de



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
					Freitas	Formiga - Secretaria de Meio Ambiente
					Sala Verde Unifor - MG	Unifor - Centro Universitário de Formiga
				Iguatama		
				Luz	Sala Verde Pau Terra	Prefeitura Municipal de Luz
				Medeiros	Sala Verde Verde Vida	Prefeitura Municipal de Medeiros
				Pains	Sala Verde Cattleya Valquiriana	Prefeitura Municipal de Pains
				Passos	Sala Verde Ambiente e Cidadania	Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp/UEMG
					Sala Verde "Verdes Passos"	Isepem - Instituto Social, Educacional e de Pesquisas de MG
				Piumhi	Sala Verde Cantinho Verde	Ong Eco - Piumhi – Assoc. de Defesa Ecológica de Piumhi e Região
				São Gotardo	***	***
				São Roque de Minas	***	***
Tapiraí	***	***				
Sudeste	Educação Ambiental Popular no Cerrado	Universidade Federal de Uberlândia	MG	Uberlândia	Sala Verde Dr. Kerr	Parque Municipal Victório Siquierolli Prefeitura Municipal de Uberlândia
				Uberlândia	Sala Verde Dos Educadores Ambientais	Parque Municipal Santa Luzia – Prefeitura Municipal de Uberlândia
Sudeste	Educação Ambiental: uma Estratégia de Formação de Coletivos Educadores	Núcleo Permanente de Estudos Ambientais - Nupem	MG	Alterosa	***	***
				Arceburgo	***	***
				Areado	***	***
				Bom Jesus da Penha	***	***
				Cabo Verde	***	***
				Carmo do Rio Claro	***	***
				Conceição da Aparecida	***	***
				Guaranésia	***	***
				Guaxupé	***	***
				Itamogi	***	***
				Juruiaia	***	***
Monte Belo	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Monte Santo de Minas	***	***
				Muzambinho	***	***
				Nova Resende	***	***
				São Pedro da União	***	***
Sudeste	Núcleo de Formação Ambiental	Fumep – Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante - Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas	MG	Capim Branco	***	***
				Funilândia	***	***
				Jequitibá	***	***
				Prudente de Moraes	***	***
				Sete Lagoas	***	***
Sudeste	Programa de Formação de Educadores Ambientais para a Região das Vertentes: Alfabetização Ambiental	Instituto Rio Limpo	MG	Alfredo Vasconcelos	***	***
				Antônio Carlos	***	***
				Barbacena	Sala Verde Loucos Pelo Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Barbacena Departamento Municipal de Meio Ambiente e Saneamento - DEMASA
				Barroso	***	***
				Carandaí	***	***
				Dores de Campos	***	***
				Ibertioga	***	***
				Ressaquinha	***	***
				Santa Rita de Ibitipoca	***	***
São João del Rei	Sala Verde Casa Verde	Opta- Organização Patrimonial, Turística e Ambiental				
Sudeste	Semeando a Esperança	Município de Dores do Indaiá - Secretaria Municipal de Educação	MG	Abaeté	***	***
				Dores do Indaiá	Sala Verde Onça Pintada	Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá
				Estrela do Indaiá	***	***
				Martinho Campos	***	***
				Morada Nova de Minas	***	***
				Quartel Geral	***	***
Serra da Saudade	***	***				
Sudeste	Agentes Multiplicadores	Prefeitura da Cidade de São João de Meriti – Secretaria de Desenvolvimento Urbano	RJ	São João de Meriti	Sala Verde Sala Buriti	Prefeitura da Cidade de São João do Meriti
Sudeste	Coletivo Educador da Região Centro-Norte Fluminense	Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental	RJ	Bom Jardim	***	***
				Cantagalo	***	***
				Carmo	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
		<b>das Bacias dos Rios Bengalas, Negro, Grande e Dois Rios</b>		Cordeiro	***	***
				Duas Barras	***	***
				Itaocara	***	***
				Macuco	***	***
				Nova Friburgo	***	***
				Santa Maria Madalena	***	***
				São Fidélis	***	***
				São Sebastião do Alto	***	***
				Sumidouro	***	***
				Trajano de Moraes	***	***
Sudeste	Coletivo Educador Lagos São João	Consórcio Intermunicipal Lagos São João	RJ	Araruama	***	***
				Armação de Búzios	<b>Sala Verde BRED - Búzios Em Rede Pela Educação para Diversidade</b>	<b>Consórcio Intermunicipal Lagos São João</b>
				Arraial do Cabo	<b>Sala Verde Espaço Verde</b>	<b>Fundação do Meio Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia</b>
				Cabo Frio	***	***
				Cachoeiras de Macacu	<b>Sala Verde de Macacu</b>	<b>Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu</b>
				Casimiro de Abreu	***	***
				Iguaba Grande	***	***
				Rio Bonito	***	***
				Rio das Ostras	***	***
				São Pedro da Aldeia	***	***
				Saquarema	***	***
Silva Jardim	<b>Sala Verde Aprendendo com o Mico- Leão- Dourado na Sala Verde</b>	<b>Associação Mico-Leão-Dourado</b>				
Sudeste	Coletivos Educadores em Territórios Sustentáveis: uma proposta integradora para a Baixada Fluminense	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Japeri	<b>Sala Verde – Educação Verde</b>	<b>Prefeitura Municipal de Japeri</b>
				Mesquita	<b>Sala Verde Tapinhoã</b>	<b>Prefeitura Municipal de Mesquita- Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente - SEMUAM</b>
				Nova Iguaçu	<b>Sala Verde</b>	<b>Associação dos Sítiantes da Colônia e Adjacências - Ascolônia</b>
					<b>Sala Verde Sala de Capacitação e Treinamento</b>	<b>Entidade Ambientalista Onda Verde</b>
				Paracambi	***	***
				São João de Meriti	<b>Sala Verde Sala Buriti</b>	<b>Prefeitura da Cidade de São João do Meriti</b>

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Seropédica	Sala Verde Centro de Integração Sócio-Ambiental - CISA	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Sudeste	Conhecer para Preservar	Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS	RJ	Araruama	***	***
				Armação de Búzios	Sala Verde BRED - Búzios Em Rede Pela Educação para Diversidade	Consórcio Intermunicipal Lagos São João
				Arraial do Cabo	Sala Verde Espaço Verde	Fundação do Meio Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia
				Cabo Frio	***	***
				Cachoeiras de Macacu	Sala Verde de Macacu	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu
				Casimiro de Abreu	***	***
				Iguaba Grande	***	***
				Maricá	Sala Verde Abaetetuba	Pólo de Cidadania Cidade Digna
				Rio Bonito	***	***
				Rio das Ostras	***	***
				São Pedro da Aldeia	***	***
				Saquarema	***	***
Sudeste	Educação Ambiental como Ferramenta de Emancipação e Exercício de Cidadania para a Cidade de Nova Iguaçu – Baixada Fluminense	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu	RJ	Nova Iguaçu	Sala Verde	Associação Dos Sítiantes da Colônia e Adjacências Ascolônia
					Sala Verde Sala de Capacitação e Treinamento	Entidade Ambientalista Onda Verde
Sudeste	Educação Verde Construindo Novos Caminhos para Sustentabilidade em Áreas de Reforma Agrária	Associação Estadual de Cooperação Agrícola	RJ	Bom Jesus do Itabapoana	***	***
				Campos dos Goytacazes	Sala Verde CEFET Campos	Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET Campos
				Cardoso Moreira	***	***
				Casimiro de Abreu	***	***
				Pinheiral	Sala Verde do CANP	UFF - Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP)
				Piraí	***	***
				Resende	***	***
				Rio de Janeiro	Sala Verde Recicloteca	Associação Projeto

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
						Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi
					Sala Verde Professor Fernando Segadas Vianna	Centro de Assessoria ao Movimento Popular-Centro de Ecologia e Cidadania de Tinguá
				São Francisco de Itabapoana	***	***
				Valença	***	***
Sudeste	REBIA - Potencial Educomunicador de Abrangência Nacional para Coletivos Educadores	Rede Brasileira de Informação Ambiental - REBIA	RJ	Niterói	Sala Verde Centro de Educação Ambiental	Instituto Baía de Guanabara – Centro de Educação Ambiental
					Sala Verde Centro de Ensino Interdisciplinar	Associação de Proteção a Ecosystemas Costeiros – APREC
Sudeste	Rede Sal - Solidariedade, Arquitetura e Locus	Instituto de Arquitetos do Brasil	RJ	Angra Dos Reis	***	***
				Rio de Janeiro	Sala Verde Recicloteca	Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi
					Sala Verde Professor Fernando Segadas Vianna	Centro de Assessoria ao Movimento Popular-Centro de Ecologia e Cidadania de Tinguá
Sudeste	Serra Consciente: Formação de Coletivos Educadores na Região da Aparu da Serra da Misericórdia	Ong Bicuda Ecológica – Associação em defesa da Qualidade de Vida do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico	RJ	Rio de Janeiro	Sala Verde Professor Fernando Segadas Vianna	Centro de Assessoria ao Movimento Popular-Centro de Ecologia e Cidadania de Tinguá
					Sala Verde Recicloteca	Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi
Sudeste	Tecendo Redes e Construindo Cidadania na Região do Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina	Instituto Terra de Preservação Ambiental	RJ	Engenheiro Paulo de Frontin	***	***
				Mendes	***	***
				Miguel Pereira	Sala Verde Professor Miguel Pereira	Prefeitura Municipal de Miguel Pereira
				Paracambi	***	***
				Paty do Alferes	Sala Verde Água é Vida	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes
				Piraí	***	***
				Rio Claro	***	***
				Vassouras	***	***
Sudeste	COE-Mantivale – Coletivo Educador da Mantiqueira e Vale do Paraíba	Instituto Águas do Prata – IAP	SP	Caçapava	***	***
				Campos do Jordão	Sala Verde Campos do Jordão	Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão
				Cruzeiro	***	***
				Guará	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Jacareí	***	***
				Pindamonhangaba	***	***
				Piquete	***	***
				Santo Antônio do Pinhal	***	***
				São José dos Campos	***	***
				Taubaté	***	***
Sudeste	Coletivo de Juquery-Cantareira	Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana	SP	Caieiras	***	***
				Cajamar	***	***
				Francisco Morato	***	***
				Franco da Rocha	***	***
				Pirapora do Bom Jesus	***	***
				Santana de Parnaíba	***	***
Sudeste	Coletivo Educador da Bacia do Ribeirão Piracicamirim	Centro Acadêmico Luiz de Queiroz	SP	Piracicaba	***	***
				Rio das Pedras	***	***
				Saltinho	Sala Verde Colibri	Prefeitura Municipal de Saltinho
Sudeste	Coletivo Educador da Região Norte da Cidade de São Paulo	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC/Unesco	SP	São Paulo	Sala Verde Aprendiz	IACE – Instituto de Ação Cultural e Ecológica
					Sala Verde CEA Villa-Lobos	5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
				Tremembé	***	***
Sudeste	Coletivo Educador da Sala Verde Ubatuba	Sala Verde da Prefeitura Municipal de Ubatuba	SP	Ubatuba	Sala Verde Portal da Natureza Caiçara	Prefeitura Municipal de Ubatuba
Sudeste	Coletivo Educador da Serra do Mar	REABS - Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista por Meio da Ong Vivências, Integração e Dinâmicas Ambientais – V.I.D.A	SP	Bertioga	***	***
				Cubatão	***	***
				Guarujá	Sala Verde Aratus	Prefeitura Municipal de Guarujá
				Itanhaém	***	***
				Mongaguá	***	***
				Peruíbe	***	***
				Praia Grande	***	***
				Santos	Sala Verde Ecoveleiro	Associação Elementos da Natureza
					Sala Verde Caruará	Associação Parcel Centro de Educação Ambiental e Museu Marinho Didático Itinerante

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
					<b>Sala Verde do Jardim</b>	<b>Prefeitura Municipal de Santos</b>
				São Vicente	***	***
Sudeste	Coletivo Educador de Campinas	Universidade Estadual de Campinas	SP	Campinas	***	***
Sudeste	Coletivo Educador de Ribeirão Preto e Região para Territórios Sustentáveis – Ipê Roxo	USP Recicla	SP	Ribeirão Preto	<b>Sala Verde</b>	<b>Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto- Casa da Ciência “Galileu Galilei”</b>
Sudeste	Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara e Região – Cescar: viabilizando a utopia	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI - UFSCar	SP	Araraquara	<b>Sala Verde Darcy Ribeiro</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação – Centro de Desenvolvimento Profissional de Educadores “Professor Paulo Freire”</b>
				Bebedouro	***	***
				Dourado	***	***
				Guariba	***	***
				Ibaté	***	***
				Jaboticabal	***	***
				Monte Alto	***	***
				Ribeirão Bonito	***	***
São Carlos	<b>Sala Verde São Carlos Cria Sala Verde</b>	<b>Prefeitura Municipal de São Carlos</b>				
Taquaritinga	***	***				
Sudeste	Coletivo Educador Mantiqueira Sustentável	Associação Terceira Via	MG	Extrema	***	***
			SP	Atibaia	***	***
				Bom Jesus dos Perdões	***	***
				Bragança Paulista	<b>Sala Verde Pindorama</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação de Bragança Paulista</b>
				Joanópolis	***	***
				Nazaré Paulista	***	***
				Piracaia	***	***
			Vargem	***	***	
Sudeste	Coletivo Educador para Território Sustentável de Botucatu e Região	Instituto de Biociências - Unesp	SP	Anhembi	***	***
				Areiópolis	***	***
				Bofete	***	***
				Botucatu	<b>Sala Verde Escola do Meio Ambiente – EMA</b>	<b>Prefeitura Municipal de Botucatu/ Secretaria de Meio Ambiente</b>
				Conchas	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Itatinga	***	***
				Paranapanema	***	***
				Pardinho	***	***
				Pereiras	***	***
				Porangaba	***	***
				Pratânia	***	***
				São Manuel	***	***
				Torre de Pedra	***	***
Sudeste	Coletivo Tietê Jacaré e Tietê Batalha	Instituto Ambiental Vidágua e Instituto Pró-Terra	SP	Arealva	***	***
				Barra Bonita	***	***
				Bauru	***	***
				Bocaina	***	***
				Duartina	***	***
				Itapuí	***	***
				Jaú	***	***
				Mineiros do Tietê	***	***
				Pederneiras	***	***
Presidente Alves	***	***				
Sudeste	Coletivo-Educador da Região de Geo-Influência do Vale do Paraíba Paulista	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC/Unesco	SP	São Paulo	Sala Verde Aprendiz	IACE – Instituto de Ação Cultural e Ecológica
					Sala Verde CEA Villa-Lobos	5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
Sudeste	Coletivos Educadores - Rio Mogi Guaçu	Ong Comunidade 3R	SP	Estiva Gerbi	***	***
				Itapira	***	***
				Mogi Guaçu	***	***
				Moji Mirim	Sala Verde Professora Olga Benassi	Zoológico Municipal de Mogi Mirim
				Socorro	***	***
Sudeste	Coletivos Educadores Ambientais do Médio Paranapanema	Fundação Educacional Miguel Mofarrej	PR	Jacarezinho	***	***
			SP	Bernardino de Campos	***	***
				Canitar	Sala Verde Centro de Educação e Conscientização Ambiental	Prefeitura Municipal de Canitar – Centro Municipal de Informática
				Chavantes	***	***
				Espírito Santo do Turvo	***	***
				Ipaussu	***	***
				Óleo	***	***
				Ourinhos	***	***



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Ribeirão do Sul	***	***
				Salto Grande	***	***
				Santa Cruz do Rio Pardo	***	***
				São Pedro do Turvo	***	***
				Timburi	***	***
Sudeste	Coletivos Jovens Educadores – Caipira ao Caiçara	Movimento Socioambiental Caminho das Águas	SP	Cabreúva	<b>Sala Verde Serra do Japi</b>	<b>Sociedade Amigos do Bairro Jacaré</b>
				Ibiúna	***	***
				Iperó	***	***
				Itapetininga	***	***
				Itu	***	***
				Piedade	***	***
				Pilar do Sul	***	***
				Porto Feliz	***	***
				Salto	***	***
				São Miguel Arcanjo	***	***
				São Roque	***	***
				Sorocaba	***	***
Votorantim	***	***				
Sudeste	Formação do Coletivo Educador da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis	SP	Alto Alegre	***	***
				Araçatuba	***	***
				Avanhandava	***	***
				Barbosa	***	***
				Bilac	***	***
				Birigui	***	***
				Buritama	***	***
				Penápolis	<b>Sala Verde Vitória Régia</b>	<b>Departamento Autônomo de Água e Esgoto – Centro de Educação Ambiental</b>
Promissão	***	***				
Sudeste	Gente e Natureza: mãos dadas para a conservação socioambiental no Pontal do Paranapanema - uma proposta para a	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE	SP	Costa Machado	***	***
				Cuiabá Paulista	***	***
				Estrela do Norte	***	***
				Euclides da Cunha Paulista	***	***
				Mirante do Paranapanema	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
	implantação dos Coletivos Educadores "Dedos Verdes"			Narandiba	***	***
				Paraíso	***	***
				Planalto	***	***
				Primavera	***	***
				Rosana	***	***
				Sandovalina	***	***
				Tarabai	***	***
				Teodoro Sampaio	***	***
Sudeste	Tecendo Ações no Lagamar	Biotur	SP	Cananéia	Sala Verde	Associação Rede Cananéia
				Iguape	Sala Verde Projeto Pró-Verde Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação	Apa Cananéia Iguape Peruíbe – Ibama /SP
				Ilha Comprida	***	***
				Parquera-Açu	***	***
Sul	Coletivo Educador do Noroeste do Paraná	FADENPAR - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná	PR	Guairaçá	***	***
				Loanda	Sala Verde Judith Cortesão	Facinor – Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná
				Marilena	***	***
				Nova Londrina	***	***
				Planaltina do Paraná	***	***
				Porto Rico	***	***
				Santa Cruz de Monte Castelo	***	***
				Santa Isabel do Ivaí	***	***
São Pedro do Paraná	***	***				
Sul	Coletivo Educador para a Região dos Campos Gerais – Paraná	Universidade Estadual de Ponta Grossa	PR	Arapoti	***	***
				Carambeí	***	***
				Castro	***	***
				Imbaú	***	***
				Ipiranga	***	***
				Ivaí	***	***
				Jaguariaíva	***	***
				Ortigueira	***	***
				Palmeira	***	***
				Piraí do Sul	***	***
				Ponta Grossa	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Porto Amazonas	***	***
				São João do Triunfo	***	***
				Sengés	***	***
				Telêmaco Borba	***	***
				Tibagi	***	***
				Ventania	***	***
Sul	Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis para a Região do Município de Londrina	CIAP – Centro Integrado de Apoio Profissional	PR	Curitiba	Sala Verde Samaúma	NAAVIS - Núcleo de Articulações e Atividades Vertentes à Inclusão Social
					Sala Verde PUC - PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
					Sala Verde Meio Ambiente e Arte	Prefeitura Municipal de Curitiba
Sul	Programa de Formação de Educadores Ambientais da Bacia do Paraná III, Área de Influência da Itaipu e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu	Itaipu Binacional	MS	Mundo Novo	***	***
			PR	Altônia	***	***
				Capanema	***	***
				Capitão Leônidas Marques	***	***
				Cascavel	Sala Verde Sala Timburi	Secretaria de Meio Ambiente
				Céu Azul	***	***
				Diamante d'Oeste	***	***
				Entre Rios do Oeste	Sala Verde Verde Vida	Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste
				Foz do Iguaçu	Sala Verde Agrícola Verde	Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena
					Sala Verde CUA A Renda	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
				Guaira	Sala Verde Centro de Educação Ambiental e em Valores Humanos	Oscip - Centro de Educação Ambiental e em Valores Humanos
					Sala Verde Sete Quedas	Prefeitura Municipal de Guaira
				Itaipulândia	***	***
				Lindoeste	Sala Verde Ecovida	Prefeitura Municipal de Lindoeste
				Marechal Cândido Rondon	Sala Verde Verde Que Te Quero Verde	Prefeitura Municipal de Marechal Rondon
				Maripá	***	***
Matelândia	Sala Verde Espaço Ambiental	Prefeitura Municipal de Matelândia				
Medianeira	Sala Verde Ecovida	Prefeitura Municipal de Medianeira				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Mercedes	<b>Sala Verde Construindo Um Futuro Sustentável</b>	<b>Prefeitura Municipal de Mercedes</b>
				Missal	***	***
				Nova Santa Rosa	<b>Sala Verde Jóia do Oeste</b>	<b>Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa</b>
				Ouro Verde do Oeste	<b>Sala Verde Recanto Ambiental</b>	<b>Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste</b>
				Pato Bragado	***	***
				Quatro Pontes	***	***
				Ramilândia	***	***
				Santa Helena	***	***
				Santa Lúcia	***	***
				Santa Tereza do Oeste	<b>Sala Verde Espaço Curupira</b>	<b>Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste</b>
				Santa Terezinha de Itaipu	***	***
				São José das Palmeiras	***	***
				São Miguel do Guaçu	***	***
				São Pedro do Guaçu	***	***
				Serranópolis do Guaçu	***	***
				Terra Roxa	<b>Sala Verde Educar para Preservar</b>	<b>Prefeitura Municipal de Terra Roxa</b>
Toledo	<b>Sala Verde Centro de Educação Ambiental de Toledo</b>	<b>Prefeitura Municipal de Toledo</b>				
Vera Cruz do Oeste	<b>Sala Verde Espaço Ambiental</b>	<b>Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste</b>				
Sul	Coletivo Educador da Microrregião do Litoral Norte	Prefeitura Municipal de Osório	RS	Capivari do Sul	***	***
				Caraã	***	***
				Cidreira	***	***
				Imbé	***	***
				Maquine	***	***
				Osório	<b>Sala Verde Espaço de Alfabetização Ecológica</b>	<b>Prefeitura Municipal de Osório</b>
				Santo Antônio da Patrulha	***	***
				Tramandaí	***	***
				Xangrilá	***	***
Sul	Coletivo Educador da Região do Alto Uruguai	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim	RS	Aratiba	***	***
				Áurea	***	***
				Barão de Cotegipe	***	***
				Barra do Rio Azul	***	***
				Benjamin Constant do Sul	***	***
				Carlos Gomes	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Centenário	***	***
				Charrua	***	***
				Cruzaltense	***	***
				Entre Rios do Sul	***	***
				Erebango	***	***
				Erechim	***	***
				Erval Grande	***	***
				Estação	***	***
				Faxinalzinho	***	***
				Floriano Peixoto	***	***
				Gaurama	***	***
				Getúlio Vargas	***	***
				Ipiranga do Sul	***	***
				Itatiba do Sul	***	***
				Jacutinga	***	***
				Marcelino Ramos	***	***
				Mariano Moro	***	***
				Paulo Bent	***	***
				Ponte Preta	***	***
				Quatro Irmãos	***	***
				São Valentim	***	***
				Sertão	***	***
				Severiano de Almeida	***	***
				Três Arroios	***	***
				Viadutos	***	***
<b>Sul</b>	<b>Coletivo Educador da Rota Romântica do RS</b>	<b>Instituição Independente Projeto Apoema - Educação Ambiental</b>	<b>RS</b>	Canela	***	***
				Dois Irmãos	***	***
				Estância Velha	***	***
				Gramado	***	***
				Ivoti	***	***
				Morro Reuter	***	***
				Nova Petrópolis	***	***
				Novo Hamburgo	<b>Sala Verde Centro de Informações Ambientais</b>	<b>Secretaria do Meio Ambiente – SemaM Centro Administrativo Leopoldo Petry</b>
				Picada Café	***	***
				Presidente Lucena	***	***

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Santa Maria do Herval	***	***
				São Francisco de Paula	***	***
				São Leopoldo	***	***
Sul	Coletivo Educador Socioambiental de Estrela	Prefeitura Municipal de Estrela	RS	Estrela	***	***
Sul	Coletivos Educadores Ambientais da Área Piloto na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul	Emater/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	RS	Caçapava do Sul	Sala Verde o Verde do Pampa	Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul
				Lavras do Sul	***	***
				Pinheiro Machado	***	***
				Porto Alegre	Sala Verde Centro de Educação Ambiental e Inclusão Social	Associação de Pais e Amigos do Centro Abrigado
					Biblioteca Maria Helena Casarin da Cunha	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
					Sala de Leitura do CCE	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
				Sala Verde Irmão Romildo	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRGS	
Santana da Boa Vista	***	***				
Sul	Coletivos Educadores Ambientais da Região Centro-Serra do RS	Emater/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	RS	Arroio do Tigre	***	***
				Estrela Velha	***	***
				Ibarama	***	***
				Lagoa Bonita do Sul	***	***
				Lagoão	***	***
				Passa Sete	***	***
				Segredo	***	***
				Sobradinho	***	***
Tunas	***	***				
Sul	Construção de um Coletivo Educador no Planalto Médio Gaúcho	Fundação Universidade de Passo Fundo	RS	Carazinho	***	***
				Coxilha	***	***
				Ernestina	***	***
				Marau	***	***
				Mato Castelhana	***	***
				Passo Fundo	Sala Verde Itinerante	Fundação Universidade de Passo Fundo
					Sala Verde Estação Ecológica	Prefeitura Municipal de Passo Fundo – Secretaria de Meio Ambiente
Pontão	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Santo Antônio do Planalto	***	***
Sul	Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental	Universidade de Caxias do Sul	RS	Caxias do Sul	***	***
Sul	Coletivo Educador da Bacia do Itajaí e Litoral Centro-Norte Catarinense	Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí	SC	Agrolândia	***	***
				Agronômica	***	***
				Alfredo Wagner	***	***
				Apiúna	***	***
				Ascurra	***	***
				Atalanta	***	***
				Aurora	***	***
				Balneário Camboriú	***	***
				Benedito Novo	***	***
				Blumenau	Sala Verde Museu da Água Gunther Buhr	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Núcleo de Educação Ambiental
				Bombinhas	***	***
				Botuverá	***	***
				Braço do Trombudo	Sala Verde Amigos de Gaia	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo
				Brusque	***	***
				Camboriú	***	***
				Chapadão do Lageado	***	***
				Dona Emma	***	***
				Doutor Pedrinho	***	***
				Gaspar	***	***
				Guabiruba	***	***
				Ibirama	***	***
				Ilhota	***	***
				Imbuia	Sala Verde Educação Ambiental e Participação Comunitária	Prefeitura Municipal de Imbuia
				Indaial	***	***
				Itaiópolis	***	***
				Itajaí	***	***
Itapema	***	***				
Ituporanga	***	***				
José Boiteux	***	***				

Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Laurentino	***	***
				Lontras	***	***
				Luiz Alves	***	***
				Mirim Doce	***	***
				Navegantes	***	***
				Penha	***	***
				Petrolândia	***	***
				Piçarras	***	***
				Pomerode	***	***
				Pouso Redondo	***	***
				Presidente Getúlio	***	***
				Presidente Nereu	***	***
				Rio do Campo	***	***
				Rio do Oeste	***	***
				Rio do Sul	***	***
				Rio dos Cedros	***	***
				Rodeio	***	***
				Salete	***	***
				Santa Terezinha	***	***
				Taió	***	***
				Timbó	***	***
				Trombudo Central	***	***
				Vidal Ramos	<b>Sala Verde Berço do Rio Itajaí Mirim</b>	<b>Prefeitura Municipal de Vidal Ramos- Secretaria de Educação</b>
				Vitor Meireles	***	***
				Witmarsum	***	***
<b>Sul</b>	<b>Coletivo Educador do Alto Irani</b>	<b>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional</b>	<b>SC</b>	Abelardo Luz	***	***
				Bom Jesus	***	***
				Entre Rios	***	***
				Faxinal dos Guedes	***	***
				Ipuaçú	***	***
				Lajeado Grande	***	***
				Marema	***	***
				Ouro Verde	***	***
				Passos Maia	***	***
				Ponte Serrada	***	***
				São Domingos	***	***



Região	Coletivo Educador	Instituição Proponente	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
				Vargeão	***	***
				Xanxerê	***	***
				Xaxim	***	***
Sul	Coletivo Educadores Ambientais do Vale do Peixe	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	SC	Água Doce	***	***
				Alto Bela Vista	***	***
				Arroio Trinta	***	***
				Caçador	***	***
				Calmon	***	***
				Capinzal	***	***
				Erval Velho	***	***
				Herval d'Oeste	***	***
				Ibiam	***	***
				Ibicaré	***	***
				Iomerê	***	***
				Ipira	***	***
				Joaçaba	***	***
				Lacerdópolis	***	***
				Luzerna	***	***
				Macieira	***	***
				Ouro	***	***
				Pinheiro Preto	***	***
				Piratuba	***	***
				Salto Veloso	***	***
Tangará	***	***				
Treze Tílias	***	***				
Videira	***	***				
Zortéa	***	***				
Sul	Implantação dos Coletivos Educadores Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Marombas	Fundação Universidade do Contestado - Campus Curitiba	SC	Brunópolis	***	***
				Curitibanos	***	***
				Fraiburgo	***	***
				Frei Rogério	***	***
				Lebon Régis	***	***
				Ponte Alta	***	***
				Ponte Alta do Norte	***	***
				Santa Cecília	***	***
São Cristóvão do Sul	***	***				

Municípios somente com Salas Verdes

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Centro Oeste	GO	Águas Lindas	Sala Verde Cerrado	ITEM – Instituto Terra Mãe
Centro Oeste	GO	Ceres	Sala Verde	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
Centro Oeste	GO	Chapadão do Céu	Sala Verde Professora Nadir Garcia Cunha	Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu
Centro Oeste	GO	Chapadão do Céu	Sala Verde Lobo-Guará	Parque Nacional Das Emas
Centro Oeste	GO	Jataí	Sala Verde Zenaide Gouveia Vilela	Prefeitura Municipal de Jataí – Superintendência do Meio Ambiente
Centro Oeste	GO	Orizona	Sala Verde Ribeirão Santa Bárbara	Colégio Estadual Senador José da Costa Pereira
Centro Oeste	GO	Padre Bernardo	Sala Verde Pé de Serra	Amefa Padre Bernardo
Centro Oeste	GO	Pirenópolis	Sala Verde Coepi	Comunidade Educacional de Pirenópolis – Coepi
Centro Oeste	MT	Curvelândia	Sala Verde Rio Cabaçal	Prefeitura Municipal de Curvelândia
Centro Oeste	MT	Pontes Lacerda	Sala Verde	Universidade do Estado do Mato Grosso
Nordeste	AL	Arapiraca	Sala Verde Zabelê	Prefeitura Municipal de Arapiraca
Nordeste	AL	União Dos Palmares	Sala Verde Serrana Dos Quilombos	Prefeitura Municipal de União Dos Palmares
Nordeste	BA	Anagé	Sala Verde de Anagé	Prefeitura Municipal de Anagé
Nordeste	BA	Érico Cardoso	Sala Verde CEA – Morro de Fogo	Oscip - Instituto Água Quente

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Nordeste	BA	Feira de Santana	Águas do Subaé	Centro de Assistência Social da Ordem Dos Capuchinhos- Colégio Santo Antônio
Nordeste	BA	Feira de Santana	Sala Verde Galpãozinho Verde	Galpão de Arte
Nordeste	BA	Ibicaraí	Sala Verde Centro de Vivência Ambiental Manacá	Companhia de Ação Socioambiental - Casa
Nordeste	BA	Ilhéus	Sala Verde Carlos Roberto Arléo Barbosa	Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata
Nordeste	BA	Ipirá	Sala Verde de Ipirá	Fundação Antônio Almeida e Silva
Nordeste	BA	Jacobina	Sala Verde Núcleo de Estudos Socio-Ambientais - NUESA	UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus IV
Nordeste	BA	Jequié	Sala Verde Ecoambiente Cidadão	Prefeitura Municipal de Jequié
Nordeste	BA	Jussari	Sala Verde Bem- Me -Quer	Prefeitura Municipal de Jussari - Secretaria de Educação e Cultura
Nordeste	BA	Maragojipe	Sala Verde Biblioteca da Fundação Vovó do Mangue	Fundação Vovó do Mangue
Nordeste	BA	Nova Soure	Sala Verde Fulô de Mandacaru	Ass. Biblioteca Comunitária Maria Das Neves Prado
Nordeste	BA	Ribeirão do Largo	Sala Verde Água Fonte da Vida	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo
Nordeste	BA	Rio de Contas	Sala Verde Rio de Contas	Prefeitura Municipal de Rio de Contas
Nordeste	BA	U N A	Sala Verde Mico-Leão-da-Cara-Dourada	Prefeitura Municipal de Una
Nordeste	BA	Valença	Sala Verde Rio Una	Universidade Livre do Baixo Sul
Nordeste	BA	Valente	Sala Verde Sertão Verde	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - Apaeb
Nordeste	BA	Vera Cruz	Sala Verde Catu Verde	Associação Comunitária “Amo-Catu”
Nordeste	CE	Aracati	Sala Verde Livro Livre	Associação Amigos do Recicriança
Nordeste	CE	Bela Cruz	Sala Verde Raimundo Magalhães Rocha (Doca Rocha)	Prefeitura Municipal de Bela Cruz
Nordeste	CE	Campos Sales	Sala Verde Lindalva Lima Martins	Prefeitura Municipal de Campos Sales
Nordeste	CE	Crato	Sala Verde Soldadinho do Araripe	Ong Campo Mais Alegre
Nordeste	CE	Maracanaú	Sala Verde Estação Maracanaú	Secretaria de Educação de Maracanaú
Nordeste	CE	Sobral	Sala Verde Centro de Informações Socioambientais	Ibama – CE – Escritório Regional de Sobral
Nordeste	CE	Tauá	Sala Verde Pesquisador Joaquim de Castro Feitosa	Fundação Bernardo Feitosa

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Nordeste	MA	Marajá do Sena	Sala Verde Pomar	Associação da Escola Família Agrícola Marajá do Sena - AEFAMAS
Nordeste	MA	São João Batista	Sala Verde Ana Márcia Araújo – Ama	Fundação Iracema Ferreira de Araújo - FIFA
Nordeste	PB	Bananeiras	Sala Verde Bananeiras	Universidade Federal da Paraíba
Nordeste	PB	Sousa	Sala Verde Recanto Ecológico	Prefeitura Municipal de Sousa
Nordeste	PE	Cabo de Santo Agostinho	Sala Verde Centro Experimental de Educação Ambiental	Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho
Nordeste	PE	Caruaru	Sala Verde Espaço Natureza	Prefeitura Municipal de Caruaru
Nordeste	PE	Ipojuca	Sala Verde Manguezal	Usina Salgado S/A
Nordeste	PE	Lagoa Grande	Sala Verde Lagoa Grande	Prefeitura Municipal de Lagoa Grande
Nordeste	PE	Nazaré da Mata	Sala Verde Semente do Saber	Fundação Luis José Maranhão
Nordeste	PE	Nazaré da Mata	Sala Verde Ceam - Centro de Educação Ambiental Municipal	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata
Nordeste	PE	Pesqueira	Sala Verde Natureza Viva	Prefeitura Municipal de Pesqueira – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Nordeste	PI	Floriano	Sala Verde Floriano	Prefeitura Municipal de Floriano
Nordeste	PI	Lagoa de São Francisco	Sala Verde de Lagoa de São Francisco	Fundação Cultural Grande Pedro II
Nordeste	PI	Luiz Correia	Sala Verde Vereador José Cristiano Neto	Movimento S.O.S Natureza de Luiz Correia
Nordeste	PI	Monsenhor Gil	Sala Verde Construindo Caminhos	Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil
Nordeste	PI	Pedro II	Sala Verde À Sombra da Faveira	Centro de Formação Mandacaru de Pedro II
Nordeste	PI	Picos	Sala Verde Centro de Educação Ambiental	Prefeitura Municipal de Picos
Nordeste	PI	Santana do Piauí	Sala Verde Espaço e Vivência	Prefeitura Municipal de Santana do Piauí
Nordeste	PI	Teresina	Sala Verde Beija-Flor	Caixa Econômica Federal – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
Nordeste	PI	Teresina	Sala Verde	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Nordeste	RN	Alexandria	Sala Verde Barriguda	Prefeitura Municipal de Alexandria
Nordeste	RN	Currais Novos	Sala Verde Prefeito José Dantas de Araújo	Prefeitura Municipal de Currais Novos
Nordeste	RN	Mossoró	Sala Verde Meio Ambiente Por Inteiro	Prefeitura Municipal de Mossoró
Nordeste	SE	Propriá	Sala Verde Velho Chico	Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Nordeste	SE	São Cristóvão	Sala Verde da Universidade Federal de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe
Norte	AM	Tabatinga	Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental Rio Solimões	Centro de Estudos Superiores de Tabatinga
Norte	AP	Oiapoque	Sala Verde Fronteira Verde	Ibama/AP
Norte	AP	Serra do Navio	Espaço Tumucumaque	Prefeitura Municipal de Serra do Navio
Norte	PA	Breu Branco	Sala Verde Castanheira	Secretaria Municipal de Educação de Breu Branco - Semed
Norte	PA	Itaituba	Sala Verde Centro de Informações Ambientais de Itaituba	Secretaria de Mineração e Meio Ambiente - Centro de Informações Ambientais de Itaituba
Norte	PA	Moju	Sala Verde Espaço Ambiental Caminho Das Cobras	Prefeitura Municipal de Moju
Norte	PA	Santa Izabel do Pará	Sala Verde Santa Izabel do Pará	Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará
Norte	PA	São Sebastião da Boa Vista	Sala Verde Ilha de Marajó	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista
Sudeste	ES	Alegre	Sala Verde Caparaó	Escola Agrotécnica Federal de Alegre
Sudeste	ES	Cariacica	Sala Verde Sagüi da Cara Branca	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Sudeste	ES	Cariacica	Sala Verde CEAC - Centro de Educação Ambiental de Cariacica	Secretaria Municipal de Educação
Sudeste	ES	Castelo	Sala Verde Pensando Verde	NEAC - Núcleo de Educação Ambiental de Castelo
Sudeste	ES	Ecoporanga	Sala Verde Jequitibá Rosa	Associação da EMEF "Família Rural de Ecoporanga"
Sudeste	ES	São Mateus	Sala Verde Domingos Coutinho	SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Sudeste	MG	Araçuaí	Sala Verde Ecocentro Sítio Maravilha	Banco de Êxitos S. A Solidariedade e Autonomia/Besa
Sudeste	MG	Araguari	Sala Verde Marina Silva	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Sudeste	MG	Araxá	Sala Verde João César Eugênio de Boscoli Rios	Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá
Sudeste	MG	Arcos	Sala Verde Viverde	Eco- Arcos - Ong
Sudeste	MG	Brumadinho	Sala Verde Inhotim	Instituto Cultural Inhotim
Sudeste	MG	Brumadinho	Sala Verde Meta- Metodologias Educacionais para Tecnologias Ambientais	Prefeitura Municipal de Brumadinho/Secretaria Municipal de Educação
Sudeste	MG	Caratinga	Sala Verde Funec	Fundação Educacional de Caratinga (Funec)

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Sudeste	MG	Caratinga	Sala Verde de Educação Ambiental	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura
Sudeste	MG	Chapada Gaúcha	Sala Verde Guimarães Rosa	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Lazer e Turismo.
Sudeste	MG	Congonhas	Sala Verde Centro de Geoinformação Ambiental	Prefeitura Municipal de Congonhas
Sudeste	MG	Conselheiro Lafaiete	Sala Verde Centro de Educação e Pesquisa Ambiental “Parque Florestal Eurico Figueiredo”	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
Sudeste	MG	Córrego Fundo	Sala Verde Engenho	Prefeitura Municipal de Córrego Fundo
Sudeste	MG	Extrema	Sala Verde Fundação Cloé e Misal Cardoso Pinto	Prefeitura Municipal de Extrema
Sudeste	MG	Ibiraci	Sala Verde Centro de Educação Ambiental Seriema	Prefeitura Municipal de Ibiraci
Sudeste	MG	Inconfidentes	Sala Verde Professor Laércio Loures	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
Sudeste	MG	Itaúna	Sala Verde Centro de Educação Ambiental Sala Verde	Prefeitura Municipal de Itaúna
Sudeste	MG	João Pinheiro	Sala Verde Vereda Das Gerais	Prefeitura Municipal de João Pinheiro
Sudeste	MG	Jordânia	Sala Verde de Jordânia	Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jordânia
Sudeste	MG	Lagoa da Prata	Sala Verde Buriti	Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata
Sudeste	MG	Monte Carmelo	Sala Verde Mangaba	Ambiente e Educação Interativa - Amedi
Sudeste	MG	Paracatu	Sala Verde Conscienciarte	Fundação Conscienciarte
Sudeste	MG	Santa Bárbara	Sala Verde Centro de Visitante- RPPN Santuário do Caraça	Província Brasileira da Congregação da Missão – Colégio do Caraça
Sudeste	MG	Santana do Riacho	Sala Verde Ambiente Vivo	Projeto Presente/ Ponto Cultural e Ambiental
Sudeste	MG	Santo Antônio do Monte	Sala Verde Inhaúma	Associação Ambientalista do Alto São Francisco
Sudeste	MG	Serro	Sala Verde de Educação Sócio Ambiental Ecos do Jequi	Funivale – Associação Pró-Fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha
Sudeste	MG	Três Corações	Sala Verde Três Corações	Prefeitura Municipal de Três Corações
Sudeste	MG	Uberaba	Sala Verde Triangulo Mineiro	Degraf - Instituto Academia de Desenvolvimento Social
Sudeste	MG	Uberaba	Sala Verde Reviverde	Prefeitura Municipal de Uberaba
Sudeste	MG	Viçosa	Sala Verde Conviverde	Universidade Federal de Viçosa
Sudeste	RJ	Barra Mansa	Sala Verde Saber Cuidar	Cruz Vermelha Brasileira – Filial Municipal de Barra Mansa - RJ

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Sudeste	RJ	São Gonçalo	Sala Verde Espaço Rede de Ações	Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Ambiental – Centro de Educação Ambiental Protetores da Vida
Sudeste	SP	Americana	Sala Verde “Paratodos”	Associação Barco Escola da Natureza
Sudeste	SP	Arapeí	Sala Verde Sertões da Bocaina	Anped - Associação Nacional de Pesquisa Em Design
Sudeste	SP	Buri	Sala Verde Francisco Migray Filho	Prefeitura Municipal de Buri
Sudeste	SP	Embu-Guaçu	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu
Sudeste	SP	Guarulhos	Sala Verde Educar e Ecoempoderar +10	Centro de Integração da Mulher
Sudeste	SP	Guarulhos	Sala Verde Jardim City	Prefeitura Municipal de Guarulhos
Sudeste	SP	Hortolândia	Sala Verde Centro de Estudos Sócio-Ambientais	Prefeitura Municipal de Hortolândia
Sudeste	SP	Ilhabela	Sala Verde Espaço Arte Ambiente	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela
Sudeste	SP	Indaiatuba	Sala Verde Projeto Pedagógico Ambiental	Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura – Escola Ambiental Bosque do Saber
Sudeste	SP	Itapeçerica da Serra	Sala Verde Biblioteca Verde Parque da Represinha	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
Sudeste	SP	Itapeva	Sala Verde Terra Verde	Fundação Planeta Terra
Sudeste	SP	Itatiba	Sala Verde Itatiba	Fórum Pró- Cidadania Itatibense
Sudeste	SP	Jaguariúna	Sala Verde Darcy Machado de Souza	Embrapa Meio Ambiente – Área de Comunicação Empresarial
Sudeste	SP	Jales	Sala Verde Terra do Sol	Prefeitura Municipal de Jales
Sudeste	SP	Limeira	Sala Verde Núcleo de Educação Ambiental	Prefeitura Municipal de Limeira
Sudeste	SP	Osasco	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Osasco- Secretaria de Meio Ambiente
Sudeste	SP	Poá	Sala Verde Poá – Biblioteca Municipal	Prefeitura Municipal de Poá – Dep. de Meio Ambiente
Sudeste	SP	Presidente Epitácio	Sala Verde de Presidente Epitácio	Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio
Sudeste	SP	Santo André	Sala Verde Centro de Referência Em Saneamento Ambiental de Santo André	Semasa – Serviço Municipal de Saneamento de Santo André
Sudeste	SP	São Lourenço da Serra	Sala Verde Paiol Maria	Vitae Civilis para O Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
Sudeste	SP	Sumaré	Sala Verde - Sumaré	Prefeitura Municipal de Sumaré

Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Sudeste	SP	Ubarana	Sala Verde - Aroeira	Associação e Centro de Pesquisas Ecológica de Ubarana
Sul	PR	Apucarana	Sala Verde Defensores do Amanhã	Prefeitura Municipal de Apucarana / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Sul	PR	Cambará	Sala Verde Defensores Ambientais: Antônio Cornas e João Scandolo	Coocam – Cooperativa Escola Dos Alunos do Colégio Agrícola Est. Cambará
Sul	PR	Guraqueçaba	Sala Verde Centro de Educação Ambiental “Casarão do Ibama”	Ibama - Superintendência Paraná
Sul	PR	Londrina	Sala Verde Peroba Rosa	Alma - Associação Intercultural de Projetos Sociais
Sul	PR	São Jorge D' oeste	Sala Verde Espaço Verde	Associação Dos Amigos da Casa Familiar Rural – Cafami
Sul	RS	Alvorada	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Alvorada – Departamento de Meio Ambiente
Sul	RS	Bagé	Sala Verde Conscientizar	Prefeitura Municipal de Bagé/Departamento de Água e Esgotos de Bagé
Sul	RS	Cachoeirinha	Sala Verde Espaço Ambiental	Cesuca - Faculdade Inedi
Sul	RS	Cachoeirinha	Sala Verde	Prefeitura Municipal de Cachoeirinha
Sul	RS	Charqueadas	Sala Verde Companhia Verde	Prefeitura Municipal de Charqueadas
Sul	RS	Estrela	Sala Verde Manoel Ribeiro Pontes Filho	Prefeitura Municipal de Estrela
Sul	RS	Gravataí	Sala Verde Itacolomi	Fundação Municipal de Meio Ambiente - Gravataí
Sul	RS	Gravataí	Sala Verde Gravataí	Secretaria Municipal de Educação de Gravataí
Sul	RS	Jóia	Sala Verde Jóia	Prefeitura Municipal de Jóia
Sul	RS	Lagoa Dos Três Cantos	Sala Verde de Lagoa Dos Três Cantos	Prefeitura Municipal Biblioteca Pública Municipal
Sul	RS	Parobé	Sala Verde Espaço Socioambiental	Prefeitura Municipal de Parobé
Sul	RS	Quinze de Novembro	Sala Verde Apoena	Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro
Sul	RS	Rio Grande	Sala Verde Judith Cortesão	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Sul	RS	Rio Grande	Sala Verde Arca de Noé	CEPERG – Ibama
Sul	RS	Santa Maria	Sala Verde Santa Maria	Prefeitura Municipal de Santa Maria – Casa da Cultura
Sul	RS	Santa Maria	Sala Verde Comitê Ambiente da CEU II	Universidade Federal de Santa Maria
Sul	RS	São Miguel da Missões	Sala Verde Koenju	Prefeitura Municipal de São Miguel Das Missões



Região	UF	Município	Sala Verde	Instituição Proponente
Sul	RS	Viamão	Sala Verde Espaço Transdisciplinar de Estudos Ambientais	Grupo Transdisciplinar de Estudos Ambientais Maricá
Sul	SC	Criciúma	Sala Verde Centro de Educação Ambiental Sala Verde	Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc
Sul	SC	Florianópolis	Sala Verde UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina – Coordenação de Gestão Ambiental
Sul	SC	Florianópolis	Sala Verde Escola da Fazenda	Centro de Educação Infantil da Fazenda – Escola da Fazenda
Sul	SC	Florianópolis	Sala Verde Sea Shepherd	Instituto Sea Shepherd Brasil - ISSB
Sul	SC	Itajaí	Sala Verde Observatório de Educação, Saúde, Cidadania e Justiça Socioambiental- Vale do Itajaí- SC	Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Univali
Sul	SC	Jaraguá do Sul	Sala Verde Eco Cultural	Fundação Jaraguense de Meio Ambiente - Fujama
Sul	SC	Palhoça	Sala Verde Maria Faceira	Fundação Cambirela do Meio Ambiente- FCAM
Sul	SC	Porto Belo	Sala Verde Nossa Floresta Em Comum	Núcleo Macaco Prego – Vivências Ambientais
Sul	SC	São José	Sala Verde Parque Dos Sabiás	Parque Temático Dos Sabiás

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministério da Educação - MEC

